

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

KÁTIA MOREIRA LOPES

Prisão e maternidade

A experiência de presas e egressas do sistema prisional

Guarulhos
2014

Kátia Moreira Lopes

**Prisão e maternidade: a experiência de presas e egressas
do sistema prisional**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Cynthia A. Sarti

Guarulhos
2014

Lopes, Kátia M.

Prisão e Maternidade: a experiência de presas e egressas do sistema prisional / Kátia Moreira Lopes. –Guarulhos [s.n.], 2014.

149 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cynthia Andersen Sarti

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2014.

Título em Inglês: Prison and maternity: the experience of women in the prison system

1. Maternidade 2. Gênero 3. Prisão

KÁTIA MOREIRA LOPES

“Prisão e maternidade: a experiência de presas e egressas do sistema prisional”

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Cynthia A. Sarti

Data de aprovação: ____/____/____

Prof.^a Dr.^a Cynthia Andersen Sarti
Universidade Federal de São Paulo

Prof.^a Dr.^a Laura Lowenkron
Núcleo de Estudos de Gênero PAGU. IFCH/UNICAMP

Prof.^a Dr.^a Rosana Machin Barbosa
Departamento Saúde, Educação e Sociedade, UNIFESP

Prof.^a Dr.^a Regia Cristina Oliveira (Suplente)
Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH)

Agradecimentos

A conclusão do mestrado e a redação final da minha dissertação marcam um ciclo que se completa em minha vida. Como a maioria de minhas interlocutoras, eu também estive nos últimos dezoito anos agenciando formas de organizar o cotidiano e engendrar melhorias para mim e para a minha filha. Tal fato não é pouco significativo, uma vez que o meu olhar para as questões aqui abordadas são carregadas também pela minha experiência. Diferente da maioria das mulheres presas e ex-presas, no entanto, tive oportunidade de frequentar o ambiente universitário, e é a partir desse ponto que me situo.

Como no caso de minhas interlocutoras, diversas esferas de minha vida estiveram entrelaçadas de modo que eu conseguisse agenciar o cotidiano. O ingresso no Programa de Pós-Graduação da Unifesp fez parte desse cenário, uma vez que se mostrou solução viável para a continuidade dos meus estudos. O que faz mais sentido para mim, neste momento, é observar que justamente tal escolha me colocou em contato com a professora Cynthia Sarti e, por conseguinte, com as áreas de pesquisa estudadas por ela.

Agradeço imensamente pela oportunidade de ser sua orientanda e poder pensar nas questões que abordo neste trabalho, o que só se materializou, creio eu, pela sua orientação.

Agradeço também à professora Cristina Pompa, pela leitura e pelos sábios apontamentos, como professora convidada para debater o meu projeto, na disciplina “Seminários de Pesquisa”. A partir de sua leitura atenta e de suas críticas, pude me familiarizar com questões e reflexões metodológicas importantes no delineamento do trabalho.

Nesta trajetória, muitas pessoas foram importantes, entre elas, o professor José Carlos, a quem acompanhei na disciplina de graduação, para a realização do PAD (Programa de Apoio à Docência), a professora Laura Moutinho, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da USP, pela oportunidade de cursar a disciplina “Antropologia das Emoções” como aluna especial. Tal experiência permitiu que eu tivesse contato com uma discussão muito importante no desenvolvimento deste trabalho. Agradeço também às professoras Adriana Piscitelli e Rosana Machin pela participação na minha banca de qualificação.

A CAPES e a Pró-Reitoria de extensão da Unifesp oportunizaram apoios materiais importantes para o desenvolvimento deste trabalho. A bolsa oferecida pela primeira permitiu que eu me dedicasse exclusivamente à pesquisa, e a segunda permitiu que eu participasse de um evento no Chile, com apresentação de trabalho na ALAS.

Saliento, no entanto, a minha total responsabilidade em relação a erros e imprecisões que possam ser apontados.

Os meus pais, meus irmãos, meu sobrinho e minha filha, cada qual contribuiu de um modo no meu processo de desenvolvimento. Aos meus pais agradeço pelo exemplo, pela dedicação e pela força na luta diária. Cleber, Karina e Cristiano, meus irmãos, por sempre torcerem por mim. O Rafa, com a sua sagacidade e o seu riso de criança, muitas vezes permitiu que tudo ficasse mais leve. Peço desculpas pelas ausências. Prometo que agora poderemos comer muitas lasanhas.

À Lari, pela felicidade e orgulho de ser sua mãe. Pelo amor que sentimos uma pela outra e por constituir parte fundamental da minha experiência.

Agradeço imensamente à Cecília pela leitura e revisão do trabalho e ao Wagner e à Bianca pela ajuda nas transcrições das entrevistas. Ao Wagner, em especial, agradeço pelo carinho e por ser sempre tão solícito.

À LÍlian, amiga querida, com quem partilho experiências, sou grata desde que nos conhecemos, em nosso primeiro ano de graduação. Figura fundamental em minha jornada. Desses anos, guardo boas lembranças de inúmeros amigos. Com a Eliane, em especial, partilho também diversas experiências, e até hoje trocamos impressões sobre a vida.

Agradeço às funcionárias da Penitenciária Feminina do Butantã, que me receberam e me propiciaram espaço para que eu desenvolvesse o meu trabalho, além de terem contribuído no sentido de divulgar e estimular a participação das mulheres nas entrevistas.

Às mulheres presas e egressas do sistema prisional, um agradecimento especial. A elas devo a possibilidade de refletir não apenas sobre a experiência da mulher encarcerada, mas também sobre a minha própria vida. Muitas questões que concluo agora em relação às minhas interlocutoras explicam em parte a minha própria experiência. O meu “muito obrigada” a elas, protagonistas deste trabalho.

RESUMO

O encarceramento feminino e suas ressonâncias para além dos muros da prisão são o foco deste trabalho que, por meio de entrevistas orais com presas e egressas do sistema prisional, buscou compreender a dinâmica que orienta a vida cotidiana e as redes de sociabilidade que organizam a experiência prisional feminina. A maternidade e a família, eixos estruturantes da identidade feminina, neste contexto, são elementos apresentados pela maioria das mulheres como sendo aqueles que as vinculam ao mundo externo ao da prisão. As mulheres acionam redes de sociabilidade capazes de engendrar soluções referentes aos cuidados demandados no ambiente externo ao da prisão, de modo a possibilitar a manutenção dos direitos maternos, a fim de evitar a perda definitiva do contato com os filhos. A família, assim, possui um sentido alargado, em que diversos atores sociais, redes de compadrio, vizinhança, amizade, familiares consanguíneos e afins, além de grupos de poder na prisão, são mobilizados como capazes de realimentar e reordenar o sentido da família, que se reconfigura diante do aprisionamento das mulheres. Tais questões, no entanto, não são organizadas sem disputas. Há aspectos morais implicados no encarceramento feminino e muitas vezes tais mulheres são situadas, por diversos agentes sociais, como figuras que não atendem aos requisitos morais destacados como necessários ao cuidado dos filhos, ao controle e à formação das crianças. Em contraposição a tais discursos, as mulheres procuram construir sobre si uma imagem que as inscreva em termos moralmente valorizados, a fim de que possam elaborar sentidos positivos sobre si que as qualifiquem como mães.

Palavras-chave: Mulher, Prisão, Maternidade, Sexualidade, Violência.

ABSTRACT

The female incarceration and its resonances beyond the prison walls are the focus of this work that, through oral interviews with fangs and egresses of the prison system, aimed to understand the dynamic that guides the daily life and the social networks that organize the women's prison experience. Maternity and family, structural axes of female identity, in this context are adduced by most women as those that bind to the outside world to the prison. Women trigger social networks able to engineer solutions regarding the care required in the external environment of the prison, in order to enable the maintenance of parental rights and to avoid definitive loss of contact with their children. The family thus has a broader sense, in which various social actors, crony networks, neighborhood, friendship, blood relatives and similar, besides power groups in prison, mobilized as able to feedback and reorder the sense of family, that reconfigures front of the imprisonment of women. These questions, however, are not without dispute organized. There are moral aspects involved in women's imprisonment and often these women are located by different social actors, as figures that do not meet the moral requirements highlighted as necessary for childcare, control and training of children. In contrast to such discourses, women seek to build on itself an image that register in morally valued terms in order that they can develop positive way about him that qualify as a mothers.

Keywords: Women, Prison, Maternity, Sexuality, Violence.

Sumário

Glossário	10
Introdução.....	11
Capítulo 1: A TRAJETÓRIA DE PESQUISA	16
1.1 Objetivos	21
1.2 Entrada em campo e autorização para a pesquisa	21
1.3 O trabalho de campo	29
Capítulo 2: VIOLÊNCIAS	39
Capítulo 3: SEXUALIDADES	55
3.1 Um incidente envolvendo um celular	55
3.2 Honra e vergonha: os discursos sobre o sexo	61
3.3 Sexo, afeto e ajuda	70
Capítulo 4: MATERNIDADES	78
4.1 A moralidade dos diversos casos	86
4.2 Vozes que falam e calam: o silêncio como estratégia	91
4.3 Joana D'Arc da favela	97
4.4 O pensamento religioso e o cordeiro da redenção	99
Considerações	102
Capítulo 5: QUEM CUIDA DAS CRIANÇAS	104
Considerações Finais	121
Referências Bibliográficas	124
ANEXOS.....	129

Glossário

FUNAP	Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel
ILANUD	Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
SAP	Secretaria de Administração Penitenciária
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
AMPARAR	Associação de Amigos e Familiares de Presos/as
ITTC	Instituto Terra, Trabalho e Cidadania
ALAS	Associação Latino-Americana de Sociologia
PFB	Penitenciária Feminina do Butantã
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PCC	Primeiro Comando da Capital
CRBC	Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade

Introdução

A dissertação de mestrado apresentada aqui sofreu diversos ajustes desde a formulação do projeto de pesquisa, apresentado no exame de ingresso do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Durante o processo, foi necessário rever e estudar vários conceitos que possibilitaram a reformulação do delineamento do trabalho.

Incluir a entrada na prisão, como forma de relacionar a realidade entre o dentro e o fora, permitiu-me observar as continuidades e discontinuidades entre os dois ambientes. Se, em primeiro momento, se pensava em fazer um trabalho com egressas, a opção posterior possibilitou que se verificasse que um espaço não se explica sem o outro. A minha entrada na prisão, embora permeada por sentimentos de apreensão e de ansiedade, principalmente pela demora nos trâmites burocráticos que permitiriam a minha inserção naquele espaço, não refletiu em mim impressões sensoriais como as expressas por vários autores sobre aquele ambiente. Primeiro porque transitei apenas nos espaços permitidos pelos agentes institucionais, uma vez que realizei as entrevistas na sala da psicóloga e da assistente social, cujo acesso se dava por um corredor sempre muito limpo, embora o aspecto desgastado das paredes e do chão. Na maioria dos dias, havia sempre uma ou duas presas limpando o espaço. A parte mais interior da prisão a que tive acesso foi a capela, no pátio, nas visitas que realizei com a pastoral carcerária.

Em segundo lugar, e principalmente, minha percepção da prisão se deu por comparação com a realidade vivida pelas mulheres na rua, uma vez que, quando iniciei as entrevistas na Penitenciária Feminina do Butantã, eu já havia entrevistado as egressas que destaquei aqui. A realidade dessas e a visita às suas moradias foram, para mim, mais impactantes. Não que as prisões sejam necessariamente locais com melhores condições do que as residências das mulheres; afinal, uma egressa comentou de baratas que invadiam a cela em que ela estava durante seu período de encarceramento e, mesmo o capítulo em que discuto a violência nas prisões, mostro experiências gritantes e de muito sofrimento relatadas pelas mulheres entrevistadas.

Conheci situações extremas vividas pelas mulheres na prisão por meio de seus relatos. No entanto, a partir da experiência sensorial, a realidade vivida pelas mulheres fora da prisão me chamou bastante atenção, posto que, para chegar até a casa delas, das egressas, muitas vezes precisei atravessar trilhos de trem para acessar áreas em que os serviços públicos não chegam, sendo necessário que as próprias mulheres me acompanhassem até a rua novamente,

sobretudo depois do anoitecer, dado que seria necessário atravessar vielas não iluminadas e sem pavimentação pública. A casa de algumas delas estava erigida sobre chão de terra batida, na várzea de um córrego, com odores relativos a este, e em situação bastante precária. Uma delas reclamou da presença de ratos na cozinha, sobretudo à noite. O espaço por elas ocupado é, em geral, das áreas mais pobres em comunidades carentes, nas periferias. A maioria das mulheres encarceradas pertence a segmentos sociais pobres, e o aprisionamento é uma das faces da realidade de exclusão que essas mulheres enfrentam, dentro e fora da prisão.

Para Carlen (2007, p. 1006), “... a reintegração pós-prisão consiste ainda em devolver aqueles que já estavam excluídos à sua origem”, o que, evidentemente, em nada contribui para que a dinâmica de exclusão se altere. Em sua pesquisa sobre a situação das mulheres após um período de encarceramento, a pesquisadora verificou que tais mulheres encontram as mesmas condições hostis e de exclusão que enfrentavam na década de 1970, por exemplo, não tendo acesso à moradia, perspectivas, emprego, etc.:

Enquanto o pessoal prisional inglês se empenha hoje em dia num reavivado discurso psicológico oficial acerca do desejo das mulheres em aprenderem a aceitar o seu lugar na sociedade através do reposicionamento cognitivo das causas dos seus problemas – isto é, das suas circunstâncias sociais problemáticas às suas *psyches* problemáticas –, as mulheres prisioneiras mantêm a mesma história social de pobreza, abuso, monoparentalidade, condição de sem abrigo e de fraca saúde mental que tinham há trinta anos. (CARLEN, 2007, p. 1007).

A pesquisadora da Sociedade Americana de Criminologia é bastante crítica das políticas intituladas de “reintegração” por entender que as mesmas apenas devolvem os sujeitos à sua situação social de origem, vinculando-se a políticas oficiais que buscam fazer com que as mulheres aprendam a lidar com a pobreza e a situação de exclusão que vivenciam em seu cotidiano, sem que se alterem as suas reais condições de existência. Como consequência, ao invés de olhar a trivialidade dos crimes cometidos pelas mulheres, muitos juízes se convencem de que enviá-las para a prisão pode ser uma boa opção, pois lá elas talvez consigam aprender a “lidar com a sua pobreza de forma não criminosas. Tal como foi proposto por uma publicação governamental britânica de forma duvidosa” (Carlen, 2007, p. 1008).

No trânsito entre o dentro e o fora da prisão, pretendi observar as consequências do encarceramento na vida das mulheres, por isso procurei fazer um recorte sobre as questões de família, no entanto, compreendi que a noção de família não tem uma estrutura rígida, não há necessariamente o que se mantenha ou se modifique como indaguei nos objetivos da pesquisa.

Aqui, a minha própria ideia de família é colocada em xeque, uma vez que parte das mulheres não volta para a família de origem. Há mulheres que simplesmente não têm para onde voltar, recompondo outras redes familiares e de sociabilidade, a partir da ajuda de amigos, namorados/namoradas e pessoas que as ajudam, sejam homens ou mulheres. A maioria das mulheres sofrem dificuldades materiais e saem da prisão em condições ainda mais precárias do que quando entraram, relatando não ter uma casa ou um local para ficar e/ou para levar os filhos quando elas conseguem a liberdade.

Embora algumas delas retornem para o grupo de origem, que pode ser composto por alguns dos filhos, pela mãe ou pela sogra da mulher, entre outros, há sempre dificuldades envolvidas.

Com o objetivo de agenciar a vida dentro e fora da prisão, algumas mulheres estabelecem relações com sujeitos que podem operacionalizar algumas de suas necessidades. Aparecem nos discursos das mulheres as relações com “coroas que ajudam”, com sogras, com as próprias mães, com vizinhas, agentes da pastoral carcerária, amigos do mundo do crime e companheiras de prisão ligadas ao crime organizado, ligação com ONGs e movimentos sociais, com grupos de rap, antigas companheiras de trabalho que agora consegue ter algum contato com os filhos da presa, os próprios filhos e, sobretudo, a filha pode ser uma agente que oferece apoio à mulher na prisão. Há uma gama de relações informais que são mobilizadas no sentido de criar condições de sobrevivência para tais mulheres.

Os capítulos do trabalho, com tópicos distintos para a temática da sexualidade, da violência e da família foram divididos com a finalidade de se organizar o conteúdo a ser abordado, a partir dos temas que faziam parte da proposta da pesquisa. No entanto, está claro que tais esferas na vida não estão separadas, como discorri no item em que trato do tema da sexualidade. A separação de tais tópicos partiu da intenção de organizar as análises a partir das experiências vividas pelas participantes, mesmo assim não foi possível pensar em um aspecto sem lembrar questões relacionadas a outras esferas como entrelaçadas; relacionamentos afetivos apareceram entrelaçados com a forma como as mulheres agenciam a maternidade e ainda, com as questões de ordem econômica.

No primeiro capítulo, "A Trajetória da Pesquisa", procuro destacar o processo em que se desenvolveu o objeto de pesquisa, com a reformulação dos objetivos, a escolha da prisão onde realizaria as entrevistas com as mulheres encarceradas, as observações realizadas em minhas visitas junto à Pastoral Carcerária, a saga para conseguir a autorização formal para a pesquisa na Penitenciária Feminina do Butantã e a entrada em campo.

No segundo capítulo, "Violências", dado o destaque às situações de violência relatadas pelas mulheres presas, procurei abordar como este aspecto está inserido nas relações que se desenvolvem durante a vida na prisão. Embora este tópico não tenha sido explicitamente previsto, foi escolhido para a abertura da análise do material, uma vez que a problemática da violência foi bastante recorrente no discurso das entrevistadas, tanto por parte das egressas do sistema prisional como das presas entrevistadas na penitenciária. Algumas entrevistadas fazem a associação entre a violência das presas entre si e as condições desumanas a que estão expostas, pois, ao serem presos sujeitos com históricos de reincidência diferentes e que cometeram crimes diversos em uma mesma ala, haveria uma forma de descontrole que, na verdade, está associada a um mecanismo de controle implícito. Nesta seção, ao tratar da questão da violência, portanto, procuro estudar como diversas formas de negligência dos aparatos institucionais podem atuar (ou deixar de atuar) no sentido de provocar maiores níveis de violência, produzindo uma forma de controle não explícito. Além da violência impetrada por funcionários vinculados à instituição, o próprio mecanismo da prisão, como espaço da desordem, atuaria no sentido de determinar uma forma de controle camuflado, em que a própria desordem do ambiente institui outra ordem, provocando a eliminação/punição de sujeitos socialmente indesejáveis.

A temática da sexualidade fora dividida em três tópicos que emergiram a partir das entrevistas. No capítulo três, "Sexualidades", discuto a produção de "verdades" sobre o sexo e o dispositivo da sexualidade a partir de um incidente envolvendo imagens pornográficas em um celular. Falas e mutismos, de acordo com Foucault (1988), fariam parte de um mesmo modelo que constrói a sexualidade, em que o que pode/deve ser dito faz parte também daquilo que deve ser ocultado. Na sequência, após abordar alguns discursos sobre o sexo, produzidos por algumas interlocutoras, apresento uma reflexão sobre como a sexualidade e os relacionamentos afetivos estariam entrelaçados com as questões de ordem prática na vida cotidiana das entrevistadas.

No capítulo quatro, "Maternidades", procuro discutir os significados da maternidade para as mulheres entrevistadas, apresentando como alguns sentimentos são mobilizados a fim de criar referências à identidade das mulheres. Como complemento deste capítulo, no capítulo cinco, procuro analisar a questão que lhe dá o título "Quem cuida das crianças", uma vez que as presas, por estarem afastadas dos filhos, geralmente precisam recorrer a outras pessoas para que mantenham a vida cotidiana das crianças e, ao mesmo tempo, agenciem formas de cuidado que lhes permitam (ou não) a manutenção dos vínculos com as crianças.

Por fim, nas considerações finais, procuro englobar e responder às questões propostas nos objetivos deste trabalho.

Capítulo 1: A TRAJETÓRIA DE PESQUISA

Em 2009, uma amiga querida dera à luz o seu primeiro filho, o qual precisou ficar hospitalizado por um período relativamente longo. No mesmo hospital, juntamente com o filho dela, havia um bebê filho de uma mulher presa. Durante as conversas com minha amiga, indagávamos sobre quais seriam as problemáticas envolvidas no fato de dar à luz na prisão. Pelos relatos de minha amiga, a partir das conversas que ela ouvia nos corredores do hospital, a mãe da criança não podia ver o filho, sobretudo porque pesava sobre ela o fato de ter usado drogas durante a gravidez e haver, assim, em relação a ela uma moral que a classificava de forma negativa, em que familiares e profissionais da saúde lhe atribuíam a responsabilidade pela hospitalização da criança.

Tais questionamentos iniciais, entre outros, fizeram parte das primeiras indagações que me levaram a esboçar o projeto de pesquisa que apresentei ao mestrado, quando eu questionava quais marcadores de gênero incidiriam sobre as mulheres que haviam passado pelo cárcere. Então, em 2011, escrevi o projeto de pesquisa e participei do processo seletivo do Programa de Pós-Graduação da Unifesp.

O texto inicial do projeto de pesquisa tinha como objetivo verificar as questões que marcam as representações sobre o feminino quando a mulher é presa e como o aprisionamento incide nas relações das mulheres com seus filhos, companheiros, família e nas relações de trabalho. Muitas dessas questões diziam respeito ao ambiente extramuros, por isso eu acreditava que conseguiria refletir melhor sobre os marcadores de gênero quando a mulher voltasse à sociedade, pois queria observar a recepção da mulher em seu regresso à sociedade e refletir sobre como os diversos agentes sociais interagiriam com tais mulheres e quais questões estariam vinculadas às suas vidas no retorno à liberdade pelo fato de serem mulheres e terem passado pela situação de encarceramento. Afinal, a realidade descrita por Lemgruber (1999) parecia pouco alterada. De acordo com a autora, no final da década de 1970, época em que realizou o mestrado pesquisando o Instituto Talavera Bruce, instituição prisional feminina localizada no Rio de Janeiro, as mulheres presas recebiam pouquíssimas visitas e, mesmo assim, indicavam sentir grande responsabilidade pelos cuidados dos filhos, enviando o pouco que conseguiam obter na prisão para os seus filhos que estavam fora.

Realidade bastante similar se apresentava recentemente, de acordo com dados de uma pesquisa da Funap¹, realizada em 2002, segundo a qual as mulheres presas declararam converter o dinheiro recebido por trabalhos em período de cárcere em benefício da família em percentual significativamente maior do que os homens. A mesma instituição indicava ainda que a maioria delas não possuía companheiros afetivos, ou passaram a não ter por ocasião do encarceramento, o que indicaria que muitas delas seriam, ou passariam a ser as principais provedoras da família. Os dados do Ilanud (2003, p. 39)² indicam que, entre as mulheres egressas entrevistadas sobre aspectos familiares e de moradia, “62,5% declararam viver com filhos”, ao passo que apenas 33,3% dos homens informaram a mesma situação, ainda que estes últimos indiquem, em maior número, viver com companheira. Os dados dessas pesquisas indicam que, apesar da separação familiar, a mulher continua sendo responsável pelos membros da família, como aponta Quintino (2005), e, sobretudo, sentindo-se responsáveis por eles. Com base em tais informações, eu pretendia discutir os arranjos familiares das mulheres egressas do sistema prisional, a fim de pensar como essas eram recebidas quando de volta a suas famílias de origem, uma vez que sobre elas poderiam incidir problemas práticos e morais que as marcariam em suas vidas após a prisão.

No entanto, após ingressar no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unifesp, nas discussões sobre o projeto original, com a orientadora, com os colegas e a professora Cristina Pompa, na disciplina “Seminário de Projetos” no semestre de ingresso no programa, foi sugerida a inclusão da situação de encarceramento, além da situação vivida pela egressa, no sentido de entender a relação entre o dentro e o fora da prisão, com base em um estudo das situações de encarceramento feminino nas prisões da cidade de São Paulo. Mesmo no desenho inicial do projeto, algumas dificuldades emergiram na busca de contato com as egressas, mas que pareciam sanáveis caso eu estabelecesse o trabalho junto à Funap. Permanecia, no entanto, a questão: como desenvolver o trabalho sem que a pesquisa estivesse viciada por um tipo de discurso produzido por uma instituição oficial, que tem como objetivo

¹ “Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” – instituição de apoio ao preso e egresso, vinculada à Secretaria de Administração Penitenciária e ao Ministério da Justiça.

² O Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (Ilanud / Brasil) remonta a um Acordo de Cooperação firmado em 30/11/1989 pelo Governo do Brasil e a sede do Ilanud (Costa Rica). A criação do Ilanud no Brasil deu-se com a promulgação de tal acordo, em 19/02/1997, mediante o Decreto 2.151, concretizando a sugestão da Organização das Nações Unidas (ONU) para a criação de escritórios regionais destinados à prevenção do crime, administração da justiça e promoção dos direitos humanos. O Ilanud no Brasil é ligado à subsede do Comitê de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal da ONU (Viena) e ao Ilanud (Costa Rica), possuindo personalidade jurídica de organismo internacional.

reinsere os egressos na vida social? Além disso, em visita à loja Do Lado de Lá³, durante uma conversa, orientaram-me a entrar em contato com o setor de imprensa da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), o que parecia igualmente ser problemático em relação aos resultados da pesquisa, pois os dados seriam, de certa maneira, informados pela instituição. Essas questões dimensionavam a dificuldade de um trabalho exclusivo com egressas. Com o desenho da pesquisa revisto, passamos a verificar a possibilidade de desenvolver parte do trabalho de campo também em uma instituição prisional. Assim, procurei selecionar, entre as penitenciárias do estado de São Paulo, uma instituição prisional que atendesse aos objetivos de pesquisa. Como o trabalho passou a ter, então, como foco a relação entre o mundo de dentro e o mundo de fora da prisão, na perspectiva das mulheres presas, pensei na possibilidade de conhecer a realidade daquelas que, apesar de presas, tivessem permissão para transitar no espaço externo. Tal seria o caso das presas que cumprem regime semiaberto, uma vez que essas podem ter autorização para sair do ambiente prisional até cinco vezes ao ano para visitar a família ou para exercer atividades educacionais e trabalhistas⁴. Além disso, entrevistas com reincidentes também seriam significativas no sentido de que essas poderiam comentar sobre a experiência de retorno à “liberdade” e quais os desdobramentos de sua vida em tal contexto, uma vez que, após sair da prisão, teoricamente voltaram ao contato com seus grupos de origem. Enfim, interessaria conhecer a dinâmica de vida daquelas que saíram da prisão, a fim de compreender como tais mulheres se relacionariam com os familiares, companheiros e demais grupos com quem se relacionassem depois da experiência da prisão. Estando novamente no ambiente da prisão, a mulher poderia falar sobre os significados dessa experiência em suas vidas quando estavam em contato com os sujeitos que partilham da sua vida no *mundão*⁵.

Foi incluída, ainda, a ideia de trabalhar redes de discursos, uma vez que haveria no contexto carcerário diversos grupos que partilhariam pertencimentos e/ou poderiam estabelecer diferenças que se entrecruzariam com a situação comum de presas, sejam afiliações religiosas, grupos de poder e/ou outros pertencimentos, muito embora tais

³ A loja Do Lado de Lá, vinculada à Funap, localizada na Vila Buarque, vende produtos confeccionados pelas pessoas presas.

⁴ **LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984**, Lei de Execução Penal: “Art. 122. Os condenados que cumprem pena em regime semiaberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, nos seguintes casos: I - visita à família; II - frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução; III - participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social”. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 10 set. 2013).

⁵ Termo usado pelas presas para se referirem ao mundo externo ao da prisão.

identificações não sejam fixas, uma vez que os sujeitos podem transitar por entre diversos grupos, conforme afinidades e interesses. Pensando na ideia das afiliações e pertencimentos diversos e os discursos que podem ser produzidos a partir dessas articulações, observei em Meihy (2000; 2007), em seu trabalho sobre História Oral, uma possível pista para a organização da temática a partir da ideia de rede, a qual diz respeito à maneira como os grupos se articulam a partir de determinados perfis – de acordo com estado conjugal, afirmação de pertencimentos, identidades, etc. Tal ideia ajudou a pensar que, no presídio, haveria diversos grupos aos quais os sujeitos estariam identificados e que poderiam transitar entre diversas identificações, conforme demandas do contexto e das situações específicas em que estivessem inseridos em um dado momento. Ainda assim, seria interessante pensar sob qual perspectiva os sujeitos dialogariam com a pesquisadora. As falas das interlocutoras provavelmente estariam ancoradas em determinados pontos que visariam afirmar algumas formas de pertencimento e diferenciação que dão significados à forma como se identificam. Ao mesmo tempo, alguns elementos das falas seriam produzidos em função da visão que o sujeito tem do pesquisador e do tipo de interação que quer (ou não) estabelecer com este. Os discursos são recortados e diferenciados pela representação que se tem do interlocutor.

Durante as discussões do projeto, foi ficando claro, então, que seria difícil compreender a situação da egressa do sistema prisional sem também conhecer como se organiza a vida cotidiana das mulheres presas e sua relação com o mundo externo. A dinâmica entre o dentro e o fora da prisão estaria entrelaçada, visto que poderia haver uma dinâmica em que os sujeitos se comunicam com outros que estão em liberdade, ao mesmo tempo em que muitos presos podem entrar e sair da prisão algumas vezes, havendo intercâmbio entre os ambientes externo e interno à prisão. Compreender a dinâmica da vida na prisão, que se revelava uma instituição não inteiramente fechada, seria, assim, importante para refletir sobre a vida extramuros das egressas.

Nesse sentido, na reelaboração do projeto, verificou-se a importância de observar como as mulheres se inserem em redes no interior da prisão e como os seus discursos estão vinculados aos grupos com os quais indicam pertencimentos e diferenças, dentro e fora da prisão. Tais grupos podem estar presentes no presídio por meio de algum mecanismo de poder, mas, ao mesmo tempo, representam elementos de pertencimento e de sociabilidade extramuros em relação aos quais permanecem vinculadas durante o tempo em que estão presas. Na prisão, muitas mulheres contam com redes que se mobilizam fora, como as redes de vizinhança, amizade e parentesco que são articuladas para dar conta das tarefas cotidianas

que continuam a se produzir fora da prisão, seja para auxiliar na manutenção de familiares que estão fora, seja para conseguir bens materiais e imateriais para si.

Embora o foco do trabalho não seja necessariamente identificar as redes de pertencimento às quais as mulheres estejam inseridas, estar atenta a tal ponto se mostrou importante no sentido de situar as produções dos discursos das interlocutoras, uma vez que as mesmas falariam a partir de diferentes referências. As falas das mulheres poderiam, assim, ser emblemáticas de tais redes, uma vez que poderiam identificar determinados pertencimentos, ou ainda rejeitar tantos outros, por isso seria importante situar a produção de tais falas.

Outros estudos sobre prisões femininas contribuíram para redefinir o desenho inicial da pesquisa. Na prisão de Tires, em Portugal, Cunha (2006) comenta que em 1997, 10 anos após a sua primeira inserção na instituição, o estigma de presa deixou de ser um dos marcadores identitários, já que as mulheres estavam já inseridas em uma rede que é pré-carceral; naquele contexto, a maioria das mulheres pertencia a bairros habitados por minorias étnicas estigmatizadas, e a maioria havia sido presa por algum delito relacionado ao tráfico de drogas. Diferente do que a pesquisadora verificou em 1987, quando havia forte marcação identitária, em que as mulheres mobilizavam discursos de diferenciação, buscando evitar uma espécie de “contágio” com o estigma de delinquente.

O contexto português parece oferecer possibilidades de pensarmos algumas questões também em relação ao caso brasileiro. Buscando recortar o objeto de estudo, pensamos em observar quais grupos estão presentes na prisão e mobilizam ou são mobilizados pelas mulheres, criando significados que demarcam o feminino nesse contexto. Em consonância com essa perspectiva, buscamos focalizar o estudo em termos das relações entre o dentro e o fora da prisão. Embora tais fronteiras no caso da prisão brasileira a ser estudada possam ser vistas como mais ou menos fluídas⁶, importava pensar que talvez as cesuras entre os dois espaços podiam não ser tão marcadas quanto suposto na primeira versão do projeto de pesquisa. O contato com as mulheres na instituição prisional e com algumas egressas poderia fornecer elementos para se pensar a respeito, mas, inicialmente, importaria reformular as questões de pesquisa, já que o “fora” da prisão não se explicaria sem a compreensão do “dentro”.

⁶ Embora parte desta pesquisa tenha se realizado em uma prisão de regime semiaberto, trabalhamos com a ideia de que a emergência de novas formas de sociabilidade e de relação do mundo da ordem com o mundo do crime, além das possibilidades propiciadas pelo desenvolvimento tecnológico e pela difusão de meios de comunicação na sociedade contemporânea recolocam a formulação de Goffman (2013) sobre a prisão como “instituição total”, mesmo nas prisões em regime fechado, uma vez que essas instituições não enfrentam, nas condições atuais, o isolamento suposto nessa formulação.

1.1 Objetivos

Com a reformulação do projeto, propus finalmente estudar as seguintes questões:

- Como as mulheres presas pensam suas condições de aprisionamento: como se organizam na prisão, e de que maneira as relações dentro do presídio indicam pertencimentos extramuros, que produzem grupos de sociabilidade ou identidades dentro da prisão; como esses grupos se organizam e se entrecruzam na prisão e como se relacionam com outros contextos?
- Quais são os discursos produzidos acerca do encarceramento feminino.
- Como se estabelecem possíveis redes de solidariedade entre as mulheres presas, sobretudo quando a mulher é mãe: como esses grupos se organizam; como se dão, entre as mulheres presas, as relações entre a prisão e o mundo fora da prisão; ou como os seus elos com os grupos de origem se modificam ou se mantêm a partir da experiência de aprisionamento.
- Como a cultura prisional, sobretudo no que se refere aos marcadores de gênero, incide sobre a vida fora da prisão.

1.2 Entrada em campo e autorização para a pesquisa

Durante o período de reformulação do projeto, eu vinha paralelamente buscando estabelecer contatos com grupos que trabalham com pessoas presas, de modo que, em março de 2012, por ocasião do dia internacional da mulher, participei de uma atividade sobre a Questão da Mulher Presa, organizado pela coordenadora para a questão da mulher presa da Pastoral Carcerária, Heidi Ann Cerneka, e, ao final do encontro, procurei-a para que pudesse me orientar sobre como eu poderia estabelecer parcerias com a instituição, uma vez que pretendia realizar visitas ao ambiente prisional. Ela recomendou-me procurar a Pastoral Carcerária, localizada na rua da Consolação, em São Paulo. Assim, durante o primeiro semestre de 2012, estabeleci contato com essa instituição, fiz o curso de formação para agentes da Pastoral Carcerária, organizado pelo coordenador nacional, e, ao final do curso, poderia receber uma carteirinha que permitiria o meu acesso a uma instituição prisional, a fim de realizar visitas como agente da instituição. Nesse curso, o coordenador nos orientou em relação ao material que poderíamos levar para o presídio, sobre as roupas adequadas a tal finalidade e sobre como tratar as pessoas presas.

De acordo com o que foi exposto, deveríamos evitar roupas vermelhas, pois podem trazer lembranças de situações violentas, ou mesmo nos situar em um código muito utilizado por grupos que atuam em crime organizado. Ademais, roupas da mesma tonalidade dos uniformes deveriam ser evitadas. Afinal, poderíamos ser confundidos com os presos e termos dificuldades para sair da prisão. O padre comentou também que ele mesmo sempre usava roupas sem pontos metálicos, preferia calças com elásticos, a fim de que as portas de detecção de metais não travassem no momento em que se passasse por elas. Pelo mesmo motivo, foi recomendado que utilizássemos cadernos que não contivessem materiais metálicos, como espirais, e que também não fossem de capa dura, para que os agentes penitenciários responsáveis pela revista não supusessem que havia algo escondido na capa, como um canivete, por exemplo. Recebemos também orientação acerca dos diversos pedidos que os presos poderiam nos fazer e como deveríamos nos desvencilhar de situações que nos colocassem em risco, ficando atentos para não aceitarmos pedidos de favores, como entrar ou sair da prisão com objetos desconhecidos.

Como escreve Adorno (1991), ao abordar o tema da criminalidade nas Ciências Sociais, é comum que o pesquisador se sinta solidário com o criminoso, principalmente quando este se encontra encarcerado, posto que se descortina um universo de injustiças associadas à precariedade de direitos: “Não há como se manter indiferente quando nos colocamos na situação de escuta e nos defrontamos com vidas dilaceradas...”. No entanto, continua o autor, “a situação de encarceramento faz com que os indivíduos sujeitos às grades desenvolvam certas habilidades e particularidades de comportamento. Uma delas é, sem dúvida, a sedução” (p. 13). Assim, uma relação solidária por parte do pesquisador pode ser uma armadilha, restando uma espécie de “terceira via”, ou seja, não se apresentar como pertencente à equipe institucional, mas também não se colocar na condição de “igual” ao preso, dadas as astúcias e desconfianças que marcam o universo carcerário.

Embora o coordenador da Pastoral não nos falasse exatamente da relação entre pesquisador e pesquisado, a sua explanação referente a alguns cuidados que deveríamos ter no ambiente prisional diz respeito ao contexto, marcado por astúcias, ocultações e jogos de sedução, em que os agentes da pastoral deveriam observar determinadas regras, a fim de manterem a distância necessária para não ser capturado por aquela lógica. Mesmo assim, de algum modo, o trabalho realizado pela Pastoral Carcerária, diferente da perspectiva de Adorno como pesquisador, tem como mote justamente apresentar formas de “solidariedade”

às pessoas encarceradas, na perspectiva religiosa, mas o alerta emitido no curso de formação não deixava de conter elementos que exigiam certo distanciamento em relação aos presos.

Após o curso, recebi uma carteirinha que autorizava a minha visita na Penitenciária Feminina do Butantã como agente da Pastoral Carcerária. Assim, durante alguns sábados pela manhã, quinzenalmente, entre os meses de fevereiro e maio de 2013, pude acompanhar o grupo de agentes religiosos que faziam visita na penitenciária citada. Tais encontros proporcionaram um contato inicial com o ambiente prisional e, por meio de deles, pude levantar algumas questões preliminares sobre a interação das mulheres naquele ambiente.

Os encontros ocorriam na capela do presídio e geralmente eram organizados com quatro ou cinco agentes da pastoral, tendo como liderança um homem "leigo" de cerca de 50 anos. Também participavam das atividades uma moça jovem, responsável por conduzir a cerimônia – que se assemelhava menos aos ritos tradicionais do catolicismo e mais a um culto evangélico, cantando letras reconhecidamente carismáticas⁷, lendo a bíblia e “levando palavras” que procuravam confortar as mulheres presentes –, outras duas mulheres e eu.

Ao chegar ao presídio, o grupo pedia que as agentes penitenciárias (funcionárias da instituição) avisassem às mulheres que já estávamos ali. Chamava a atenção o fato de muitas mulheres transitarem por áreas abertas no interior da prisão, contrastando com a minha ideia preconcebida de que, naquele contexto, os sujeitos ficariam confinados em suas celas. Talvez a maior liberdade de trânsito na instituição esteja associada ao fato de esta ser uma instituição de regime semiaberto, diferente do que talvez pudesse ser observado em algumas instituições de regime fechado. Aos poucos, as mulheres, avisadas da chegada dos membros da Pastoral e chamadas para a cerimônia pelas agentes penitenciárias, iam ocupando espaços na capela e participavam ativamente dos cânticos. Tal momento costumava gerar bastante emotividade. As mulheres eram envolvidas em atividades que costumavam integrá-las por meio de posturas e movimentos corporais, inseridas no ritmo da música e de acordo com o comando da cantora. Em meio às músicas, eram introduzidas falas que potencializavam o choro de algumas delas.

Eu geralmente me sentava nos bancos, local destinado às pessoas que assistem ao evento, pois não me sentia à vontade para tomar a palavra, como sugerira o líder que nos acompanhava, afinal, eu tinha finalidades diferentes naquele ambiente e não queria associar

⁷ Identifiquei que algumas letras eram parte do repertório de músicas difundidas pelo Padre Marcelo Rossi. Tais músicas, por terem uma aproximação com as vertentes protestantes neopentecostais, poderiam ser um atrativo para muitas mulheres que não se identificam necessariamente com o catolicismo e podiam cantar as mesmas letras em encontros de denominações protestantes neopentecostais, por exemplo. Após a visita da Pastoral Carcerária, outros grupos religiosos fariam uso da capela para também realizarem seus ritos, reproduzindo as disputas entre grupos religiosos atuantes na sociedade.

minha imagem às atividades religiosas⁸. Ao mesmo tempo, sentar-me naquela posição permitia que eu observasse o cenário. Na parede lateral da capela, há uma janela por onde é possível ter uma restrita visão de uma área em que se desenvolviam situações de sociabilidade entre as mulheres presas. Assim, pude observar que havia certa movimentação de mulheres durante o evento, ou seja, em alguns momentos a igreja estava mais cheia, e em outros, esvaziava, isso durante a mesma reunião. Observando um pouco mais, a partir da segunda visita, pude verificar que, algumas vezes, uma mesma mulher poderia estar em um dado momento comungando das atividades religiosas, inclusive chorando, e, em instantes seguintes, estar em interação com outras colegas no ambiente fora da capela. Se em um momento ela havia se envolvido com os ritos religiosos, através da manifestação de sofrimento, ali fora, no entanto, vigorava uma espécie de interação em que as relações eram manifestas por expressões corporais que visavam demarcar uma posição perante as demais. Nem todas, obviamente, participavam de ambos os espaços. Havia, entre as presas, mulheres que cumpriam o papel de organizar a presença dos agentes da pastoral naquele lugar, levando água para nós e cuidando para que tudo ocorresse da melhor maneira. Uma mulher em especial se afirmava como fiel aos valores religiosos trazidos pelos representantes da Igreja Católica. Outras, no entanto, operavam uma espécie de “transfiguração” de sua identidade, alternando momentos de choro, tristeza e raiva, expressos em suas feições faciais e corporais, e momentos de distanciamento dessas mesmas reações, ou seja, transitavam pelos dois espaços agindo de acordo com os códigos que lhes correspondiam: o do interior da capela, representativo dos valores religiosos, que incluíam a expectativa de arrependimento e a expressão do sofrimento – como o discurso produzido ali dentro – e o do espaço de sociabilidade entre elas, localizado fora da igreja, em que predominavam jogos em suas interações, com a demarcação de relações de poder e de outras formas de identificação.

As visitas com a pastoral foram particularmente importantes no sentido de propiciar os primeiros contatos com os códigos das mulheres presas e alguma familiaridade com o sistema prisional, possibilitando inclusive que eu conversasse com algumas mulheres informalmente⁹. Ao mesmo tempo, tais encontros não permitiam aprofundar as conversas acerca das temáticas da pesquisa, dada a minha inserção no espaço da prisão como membro da Pastoral Carcerária. Assim, paralelamente às visitas com a Pastoral, procurei cumprir os trâmites burocráticos que

⁸ Até aquele momento não havia me apresentado como pesquisadora, por não ter ainda autorização da instituição para tal.

⁹ Em um encontro, conversei com duas irmãs estrangeiras. Uma delas fora detida na fronteira e reclamava que, apesar de ter progredido no cumprimento da pena e ter direito ao indulto, já que estava agora no semiaberto, não teria local para ficar durante a saída.

viabilizariam a pesquisa, com a submissão do projeto às comissões de ética que deveriam aprová-lo para permitir minha entrada como pesquisadora no presídio, verdadeira peregrinação que descrevo a seguir¹⁰.

Nesse processo, realizei o levantamento, no site da SAP¹¹, das prisões localizadas na cidade de São Paulo, considerando a viabilidade dos deslocamentos durante a realização do trabalho. Na cidade de São Paulo, foi possível localizar três presídios em funcionamento: a Penitenciária Feminina de Santana, a Penitenciária Feminina da Capital, ambas localizadas na zona norte da cidade, e a Penitenciária Feminina do Butantã, localizada na rodovia Raposo Tavares, Km 19,5, Jardim Arpoador. Uma alternativa cogitada para a realização de tal trabalho seriam as unidades consideradas menores, como os Centros de Ressocialização, uma vez que esses podem abrigar pessoas em regime semiaberto e que, por isso, poderiam atender aos objetivos de pesquisa. A opção pelos centros de ressocialização ficou em segundo plano em relação à Penitenciária Feminina do Butantã, que abriga presas em regime semiaberto, além de manter a “Casa Mãe” – ala em que as presas, que derem à luz no período de encarceramento na unidade, podem ficar com os seus bebês até o sexto mês de vida destes.

A Penitenciária Feminina do Butantã, uma unidade que atende presas em regime semiaberto, foi considerada uma escolha acertada, posto que havia o objetivo de avaliar as questões que marcam as mulheres presas em suas relações com o mundo externo à prisão, e nessa unidade eu poderia ter acesso a presas que já têm contato com o ambiente extramuros (chamado por elas de *saidinhas*), seja pelos indultos concedidos às presas de bom comportamento que já tenham cumprido 1/5 da pena, seja pela possibilidade de trabalharem fora do ambiente prisional durante o dia. Tal fase do aprisionamento é considerada, assim, um período em que o recluso pode ter contato com o universo fora da prisão e se reaproximar do grupo de origem, como família, amigos e vizinhança.

Ademais, tal unidade possibilitaria ter contato com presas em várias etapas de cumprimento da pena, posto que, ao ingressar no regime semiaberto, a reclusa teoricamente começa a se preparar para o momento de soltura, com possibilidades maiores de transitar pelo ambiente externo, como destacamos anteriormente, o que viabilizaria a observação do

¹⁰ Optamos por inserir o relato de todo o percurso até a aprovação do projeto que permitiu a realização da pesquisa por acreditarmos que, no atual quadro de aprovação pelos comitês de ética em pesquisa, essa questão precisa ser explicitada como um dado da própria pesquisa, por suas implicações para o trabalho de campo e o tempo gasto nesses trâmites que comprometem decisivamente a realização do trabalho acadêmico.

¹¹ Endereço eletrônico: <http://www.sap.sp.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2012.

processo de encarceramento feminino em diferentes estágios. Seria possível, assim, refletir sobre os reflexos da experiência em regime de cumprimento de pena sobre a vida da mulher.

Após a seleção da unidade prisional onde seria desenvolvido o trabalho de campo, iniciei os trâmites para obter autorização da instituição governamental responsável pelas unidades prisionais no estado de São Paulo. Na página eletrônica da SAP, obtive as informações referentes aos procedimentos e documentos necessários à submissão da proposta de trabalho ao Comitê de Ética daquela Secretaria. Do mesmo modo, procurei pessoalmente a profissional responsável por encaminhar a documentação ao colegiado a fim de dirimir algumas dúvidas, e fui orientada a fazer a submissão do trabalho na Plataforma Brasil¹² apenas após obter anuência do secretário da Justiça¹³. Assim procedi, entreguei pessoalmente a documentação que daria início ao processo em mãos da secretária do Comitê de Ética da SAP, entre os quais o “Formulário de Obtenção de Anuência para Realização de Pesquisa nas Unidades Prisionais de São Paulo”. Fiz uma breve descrição do trabalho que pretendia fazer na unidade prisional, apontando que utilizaria um gravador de áudio para, com ele, “entrevistar 30 mulheres”, a fim de compreender as relações entre mulheres encarceradas e seus familiares. Depois de entregar os documentos, seria necessário aguardar a autorização do secretário citado. Esse, por sua vez, após cerca de uma semana, expediu documento que concedia anuência ao encaminhamento da proposta, informando que a mesma poderia ser desenvolvida somente após apreciação e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da SAP. Como dito, essa era condição para apresentar o projeto ao Comitê de Ética e encaminhá-lo à Plataforma Brasil.

Após obtenção dessa primeira anuência, pude então iniciar a submissão da proposta à Plataforma Brasil, tendo ciência de que deveria apontar a Unifesp como instituição proponente do trabalho e a SAP como instituição coparticipante. Essa informação aparece expressamente na página eletrônica da SAP¹⁴. Assim, fiz a submissão dos documentos conforme recomendado, preenchendo as páginas virtuais daquela Plataforma e, ao mesmo

¹² “A Plataforma Brasil é uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/Conep.” Fonte: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/visao/pesquisador/gerirPesquisa/gerirPesquisa.jsf> Acesso em: 13 jun. 2013.

¹³ ANEXO 1: Formulário com Carta de Anuência para encaminhamento da proposta, assinada pelo Secretário de Estado.

¹⁴ “Coparticipante: Por instituição sediadora compreende-se aquela na qual haverá o desenvolvimento de alguma etapa da pesquisa. Essa é, portanto, uma instituição que participará do projeto, tal qual a proponente, apesar de não o ter proposto. É considerada uma instituição COPARTICIPANTE.” Disponível em < <http://www.sap.sp.gov.br/comite-etica.html>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

tempo, anexando documentos como o projeto de pesquisa, o TCLE¹⁵, Folha de Rosto assinada por mim, pela orientadora e pela coordenadora do Programa de Pós-Graduação ao qual estou vinculada, com a inclusão de seu CPF, e o formulário com a anuência do secretário do Estado. Após preencher todas essas etapas, submeti a proposta à Plataforma, que a replicou para o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unifesp, uma vez que essa era a instituição proponente do trabalho. Entretanto, em um primeiro momento, o CEP da Unifesp, após avaliação de seus relatores, acusou a proposta como pendente¹⁶, uma vez que fora apontada a necessidade de apresentar a autorização da SAP para realização do trabalho nas dependências de uma instituição prisional vinculada a essa secretaria.

Assim que verifiquei tal resposta, entrei em contato com os responsáveis pelo CEP da Unifesp e esclareci que eu apenas obteria tal autorização após a aprovação do projeto por parte do CEP da universidade, uma vez que a proposta seria replicada para a instituição coparticipante apenas após a autorização da instituição proponente. Essa, pelo menos, foi a informação que obtive da Plataforma Brasil. Os responsáveis na Unifesp pediram que eu anexasse tal informação por escrito na página do trabalho na Plataforma Brasil e se comprometeram a reavaliar o trabalho na reunião seguinte.

Por fim, a Unifesp autorizou a realização do trabalho¹⁷ e fiquei na expectativa de que, finalmente, o CEP da SAP avaliasse o meu projeto na reunião subsequente. No entanto, obtive mais uma informação via Plataforma Brasil: a SAP respondeu que não avaliaria o meu trabalho como coparticipante! Novamente entrei em contato com a instituição e questionei como eu deveria proceder. Obtive a resposta de que eu provavelmente teria feito algo errado, “pois deveria ter inserido os dados da SAP na Plataforma Brasil, no campo destinado à instituição coparticipante”. Como isso foi justamente o que eu havia feito, por orientação da SAP, insisti mais um pouco perante a funcionária dessa secretaria, que, por fim, comentou que eu deveria fazer nova submissão, uma vez que eles não avaliariam o meu trabalho como coparticipante, conforme comunicado da SAP¹⁸. Procurei informações com atendentes on-line da Plataforma Brasil e, por meio de um *chat*, fui orientada a manter a minha proposta de trabalho, pois fazer nova submissão implicaria em duplicidade do mesmo, o que poderia

¹⁵ Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Vide ANEXO 2.

¹⁶ Os trabalhos podem ser avaliados como “Pendente” caso sejam sugeridas alterações, acréscimo de dados ou de documentos, “Aprovado” ou “Não Aprovado”.

¹⁷ A autorização do trabalho pelo CEP da Unifesp está no ANEXO 3.

¹⁸ ANEXO 4: Comunicado da instituição coparticipante.

comprometer o meu trabalho posteriormente. Ademais, as duas instituições estavam representadas na minha proposta de maneira correta, segundo a Plataforma Brasil.

Como o tempo para integralização do mestrado ficava cada vez mais curto, a despeito da orientação emitida pela Plataforma Brasil, decidi fazer nova submissão e desta vez mantive a SAP como coparticipante, mas não indiquei nenhuma proponente no campo destinado a tal indicação. Finalmente, a SAP levou o meu trabalho para reunião, mas essa nova proposta foi avaliada como pendente¹⁹ e não obtive autorização para realizar o trabalho desta vez. Foi ressaltada a necessidade de alteração do título do trabalho²⁰, e de reforço dos aspectos éticos que envolveriam os sujeitos da pesquisa, além de apontar que deveriam ser enfatizados quais instrumentos seriam utilizados durante a pesquisa. Atendi aos detalhes recomendados, tal qual, e submeti novamente o trabalho. Até que, finalmente, o trabalho foi aprovado pelo CEP da SAP em 25/06/2013²¹.

Essa “peregrinação” para conseguir a autorização do comitê de ética na SAP e na Unifesp ocupou praticamente todo o primeiro semestre de 2013, mas ainda havia um caminho a seguir. Depois do processo exposto, foi preciso que o juiz corregedor e a diretora da unidade prisional tomassem ciência e emitissem autorização para a minha entrada nas dependências da prisão. Assim, fui informada pela secretária do CEP-SAP que eu poderia iniciar o trabalho apenas após essa autorização do juiz corregedor da unidade. Desde o final de junho, então, aguardei por isso. Em 17/09/2013, recebi finalmente o e-mail aguardado, a autorização para a pesquisa²². Na semana em que recebera tal devolutiva, no entanto, eu estava em Florianópolis, participando do Seminário Internacional Fazendo Gênero²³. Mesmo assim, entrei em contato com o “Centro de Progressão Penal Butantan”, nome que consta da última autorização, e combinei um encontro para a semana seguinte, após o meu retorno à cidade de São Paulo.

Na terça-feira, 20/09/2013, finalmente tive o primeiro contato oficial como pesquisadora com uma representante da unidade, a diretora técnica de saúde. Ela se mostrou bastante solícita, autorizando que eu iniciasse o trabalho ainda naquela semana. Na semana seguinte, no entanto, entre os dias 29/09/2013 e 04/10/2013, eu estaria em Santiago-Chile,

¹⁹ ANEXO 5: Parecer consubstanciado do CEP-SAP (Versão 1). Data da Relatoria: 24/05/2013. Situação: Pendente.

²⁰ De acordo com o parecer, o título “prisão” seria abrangente para o estudo, que se realizaria nas dependências de uma unidade prisional.

²¹ ANEXO 6: Parecer consubstanciado do CEP-SAP. Autorização do trabalho.

²² ANEXO 7: Autorização da Juíza de Direito.

²³ ANEXO 8: Certificado de participação e apresentação de trabalho no Seminário Internacional Fazendo Gênero 10.

participando do congresso da ALAS²⁴, por isso combinamos que eu iniciaria o trabalho após voltar de viagem, ou seja, no dia 07/10/2013.

1.3 O trabalho de campo

Na conversa com a diretora técnica de saúde na semana anterior, combinamos que a equipe de saúde da unidade – assistentes sociais e psicólogas – elaboraria um cartaz convidando as mulheres para participarem de uma pesquisa referente à vida da mulher encarcerada, e que, voluntariamente, as interessadas deveriam assinalar o seu nome em uma lista elaborada para tal finalidade. Tal procedimento visava apenas a apresentação de potenciais participantes, sem critérios de seleção pré-definidos. Desse modo, o resultado foi que as mulheres selecionadas estavam inseridas em perfis variados, não pertencendo a um grupo homogêneo quanto a diversos marcadores, como raça/etnia, orientação sexual, estado civil, tipo de crime, reincidência, maternidade etc. As mulheres tinham em comum o fato de estarem presas na mesma unidade prisional, algumas tendo já obtido permissão para saída, outras aguardando a liberação do juiz, lembrando que se trata de uma unidade que funciona em regime semiaberto.

Além do contato com as presas na Penitenciária Feminina do Butantã, busquei contatos com egressas do sistema prisional a fim de coletar os dados para apreender a dinâmica familiar das mulheres que vivenciaram a experiência de serem presas. Assim, enquanto aguardava autorização e realizava todos os trâmites exigidos pelas instituições legais, procurei parcerias com a Pastoral Carcerária e com a Amparar²⁵, essa última é uma entidade da sociedade civil, organizada por presos e familiares. Com o apoio dessas instituições, consegui contato com quatro mulheres egressas do sistema prisional. Conheci duas delas em um evento realizado na Secretaria Municipal de Direitos Humanos, organizado pelo ITTC²⁶, com a finalidade de debater a política de drogas aprovada em 2006 e a correlação com o aumento do encarceramento feminino por crimes relacionados ao tráfico. O debate “Quem é essa mulher?” contou com a presença de diversos grupos da sociedade civil e também de mulheres egressas do sistema prisional. Antes do final do evento, localizei um grupo de mulheres que tinham se definido como egressas durante o debate, conversando em um corredor anexo à sala do evento. Assim, identifiquei-me perante o grupo, e duas delas se

²⁴ Associação Latino-Americana de Sociologia. ANEXO 10: Certificado de participação como *ponencista*.

²⁵ Associação de Amigos e Familiares de Presos/as.

²⁶ Instituto Terra, Trabalho e Cidadania.

interessaram pela pesquisa. Uma delas havia entregado a guarda dos filhos para a própria mãe para que não fossem encaminhados ao abrigo e relatou brevemente também o caso de sua irmã presa. Contou que a irmã está presa e fora obrigada a “assinar” um documento autorizando a adoção de seu filho, e que, como era analfabeta, ela desconhecia o conteúdo do documento. Na data de nossa conversa, a irmã continuava presa, mas a família buscava saber o destino da criança.

Enquanto ouvia o caso dessa mulher, a segunda também se manifestou sobre o seu caso, dizendo que fora presa por portar drogas do marido em casa, enquanto este estava com uma amante na rua, e que, após cumprir quase três anos de prisão, ela não conseguia o contato das filhas gêmeas que haviam ficado com ele. Essa foi a primeira versão dos fatos apresentada pelas duas mulheres a mim. Mais tarde, estabelecemos contato via e-mail, telefone e pela rede social Facebook para agendarmos um encontro em suas respectivas casas, momento em que conversamos mais sobre o assunto.

Como a dificuldade para entrar no presídio foi grande, conforme relato acima, ao mesmo tempo em que eu precisava obter contatos com pessoas que estivessem em liberdade, a fim de iniciar o trabalho de campo, fiz ainda uma busca no Google e localizei alguns contatos relacionados à Amparar. Enviei e-mail para algumas pessoas e consegui o contato de duas sedes da entidade no estado de São Paulo. Na primeira delas, combinei com uma liderança da associação no bairro, ela mesma egressa do sistema prisional, e fui até a sua residência, onde também funcionam alguns encontros de mulheres e mães de pessoas presas. Por meio de contatos eletrônicos, conheci também outra unidade da entidade que, inclusive, oferece cursos profissionalizantes a moradores do bairro. Em uma de minhas visitas, pude conversar com uma mulher que estava na sede da Amparar buscando apoio para ter acesso a um curso.

Assim, ao todo, conversei com quatro egressas do sistema prisional, entre as quais duas permitiram que eu gravasse a conversa, e duas preferiram que não houvesse gravação. Uma delas emitiu detalhes de sua participação nos crimes que a levaram à prisão e, por isso, preferiu que não houvesse qualquer registro de sua fala. Apenas após sair do ambiente pude fazer as anotações referentes ao nosso contato. As quatro egressas, por estarem já fora da prisão, puderam lançar o olhar sobre um tempo passado, ao mesmo tempo em que puderam olhar para o presente e perceber algumas dinâmicas em suas vidas atreladas à experiência vivida naquele contexto. As quatro mulheres, como pretendo retomar posteriormente, reforçaram, em suas falas e por diferentes meios, o lugar da maternidade em suas vidas.

Três egressas fazem parte da minha rede de amigos do Facebook. Não tenho mais contato apenas com uma delas, justamente aquela que detalhara sua carreira no crime. As outras, assim que estabeleci contato, me adicionaram como amiga em suas redes. A partir do contato de uma delas, inclusive, fui adicionada por sua filha e por uma amiga, também egressa do sistema.

Das quatro egressas, três procuraram marcar a nossa relação por uma espécie de troca utilitária, em que eu, como pesquisadora, poderia contribuir de alguma maneira com elas. De maneira um pouco velada, as interlocutoras pediram para que, de algum modo, eu contribuísse com elas, seja para organizar um almoço beneficente em sua residência, como me interpelou uma delas, seja com a oferta de bonecas e cintos, vendidos por outra, ou, ainda, de maneira menos explícita, outra interlocutora enfatizava que ela vendia roupas e camisetas como as que eu estava vestindo. Deparar-se com pessoas que têm suas vidas submetidas a atrocidades é uma situação que tem um apelo emocional bastante forte para o pesquisador. Estando na residência de uma das mulheres, comprei uma boneca que me foi oferecida. Afinal, não é fácil não se solidarizar com sujeitos que vivem em situações tão precárias, como a mulher presa que comentou que lavava o cabelo com detergente. Nesse caso, sequer eu poderia lhe dar ou enviar um vidro de xampu, pois não estou inscrita em seu rol de visitas e apenas tais pessoas podem lhe enviar produtos por correio ou entregá-los pessoalmente. Enfim, as questões apresentadas são alguns dos dilemas envolvidos na pesquisa com populações de presos e egressos.

A Penitenciária Feminina do Butantã possui área destinada aos atendimentos feitos pela equipe de saúde e educação, uma oficina de trabalho e um pátio externo. Há também o prédio da administração, o estacionamento, a Casa Mãe e um bloco de quatro andares, com os quartos²⁷ que abrigam as presas, divididos em duas alas, a amarela e a azul, onde os funcionários procuram dividir as presas entre as que trabalham fora da unidade das outras, para que a rotina das primeiras não seja dificultada pelas segundas (em relação ao horário em que acordam e saem, por exemplo), como comentou a diretora técnica de saúde. A Casa Mãe é destinada às mulheres que deram à luz quando já estavam no sistema, até que o bebê complete seis meses de idade. No total, são 11 vagas nesta casa e as mulheres dividem o quarto com outra mãe e bebê. Para conhecer melhor o funcionamento e a disposição da unidade, perguntei a uma funcionária do setor de saúde se havia uma planta da unidade, e esta

²⁷ A diretora comentou que a unidade não possui celas, já que as mulheres não ficam fechadas; portanto, o local onde as presas dormem é chamado de quarto ou dormitório. Algumas interlocutoras, no entanto, se referiam ao local como *moradia*. Por exemplo: *Onde eu moro...*, referindo-se ao seu quarto.

procurou se desvencilhar de minhas perguntas e solicitações incômodas, apresentando-me o site da SAP, onde se “encontram todas as informações”. Há uma espécie de evitação por parte de alguns funcionários da unidade, sobretudo os ocupantes de postos hierárquicos mais elevados, em responder às perguntas dos pesquisadores, preferindo aludir às informações institucionais apresentadas em veículos públicos, como os sites oficiais. Ademais, caso o desenho da unidade estivesse em seu poder, talvez pudesse configurar risco apresentar a terceiros tal mapa, uma vez que o conhecimento da distribuição geográfica do espaço também pode configurar mecanismo de poder e, portanto, deve ser manejado por quem organiza as formas de controle, e não por quem pode utilizar esse conhecimento para burlá-lo.

Ao chegar à unidade na data combinada, dirigi-me ao prédio da administração – um primeiro prédio, que fica na lateral direita da unidade, logo na entrada – e conversei com as responsáveis pelo trabalho direto com as mulheres presas, como a assistente social e a psicóloga. Elas solicitaram que eu aguardasse enquanto redigiam a autorização para entrar na área onde ficam as reclusas. Após a redação e as devidas assinaturas, uma das assistentes sociais acompanhou-me na saída do primeiro prédio, quando identificou, no termo que seria apresentado à portaria da entrada principal, que faltava incluir a permissão para uso do gravador. Ela, então, retornou e refez o documento. Finalmente, encontrou-me novamente lá fora, acompanhou-me até a portaria de acesso às dependências da área de reclusão e ali me apresentou ao pessoal da portaria, entregando, por fim, o termo de autorização com a devida especificação sobre o uso do gravador.

O gravador constitui um capítulo à parte neste cenário, já que era facilmente confundido com um aparelho celular²⁸. Durante os trabalhos realizados na prisão, em diversas vezes fui abordada pelas guardas e mesmo por presas questionando sobre o aparelho. Como havia troca de funcionários na portaria, era comum que, ao passar pelo ritual de vistoria, em que eu era revistada e passava pela porta de detector de metais, a guarda do turno, desavisada, questionava sobre o aparelho. Certa vez, uma das plantonistas recolhera o meu gravador de áudio e levava para dentro da cabine, informando-me que faria a consulta com suas superiores sobre as funções do aparelho, apesar da autorização por escrito que ficava num painel na instituição, mas não necessariamente era do conhecimento de todos os funcionários. Outra vez, uma guarda que entrara na sala onde eu estava realizando uma entrevista se assustou perguntando se aquele objeto sobre a mesa era um celular. As próprias presas nos corredores,

²⁸ Bumachar (2012) escreve sobre o sentido do uso de celulares na Penitenciária Feminina da Capital, mostrando que esse é um objeto de desejo, proibido, mas presente, possibilitando o contato das presas com os seus familiares e filhos.

ao observarem o gravador na minha pasta transparente, emitiam olhares de cobiça em minha direção, até que uma delas tomasse coragem e me abordasse sobre a possibilidade de lhes emprestar o objeto, confundido com um celular, que representa um dos grandes objetos de desejo na prisão. Após a intervenção, percebi que o interesse em minha pessoa estava relacionado, na verdade, ao meu gravador, pois o mesmo aparentava ser um celular. Por fim, respondi-lhes que aquele era apenas um gravador de voz. Elas, então, me olharam decepcionadas.

A entrada no presídio constituía um ritual de chegada em que uma funcionária da portaria me entregava a chave de um armário para guardar minha mochila, ao mesmo tempo em que eu lhe entregava um documento pessoal, que ficava retido até a devolução da chave. Depois disso, uma funcionária fazia uma breve revista em meu corpo, na pasta transparente em que eu levava os termos de consentimento e material para anotações, e, por fim, era preciso passar pela porta de detecção de metais. Como eu já havia recebido orientações da Pastoral Carcerária, no referido encontro de formação, sabia que determinadas roupas poderiam tornar a entrada um pouco mais morosa. Assim, procurei me desvencilhar de quaisquer objetos, roupas e adereços que tivessem pontos metálicos, a fim de que a minha entrada fosse a mais ágil e tranquila possível.

Após essa etapa, fui conduzida pela funcionária, que gentilmente me acompanhou naquele espaço e me apresentou aos funcionários responsáveis por pedir que as reclusas viessem ao meu encontro. Logo após a entrada, há uma área livre, de onde é possível avistar o prédio destinado à reclusão das mulheres. Este apresenta inúmeras janelas, em que os beliches podem ser vistos a partir da área externa. Algumas mulheres sentavam-se nas pontas de suas camas e podiam observar o que acontecia lá fora, ao mesmo tempo em que o seu corpo ficava exposto ao sol.

Quatro mulheres, que haviam respondido ao apelo do cartaz que informava sobre a pesquisa, mencionado anteriormente, aguardavam-me em uma área perto da portaria, já no prédio interno, em um pequeno sofá utilizado pelas reclusas que precisam aguardar algum trâmite naquelas dependências, seja para aguardar a liberação para serem conduzidas ao hospital ou outros estabelecimentos, seja para aguardar o atendimento realizado com assistentes sociais e psicólogos. Algumas mulheres com quem conversei posteriormente, inclusive, chegavam até mim acreditando que eu era uma funcionária da instituição, dizendo que foram chamadas para passar por *atendimento* (com psicólogas e assistentes sociais), utilizando o mesmo tratamento destinado aos demais funcionários do local: Senhora.

Convidei as quatro mulheres para participarem juntas da entrevista, e elas se mostraram dispostas, acompanhando-me até a sala de atendimento da psicologia e da assistência social, ao final do corredor. A guarda que nos dirigiu até a sala que utilizaríamos pediu para que eu deixasse a porta aberta, ao que não me opus. No entanto, após a porta, havia uma parede que ocultava o campo de visão entre o interior da sala e o corredor. Pensei que tal pedido pudesse ser uma forma de, de algum modo, haver um controle sobre o que conversaríamos lá dentro. Apesar de o ambiente prisional tender a mostrar o que lhe interessa e ocultar os maus tratos e situações de violência, como argumenta Adorno (1991), com o passar dos dias, tive a impressão de que o controle prisional não era tão marcado quanto o que eu já havia lido em trabalhos realizados no ambiente da prisão, pelo menos não no corredor e sala onde era permitido o meu trânsito. Ademais, a sensação de maior liberdade pode ter relação com a temática do meu trabalho, uma vez que tinha como objetivo compreender a dinâmica familiar das mulheres presas, o que não remetia diretamente à questão da segurança, mas se vinculava mais à ideia do cuidado prestado pelos setores da psicologia e da assistência social. Além disso, como realizei o trabalho na sala de atendimento das assistentes sociais e psicólogas, deixei de acompanhar situações adversas nos corredores, celas e outros espaços da prisão. Adorno (1991) comenta sobre a seletividade do que pode ser visível ao mundo externo, segundo a qual “alguns ângulos da vida carcerária merecem publicidade”, enquanto outros aspectos “não merecem o mesmo tratamento” (p. 27). Embora eu não tivesse observado diretamente, muitas situações de violência foram narradas pelas presas ao descreverem os relacionamentos entre as presas e entre essas e os agentes prisionais e os enfermeiros, se não naquela penitenciária, mas em outros ambientes por onde haviam passado.

Na sala em que realizei essa e as demais entrevistas, havia uma mesa e algumas cadeiras. Pedi para que as mulheres se sentassem e eu mesma me acomodei na cadeira atrás da mesa. Expliquei a elas que eu era vinculada a uma universidade – e, portanto, não pertencia ao quadro funcional da instituição – e que pretendia fazer um trabalho para compreender a situação e a vida da mulher encarcerada. Apresentei o TCLE ao grupo e entreguei uma cópia a cada uma delas. Fiz a leitura, que pôde ser acompanhada por elas, e, por fim, cada uma assinou a sua cópia. Após o conhecimento dos objetivos, acertamos que eu poderia registrar a nossa conversa com o gravador portátil que havia levado para essa finalidade.

Tal procedimento fora igualmente realizado com as demais mulheres com quem realizei entrevistas. No total, entrevistei 17 mulheres presas, na faixa entre 30 e 45 anos. Essa

primeira entrevista constituiu-se em um grupo focal composto pelas quatro mulheres que se prontificaram a participar na pesquisa. Embora a maioria das entrevistas tenha sido individual, além do grupo focal do primeiro dia, atendi também duas duplas, dado que as guardas encaminhavam as mulheres para a sala e, algumas vezes, elas se sentiam mais à vontade para participarem em companhia de outras. O trabalho com duplas ou com o grupo trazem algumas reflexões específicas, dado que uma pode (des)inibir ou despertar sentimentos distintos nas outras. Uma das entrevistadas, que me contava abertamente sobre a sua vivência da sexualidade e do uso de drogas, avisou-me que se recusaria a continuar a entrevista caso outra mulher se juntasse a nós. Com o seu aviso, fui até o corredor e pedi para que a outra interlocutora aguardasse, e esta sinalizou que não se importaria em esperar. Assim, retornei à entrevista e pude concluir o trabalho com a primeira entrevistada antes de chamar aquela que aguardava do lado de fora.

Uma das interlocutoras fora entrevistada diversas vezes, em relatos muito extensos sobre a sua relação com os filhos e o neto (cuja mãe, sua filha, é menor de idade) que se encontram em um abrigo, sobre a sua relação com as companheiras nos presídios e hospitais do sistema prisional por onde transitou; em nosso último encontro, pedi para que ela relatasse mais sobre a sua história de vida.

Resumindo, além do trabalho de observação feito na etapa inicial da pesquisa e que acompanhou todo o processo da pesquisa, foram realizadas, entre 4 de outubro e 12 de novembro de 2013, entrevistas com dezessete mulheres presas, entre as quais houve um grupo focal com três mulheres²⁹ e duas entrevistas em duplas. Foram entrevistadas também as quatro egressas mencionadas, no período anterior à autorização para realização do trabalho na prisão, entre abril e agosto de 2013.

As entrevistas realizadas com as mulheres foram norteadas pelos objetivos da pesquisa anteriormente referidos, motivadas pela proposta de apreender elementos relacionados à subjetividade da mulher encarcerada e a compreensão que as presas têm de sua própria história, buscando observar as representações e opiniões sobre a sua própria vida, além das formas como organizam suas relações com os sujeitos com quem se relacionam dentro e fora da prisão, uma vez que tais questões poderiam ajudar a responder quais são os seus valores sobre os temas em questão e como determinadas falas são mobilizadas em favor da manutenção (ou não) das tarefas atribuídas às mulheres no contexto abordado.

²⁹ Uma interlocutora se retirou da sala após o início da conversa.

Buscando apreender a dinâmica dos relacionamentos das mulheres e como são construídos significados sobre as situações por elas vividas, a partir de questões políticas do cotidiano das mulheres presas – compreendendo como políticas quaisquer relações de poder –, no caso aqui estudado, o foco de análise está voltado, sobretudo, para as relações que se desenvolvem na esfera privada, no relacionamento íntimo dos sujeitos da pesquisa, nas práticas orientadas pela manutenção da vida cotidiana e também a como são mobilizados símbolos e valores que dão significados à experiência vivida. Nesse contexto, em que se busca compreender as orientações, as práticas, as visões de mundo e as formas de organizar o mundo material, a metodologia qualitativa permite que se desenvolvam técnicas que podem oferecer suporte à compreensão de questões bastante sutis, que não se apresentariam em um trabalho quantitativo. A definição da metodologia, assim, depende dos objetivos e do tipo de problema apresentado na pesquisa. Como escreve Martins (2004) sobre a metodologia qualitativa, “trata-se de um trabalho que só pode ser realizado com o uso da intuição, da imaginação e da experiência do sociólogo” (p. 293).

Antes de iniciar o trabalho de campo, esbocei um roteiro de questões³⁰ que permitiriam nortear a condução das entrevistas, muito embora já se soubesse de antemão que outras questões poderiam ser despertadas a partir da história pessoal de cada entrevistada e das questões suscitadas durante a conversa. Se uma mulher se revelasse como homossexual, ou sem filhos, por exemplo, sua história pessoal provavelmente lhe conduziria para questões diferentes das mulheres com orientação heterossexual e que indicassem ter filhos. Procurava-se, assim, compreender dinâmicas distintas, marcadas por uma questão comum: o encarceramento e a relação com o universo fora da prisão, mas era preciso compreender que cada mulher apresentaria uma história distinta. Sobre as entrevistas com roteiros, Queiroz (1984) escreve que o entrevistado tem certo grau de liberdade, mas o pesquisador irá trazê-lo “novamente aos problemas todas as vezes que percebe uma divagação para rumos diversos” (p. 58). No desenvolvimento das entrevistas, procurei apresentar a cada interlocutora os objetivos da pesquisa, comentando de maneira breve que pretendia compreender as questões que marcam as mulheres na prisão, procurando deixá-las à vontade para falarem sobre suas experiências.

Entre os procedimentos adotados, utilizei as entrevistas orais, como descrevi anteriormente, com um roteiro semiestruturado. Nas entrevistas realizadas em duplas, situação em que uma entrevistada mais expansiva poderia deixar a outra mais silenciosa, coube a mim

³⁰ O roteiro das entrevistas está no Anexo 10.

chamar a interlocutora para a conversa quando isso ocorria, embora em geral a conversa tendesse a despertar a interação entre as duas, que passavam assim a refletir sobre alguma situação que, de alguma maneira, seria objeto de interesse de ambas. Tal foi o exemplo da entrevista feita com interlocutoras de idades diferentes, em que uma tendeu a se “identificar” com os filhos da outra, que se encontravam no abrigo.

Em situações de interação, os sujeitos podem ser influenciados pelas falas uns dos outros, lembrarem-se de experiências também vividas por eles e contribuir para o entendimento de um tema. O trabalho com grupo focal permitiu que tais interações fossem estabelecidas e que as entrevistadas emitissem opiniões sobre as experiências também apresentadas por suas companheiras. Foi necessário, posteriormente, chamar uma das interlocutoras para uma entrevista individual, posto que, embora ela apresentasse os seus argumentos durante a dinâmica do grupo, algumas questões mereciam maiores esclarecimentos.

Nesse processo de chamar novamente a mesma interlocutora em sucessivas entrevistas, pude recorrer ao método da história de vida, em que pedi à entrevistada que reconstituísse o seu passado. Como escreve Queiroz (1984, p. 76) sobre as “técnicas” de história de vida e depoimentos gravados: “Que não exista entre ambos determinado grau de confiança, e as respostas vão se limitando somente ao que o entrevistado considera suficiente, não permitindo que o pesquisador penetre muito a fundo em sua vivência”. Assim, a interlocutora, já acostumada à minha presença, recorreu às suas memórias de infância e juventude, mas afirmara que preferia falar sobre a sua vida na fase adulta.

Após as entrevistas, procedi à transcrição das mesmas, convertendo em texto escrito o material de áudio. Tal processo possibilitou-me fazer uma primeira reflexão sobre o material gravado. O texto originado a partir das gravações foi posteriormente analisado, em leituras sucessivas, com a finalidade de encontrar temas recorrentes, visões aproximadas ou divergentes e possíveis elos explicativos com os quais fosse possível compreender as questões propostas no trabalho. A partir das questões recorrentes, relevantes aos objetivos da pesquisa, defini quatro temas a serem analisados, entre os quais se destacaram: a questão da violência, a maternidade, o cuidado dos filhos e, por fim, a questão da sexualidade.

Tais temáticas, no entanto, se apresentam sobretudo como uma forma de organização do trabalho, uma vez que, na realidade, não é possível dividir de maneira estanque tais esferas da vida, já que há interpenetrações entre elas. O ordenamento do cotidiano das mulheres entrevistadas entrelaça questões econômicas, afetivas e a relação com os filhos. A violência

sofrida por muitas delas também se inscreve nesse contexto, não sendo possível, portanto, delimitar as esferas da vida em categorias totalmente separadas. As mulheres entrevistadas agenciam a própria vida, articulando os diversos aspectos que, para os fins da organização do texto, tratamos de maneira separada.

A divisão em tais áreas temáticas tem finalidade analítica, como forma de compreender o cotidiano do grupo pesquisado. Entretanto, é possível observar que no capítulo em que abordo a questão da sexualidade, por exemplo, há diversas questões que se referem aos aspectos econômicos e à maternidade. Uma questão não se explica sem menção à outra. Do mesmo modo, a violência também se insere em um contexto marcado por diferenças de gênero, étnico-raciais e de classe. Assim, embora os capítulos que se seguem tenham tomado como eixo temático diferentes esferas da vida, argumenta-se que não é possível estudar um tópico sem recorrer a outros, uma vez que os mesmos se encontram entrelaçados na vida cotidiana.

Capítulo 2: VIOLÊNCIAS

Em entrevista recente para a *Folha de São Paulo*³¹, a pesquisadora Julita Lemgruber comenta sobre a onda de brutais violências ocorridas nas prisões do estado do Maranhão, onde, nos últimos meses, houve dezenas de mortes no presídio de Pedrinhas. Alguns vídeos, feitos por presos, foram publicados na internet e tiveram repercussão pública por mostrarem cenas de barbaridade, violência e morte. Como comenta a socióloga, a sociedade não está preocupada com o que ocorre no interior da prisão. A situação do presídio de Pedrinhas ganhou repercussão nacional apenas porque a violência, que parecia estar contida atrás dos muros, transbordou para além dos muros da prisão. Para ela, o problema está concentrado na entrada e na saída do sistema prisional, dado o elevado número de presos provisórios que aguardam julgamento de forma irregular. Muitos, quando chegam a ser julgados, são absolvidos ou são condenados a penas alternativas à prisão, o que significa que não precisariam ter cumprido pena em regime fechado. Do mesmo modo, inúmeros presos não recebem ou demoram a receber benefícios a que teriam direito porque há morosidade do sistema, pois grande parte das pessoas encarceradas não tem defesa adequada. A superlotação do presídio estaria, assim, ligada à tendência de se empurrar os problemas para dentro da prisão no Brasil, e ignorar o que ocorre lá dentro é uma espécie de “guerra contra a pobreza”. Como escreve a entrevistada: “Quando um político diz que a violência está contida nos muros, o que ele está dizendo é: 'Não nos preocupemos; se eles se matarem o problema é deles'. Nunca a violência está contida dentro dos muros”.

A matéria da socióloga no jornal *Folha de São Paulo*, abordando situações de repercussão pública, ajudam a compreender como a prisão é destinada a abrigar sujeitos já destituídos de direitos, grupos de pessoas pobres que, encarceradas, vivenciam situações de extrema violência. Tal mecanismo, para ela, estaria inscrita em uma forma de “guerra contra a pobreza”.

Sílvia³² saiu de casa cedo, quando a mãe se uniu ao novo companheiro. No que concerne ao aspecto inicial da ruptura familiar na adolescência, situação similar ocorreu com Roberta³³, que fugira de casa aos 14 anos, após tentativa de violência sexual por parte de um

³¹ “Situação nos presídios expõe guerra sobre a pobreza, diz socióloga”. Eleonora de Lucena. *Folha de São Paulo*, 11/01/2014. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1396192-situacao-nos-presidios-expoe-guerra-contr-pobreza-diz-sociologa.shtml> > Acesso em: 18 jan. 2014.

³² Todas as interlocutoras tiveram seus nomes alterados, a fim de preservar a identidade das mesmas.

³³ Roberta acumula diversas passagens por instituições para adolescentes infratores.

dos parceiros sexuais de sua mãe. Chegando a São Paulo, conforme relatara, começou a usar drogas com amigos que conheceu no centro da cidade e passou a morar na Cracolândia³⁴. A partir de então, passou por instituições para menores infratores por 14 vezes. Aos 18 anos, após ter completado a maioridade legal, passou a cumprir pena na Penitenciária Feminina do Butantã. Laura, hoje cantora de rap em parceria com os filhos, fora violentada por um irmão aos 14, o que a levou a deixar a casa da família para trás, seguindo uma história bastante similar à de Roberta: de *menina de rua*, como ela mesma se qualifica, às passagens pela Febem e, posteriormente, a passagem pelo sistema prisional. Parte das mulheres presas vem de históricos de abandono e violência desde a infância ou adolescência. Alguns marcadores, no entanto, podem estar mais associados às situações de violência. Laura, mulher negra, por já ter passagem pelo sistema prisional, afirma que fora presa injustamente, ao questionar sobre o sangramento (íntimo) de uma menina e descobrir que um ex-policial influente na região a havia violentado, com a conivência dos pais que eram pagos em troca de seu silêncio em relação à violência. Ela comenta que apanhou muito na delegacia. Um de seus filhos estava com ela, e outro ficara sozinho em sua casa, antes de algum parente saber da situação e poder ajudá-los:

Colocaram a gente na viatura, o meu filho foi como ladrão também atrás. Na delegacia (...) eu apanhei das 11 da manhã até não sei que horas da noite. Eles queriam que eu assinasse um documento como latrocínio. Eu falei não foi isso que aconteceu. Estava (sic) contando exatamente essa história que eu tô contando aqui. Me levaram pra um pronto socorro do lado, me deram uma injeção na veia onde qualquer barulhinho que fizesse era muito alto pros meus ouvidos. Aí voltava, eles me batiam, batiam, batiam. E o meu filho assistindo. Ele tinha 4 anos na época. O outro ficou dentro de casa. E eu falando, gente, e a menina, pega a menina, vai socorrer a menina, e eles não queriam saber. E eles ainda alegaram que eu tinha pegado uma televisão. (...) E a televisão de móvel, que eu acho que precisava de uns 5 homens pra pegar. Aí eu assinei um papel, era 157, parágrafo 2. (...) Fiquei uma semana assim desacordada. Não sabia pra onde tinham levado os meus filhos.

Outra interlocutora, por sua vez, também comenta que apanhou muito dos policiais no ato de sua prisão. Ela aponta que já era uma figura marcada, pois os policiais da região já a conheciam:

... eles cortaram o meu cabelo, quebraram o meu dente (...) É que eu era demais, era terrível e eu me vestia de homem porque eu gosto de mulher. E eu fazia trancinha rastafári e colocava o cabelo pra trás e colocava bermuda. Aí ele falou pra mim que se

³⁴ Região central da cidade de São Paulo, localizada no bairro da Luz, conhecida pela concentração de usuários de crack e moradores de rua.

eu me vestia de homem então ia apanhar que nem homem. E me bateu e me deu uma coronhada na boca que eu perdi quatro dentes. E cortou todo o cabelo. Era a Rota.

Pelo relato e pela maneira como essa jovem interlocutora se expressara durante a entrevista, é possível visualizar uma adolescente experimentando uma série de figurações que pudessem dar sentidos à sua identidade. A sua performance de gênero, nesse caso, teria atuado como um elemento que mobilizou maior violência dos policiais, que lhe informaram que aplicariam maior força punitiva, com agressões físicas mais violentas, já que ela havia infringido as normas referentes à identidade sexual, observadas em seus trajes e no próprio corpo. As marcas de diferenciação, desse modo, aparecem fortemente na violência policial durante o momento em que este rende os sujeitos e lhes dá voz de prisão. Assim, é a mulher negra e a homossexual que sofrem as maiores violências por parte de policiais. Como destaca Wacquant (2011), a população negra, em São Paulo, sofre de uma vigilância mais acentuada, mais dificuldade para obter apoio jurídico e recebe punições mais severas do que as pessoas brancas.

Para além da violência sofrida no momento da captura policial, a violência na prisão, outrora vivenciada nas ruas, agora, pelo material recolhido nas entrevistas, aparece em situações em que as mulheres estão sob o controle de uma instituição penitenciária, apresentando-se de variadas formas, como durante os períodos de gravidez e puerpério, por exemplo, nos hospitais e na “maternidade”, mas também com algumas formas de omissão de controle, como relataram algumas interlocutoras, posto que, ao não atuar no sentido de preservar a vida e a saúde de cada uma que se encontra em seu poder, a prisão acaba sendo também indiretamente responsável pelos atos violentos de umas sobre as outras, pela criação de poderes não institucionalizados que podem atuar em situações extremas, sendo o aglutinador de formas de violências das presas entre si.

Na percepção de mais de uma interlocutora, é uma violência o sistema prisional enclausurar réus primários e reincidentes em um mesmo ambiente.

Tal preocupação das interlocutoras traduz as tecnologias de poder do Estado abordadas por Foucault (1999). De acordo com o autor, a partir do século XVIII, há um processo de transição das técnicas de poder, denominadas pelo filósofo de anátomo-políticas para as biopolíticas, ou seja, práticas anteriormente centradas no corpo, com vistas ao seu alinhamento, vigilância e alocação de corpos individuais em torno de tecnologias disciplinares do trabalho para outra forma de poder concernente ao controle de fenômenos considerados relativos à espécie humana, em que as taxas de nascimento e de mortalidade da população,

por exemplo, passam a ser alvo da definição de um campo de saberes, a partir dos quais a biopolítica definiria o campo de sua intervenção. A biopolítica lida, assim, com a população como um problema político. Como ilustra o filósofo:

Não se trata, por conseguinte, em absoluto, de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas, pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação. (...) um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver”. (FOUCAULT, 1999, p. 293-4).

Com base em tais argumentos, o autor pretende delimitar uma tecnologia de poder em curso, diferente daquela que teria sido proeminente até meados do século XVII. No primeiro período, o poder do soberano seria o de deixar viver ou fazer morrer, em um contexto em que a autoridade poderia decidir sobre a vida e a morte dos seus súditos. Agora, ao contrário, como resume o autor, o poder, chamado por ele de “regulamentação”, consistiria na ideia de “fazer viver” e “deixar morrer”. Há, assim, a junção de um mecanismo de poder chamado de “disciplinar”, um saber que intervém nos corpos individuais para que os mesmos sejam socialmente produtivos, com outra tecnologia – o biopoder –, mas esta iria além da ideia do corpo individualizado, haveria agora uma visão de conjunto, em que os processos biológicos não são vistos a partir das tecnologias vinculadas ao indivíduo, mas como esse indivíduo está inserido em sua espécie e de que modo ele é útil (ou não) nesse conjunto maior. Como escreve Foucault (1999, p. 297), trata-se “de uma tecnologia em que os corpos são recolocados nos processos biológicos de conjunto”. Das e Pohle (2008, p. 25), por exemplo, assinalam que os levantamentos estatísticos por parte do Estado têm como finalidade a consolidação do controle estatal sobre os sujeitos, o território e a população; em suas próprias palavras: “Reconocemos que las prácticas de relevamiento documental y estadístico del estado están al servicio de la consolidación del control estatal sobre los sujetos, las poblaciones, los territorios y las vidas”.

Como escreve Foucault (1999, p. 300), “(...) uma vez que se supõe que aquele que foi devasso sexualmente tem uma hereditariedade, uma degenerescência que, ela também, vai ser perturbada, e isso durante gerações e gerações”, este seria o ponto por onde operaria o racismo de Estado, posto que a morte do outro, da raça inferior, do anormal e do degenerado é o que deixaria a vida mais sadia e, portanto, é a relação biológica – o racismo – que torna o “tirar a vida” aceitável na sociedade de normalização. Tal função pode ser assumida por meio da multiplicação dos riscos de morte para grupos específicos da população, ou seja, a

criminalidade, as guerras e os riscos fazem parte de situações em que, para determinados grupos, o “deixar morrer” é uma estratégia inserida nos mecanismos de controle populacional.

Tal multiplicação dos riscos de morte é observada nas negligências em relação a determinadas formas de convívio desumano entre os custodiados, o que, no caso da mulher encarcerada, implica alguns riscos para si, perpassando ainda fases que marcam o feminino, como a gravidez e o puerpério. Como relatara uma egressa sobre uma companheira de prisão:

... ela tomou um pau tão grande que eles abriram a cesárea dela. (...) ela chegou com a cesárea toda aberta, ela tinha ganhado o bebê, ela tinha entregado o filho dela fazia pouco tempo (...). Eles bateram tanto nessa mulher, tanto, não mataram por Deus.

*Teve uma grávida lá que morreu porque eles queriam fazer o parto dela lá na enfermaria e acabou dando um negócio lá nela. Acabou morrendo ela e o bebê. (...) Tinha uma tal de *** lá, ela tava há 6 meses. Eles levaram ela pra enfermaria, só que tinha estourado a bolsa. Então tinha que urgente ter levado ela pra rua, porque lá não tem médico. Eles largaram ela dois dias. A criança tava morta. A última vez que eu fiquei sabendo (dela) é que a criança tinha morrido e que ela tava num estado muito grave (...). Na (outra unidade), a menina com HIV, (...) sabia que não poderia ter o parto normal pra não passar (o vírus). Eles rasgaram a menina lá mesmo, sem anestesia, sem nada. Cortaram e levaram ela pro hospital e já falaram no hospital, “Você vai falar que nasceu na ambulância”. Nasceu dentro do presídio.*

Outra interlocutora estava grávida em uma de suas passagens pelo sistema prisional, por isso precisou fazer o acompanhamento de pré-natal e parto durante o período de cárcere. Ela descreve o que considera uma humilhação ocorrida durante o seu período de parto:

A médica lá da maternidade falou pra mim abrir a perna e a escolta lá, o policial, eu falei pra ela ‘eu não vou abrir’, aí eu coloquei a mão nela, assim, né, aí ela falou ‘tira a mão de mim’. Aí eu falei pra ela ‘eu não vou abrir minha perna aqui, senhora, eu sei que eu sou presa, mas eu não vou abrir minha perna’. Aí me levaram pra mesa de parto, e foi nessa hora que eu abri. Só que eu ficava em pé assim, parecia que tinha estourado tudo por baixo, (...) e a agente viu meu parto, achando que eu ia fugir.

Para Haroche (2008, p. 180-181), há “um elo profundo entre a injunção de visibilidade de si ou a obrigação de mostrar-se para existir, o isolamento que lhe é indissociável e os sentimentos de desvalorização e humilhação que estão neles implicados”.

O cotidiano no presídio é marcado não apenas pela violência dos agentes institucionais, mas pela violência que permeia as relações entre as presas, seja por ofensas expressas por elas mesmas em relação às suas companheiras, como modo de demarcar uma

posição de poder, seja por atos acordados entre um grupo de presas, instituído como grupo de poder, com a finalidade de estabelecer regras:

... se você passa na escada e esbarra numa presa, já é motivo pra ela te ofender, pra ela te humilhar. Outro dia uma menina tava limpando a escada, uma senhorinha tava descendo, e fazia pouco tempo que essa senhorinha chegou aqui. Não sabia que não podia descer. [...] Chamou a velha de tudo quanto é nome. Deu até dó de ver essa mulher. Ela jogou o cabo de vassoura, essa infeliz. A senhora tem idade pra ser vó dela, falou que a vontade era de arrebentar as pernas da mulher, porque ela tava subindo na escada, ela tava limpando. (Glória)

As falas das entrevistadas evidenciam as formas como determinados grupos se articulam no sentido de estabelecer formas de controle e de poder sobre outros sujeitos, criando, assim, mecanismos de controle sem que as instâncias legítimas precisem necessariamente atuar diretamente nesse sentido, já que as próprias presas se encarregam de certos controles que buscam garantir posições de poder entre os sujeitos presos. Trata-se do conhecido fenômeno interno às prisões denominado “seguro”.

O “seguro” seria o espaço, na prisão, destinado àqueles que não podem estar no “convívio” com os demais. Uma categoria fundamental para entendimento de tais espaços e ações na prisão é a ideia de “proceder”, bem descrita por Marques (2009). Em sua dissertação sobre “crime, proceder e convívio-seguro” nas prisões paulistas, o pesquisador define inicialmente tal categoria como “atributo do sujeito” – se o mesmo tem ou não tem “proceder” e como “substantivo” – o qual se refere a uma “disposição quanto a um ‘respeito’ específico” (p. 27). Enquanto substantivo, o “proceder” indicaria uma “complexa relação entre ‘respeito’, ‘conduta’ e ‘atitude’” (p. 28). Um preso que “tem proceder” possuiria os requisitos para habitar os espaços denominados de “convívio” na prisão. No exemplo contrário, o sujeito que “não tem proceder” seria exilado no espaço denominado “seguro”.

Marques (2009, p. 29) destaca que “o ‘convívio’ estende-se a todo perímetro de circulação permitida aos presos no interior das construções penais”, exceto as celas destinadas ao “seguro”. Essa última área seria destinada aos presos que, devido aos tipos de crimes cometidos, não são aceitos pela comunidade de presos, como os estupradores, àqueles “que têm ‘inimigos’ no ‘convívio’ e querem evitar o confronto”, e também aos presos que tenham quebrado “alguma regra do proceder” e não estão dispostos a enfrentar tais pelejas, as quais terminariam em morte. A “‘diferença moral’ entre ‘ter proceder’ e ‘não ter proceder’” se correlacionaria à “‘diferença espacial entre ‘convívio’ e ‘seguro’”. Ademais,

A palavra “seguro” é usada de três modos distintos pelos presos: para significar aqueles que pedem proteção para a administração prisional diante de ameaças de outros encarcerados; para significar a condição daqueles que pedem proteção; e para significar o lugar onde ficam os presos protegidos. Única palavra, tripla significação: população, condição e lugar. (MARQUES, 2009, p. 29)

Entretanto, ao longo de seu trabalho, a correlação entre tais categorias se complexificou à medida que a adesão às facções substituiu sua forma de sustentação “no acoplamento ‘correto’ do ‘proceder’” (p. 36). Da complexificação do entendimento “acerca do ‘proceder, da espacialidade ‘convívio’-‘seguro’ e da consequente apartação espacial de presos”, Marques (2009) destaca quatro tipos de entendimentos de seus interlocutores.

No primeiro grupo estariam aqueles que destacam o período que vai até a metade da década de 1990 como a época em que vigoravam as premissas do “proceder”, ou seja, antes das “facções” se consolidarem nas prisões do estado de São Paulo. No segundo grupo, estariam aqueles que afirmam que o PCC (Primeiro Comando da Capital) teria restaurado o “proceder” nas cadeias, com a afirmação de dois pilares políticos: manter a “paz” entre os presos e fazer frente aos agentes de segurança pública. No terceiro grupo estariam alguns presos que viveram ou vivem em cadeias em que atuam o CRBC (Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade). Essas são vistas como último reduto onde vigora o verdadeiro “proceder” – dado que, nestas, procurou-se, com o domínio do CRBC, restaurar a praxe de cada preso, sem interferência dos jogos de poder instaurados pelo PCC, de modo que cada preso responda pelos seus próprios atos. Os membros do PCC, no entanto, qualificam-nas como “seguros”, ou seja, destino dos sujeitos que “não têm proceder”.

Por último, haveria ainda alguns presos que viveriam marginalizados tanto em “cadeias do PCC” como em “cadeias do CRBC”. Alguns deles garantiriam suas vidas em “seguros de cadeias” de ambas as facções. Para esses, o “convívio” e o “seguro” funcionariam atualmente como um recurso administrativo apenas para separar “facções rivais” e o “proceder”, assim, teria deixado de ser um referente a partir do qual se avaliam condutas pessoais. A afiliação a determinados grupos rivais na prisão nublaria, portanto, o “proceder” como qualidade do sujeito.

Tal recorte do trabalho de Marques (2009) se faz no sentido de compreender que o “convívio”, assim como o “seguro”, que antes eram ocupados respectivamente por aqueles que “têm proceder” ou por aqueles que “não têm proceder”, complexificaram-se e não necessariamente dispõem espacialmente os sujeitos de acordo com as suas condutas. Ademais, o “seguro” não garante, necessariamente, a preservação da vida, uma vez que há

mecanismos mobilizados pelos presos para transitarem entre os espaços, seja para tentarem escapar de penalidades que sofreriam no “convívio” por outros presos, seja para se aproximarem de seus detratores e/ou rivais e aplicar-lhes um “acerto de contas”.

Nesse contexto, situações de violência são provocadas a fim de que regras implícitas ou explícitas sejam cumpridas em relação às trocas no interior da prisão, sendo a própria imposição da força um elemento que pode conferir prestígio a quem a emprega ou tenha meios para empregá-la (como a aliança com pessoas de maior força e poder ou com maior número de pessoas que estejam dispostas a agir em seu favor). Nesse ponto, os rumores podem ser um ponto a ser explorado, pois podem criar a necessidade de doações e retribuições de objetos e de favores. Para pagar dívidas contraídas, diversos objetos são usados como moedas de troca. Cigarros e produtos de higiene, ou ainda objetos proibidos, podem ser oferecidos como forma de selar alianças ou como retribuição de um favor, e, embora algumas ofertas possam aparentar espontaneidade, respondendo a uma transação voluntária, as trocas no interior da prisão podem seguir outras lógicas, às vezes ambivalentes, pois, embora algumas trocas respondam à lógica da reciprocidade e/ou à afirmação de lideranças no interior da prisão, não significa, necessariamente, que as mesmas sejam exercidas de forma desinteressada. As trocas de objetos podem conter demandas de outras ordens, podendo selar alianças, promover diferenciações e reafirmar hierarquias de poder. Muitas presas reforçaram a ideia de que as mulheres que recebem o “jumbo”³⁵ de seus familiares estão melhor situadas na prisão.

Em todas as cadeias que eu passei é assim. Vale o que você tem. Eu não tenho nada, então eu não sou vista por ninguém. Porque eu nunca tive Sedex, nunca tive visita. Sou nada, dia do kit, que paga uma vez por mês, tem aqueles que veem a gente na fila pra receber, que é uma pasta de dente, dois sabonetes, quatro rolos de papel higiênico e dois pacotinhos de Modes. Aqueles que passam, que você vê, tirando sarro da cara da gente, falam: “Ah, isso que é duro, não ter família, não ter ninguém”, e tira o maior sarro da sua cara ainda. Pra eles, é como se a gente fosse um lixo.

Como escreve Mauss (1974, p. 114), é através dos objetos de “entesouramento” que “obtem-se as posições sociais; é porque se obtém a riqueza que se obtém o espírito”, a partir do qual algumas vezes se pode obter respeito diante das demais. Com os objetos recebidos do ambiente externo, muitas mulheres conseguem retribuir “favores” recebidos dentro da prisão. Há sempre o princípio do “dar, receber e retribuir” que orienta a dádiva, por meio do qual entram em uma relação, que pode instituir uma dívida com aquele que lhe presta a oferta,

³⁵ Categoria nativa que nomeia os produtos recebidos pelas pessoas presas, como produtos de higiene, roupa íntima etc. levados por seus amigos e familiares inscritos no rol de visitantes.

seja ele agente interno ou externo à prisão, passando a dever a este uma contraprestação, embasada na regra do “contrair dívidas por um lado, pagar dívidas por outro” (idem, p. 127).

No ambiente fechado do presídio, diversas questões são perpassadas por rumores, orientando as relações entre os sujeitos e definindo afiliações, sentimentos de pertença e de identidade, ao mesmo tempo em que demarcam alteridades. A pesquisa abriu pistas para se pensar a questão que envolve as crianças recém-nascidas e também os rumores envolvendo pessoas que tenham cometido crimes considerados bárbaros e que, mais do que isso, ganhem força no imaginário dos presos. Uma interlocutora, por exemplo, afirma que conservava seu filho sempre perto de si durante a fase em que ele, bebê, ficara com ela na prisão.

Eu não deixava nenhuma presa pegar ele no colo. Nunca deixei ninguém entrar no meu quarto (...). Ia tomar banho levava ele no carrinho. Nunca deixei...

Outra interlocutora comenta sobre a impossibilidade de determinadas presas, sobre as quais são imputados crimes “odiosos”, transitarem nos espaços de convívio com as demais:

Uma senhorinha, você não dá nada. Você fala ‘como que pode o juiz prender uma pessoa dessas?’ Que nem essa que assou a criança ganhou o alvará esses tempos atrás, diz que colocou (uma criança) dentro forno. Acho que era do patrão, né? E o patrão foi comer lá e era o filho dele. (...), mas não entram no convívio pessoas que matam, que estupram, essas coisas não podem ter contato com nós, sabe?

Os documentários *O cárcere e a rua* e *Leite e Ferro* retratam questões relacionadas ao ambiente prisional feminino. O primeiro, entre outras tramas, apresenta uma mulher acusada de ter cometido infanticídio contra o próprio filho recém-nascido, o que a leva a sofrer diversas sanções das companheiras de prisão – correndo diversos riscos, inclusive à sua integridade física. No segundo, além de outros núcleos narrativos, o boato de infanticídio sobre uma mulher a tornava perigosa aos olhos do grupo. Este último retrata o cotidiano de um berçário, em que as mães podem ficar com os bebês nascidos no período de aprisionamento até que os mesmos completem seis meses de idade. Nesse cenário, mulheres suspeitas de infanticídio não são bem-vindas, sofrendo sanções do grupo.

É possível observar nos documentários em questão que fronteiras simbólicas são estabelecidas, separando as mulheres, mães que tinham seus filhos no berçário da prisão, no caso do segundo documentário, e/ou que mantinham uma identificação com a maternidade, no caso do primeiro filme – em oposição àquela que era “algoz”, portadora de uma trama aterrorizante (a suspeita do infanticídio) e potencial perigo para as crianças e suas mães. Trajano Filho (2000), refletindo sobre o rumor como gênero narrativo, escreve que a narração

de uma trama aterrorizante no contexto estudado por ele – a Guiné-Bissau – forneceria àqueles que contam e ouvem tais narrativas, os meios de demarcação das fronteiras simbólicas, as quais demarcam a oposição entre um “Nós” e um “Outro” como forma de definir a identidade social.

Sobre o papel dos rumores na formação da identidade nacional, Das (1998), escrevendo sobre eventos violentos que marcaram a Índia, destaca dois grupos desse contexto: os hindus e os sikhs: os primeiros, inscritos em uma identidade “feminizada”, marcada por símbolos femininos e discursos que valorizavam as formas de resistência passiva, e os segundos, em oposição aos primeiros, reivindicavam uma identidade marcada pela masculinidade, simbolizada pela espada, a barba e pela narrativa heroica de que sua história está escrita com o sangue dos mártires; ou seja, a oposição entre os dois grupos teria como base a definição de identidades opostas. Enquanto Mahatma Gandhi seria o símbolo dos primeiros, o qual inscreveria a nação em um discurso identitário feminino, para os sikhs, as narrativas feminizadas dos hindus representavam perigo, pois negavam a história Sikh e os tornavam fracos.

Com muita habilidade, a autora consegue explorar pontos de difícil apreensão, uma vez que a figura “feminizada”, tradicionalmente vista como frágil, e a figura masculina de virilidade associada à força, à resistência e à atividade são questionadas e até mesmo subvertidas, posto que são os sikhs, em sua figura viril, que em determinado contexto ocuparam uma posição subalterna na configuração social. Naquele contexto, Das (1998) indica que o confronto com uma “outra” feminina – a figura hindu – teria dissolvido o eu masculino do Sikh; e fatos extremos teriam formado uma gramática na qual imagens negativas e odiosas lentamente penetrariam o entendimento das pessoas. Assim, mais do que estereótipos de oposição, a posição de poder ocupada pelo grupo de aparência fragilizada teria dado início a uma série de acontecimentos violentos e à impossibilidade da continuidade dos laços sociais.

Embora em um contexto distinto, as relações sociais estabelecidas por indivíduos encarcerados entre si podem ser expostas a danos que levam à impossibilidade da convivência. Seria o caso dos sujeitos marcados dentro do espaço institucional por uma alteridade odiosa, como o exemplo das mulheres acusadas de cometerem infanticídio ou que tenham cometido crimes que não apenas atentem contra a vida de uma maneira bárbara, mas que ganhem força no imaginário social, como no caso descrito abaixo, em que a personagem vítima de maus tratos e omissões na prisão teria assassinado, esquartejado e, conforme

circulava na cadeia, havia colocado a sua vítima já morta *no forno*. Como escreve Das (1998), o rumor pode desempenhar uma função importante, criando condições para a circulação de ódio.

Ela batia a noite inteira com a caneca na água. Eu levantava, eu pegava água, enchia uma garrafa de água pra ela. Em menos de três dias, eles mataram essa mulher na enfermaria, eles mataram a mulher. Tanto as presas como a... não as agentes, as enfermeiras (...). Eles xingando a velha, fazendo a velha lavar roupa. Eu só chorava (...). Eu tive uma gravidez muito atribulada naquele lugar que eu morei, sabe? De ver os maus tratos lá, os maus tratos eram muitos. Os funcionários, os enfermeiros com as presas. Aí, ela caiu assim no chão, vestindo a roupa, o uniforme dela pra ir pra rua, tadinha. Aí ela caiu, chão gelado assim, a menina segurou ela aqui. (...) Olha, o enfermeiro chegou lá, ele deu uma olhada assim, como se ela fosse um saco de lixo. Deu uma olhadinha, não quis colocar a mão nela. Perguntou se tinha alguém pra recolher ela do chão, porque ele não poderia colocar a mão. (...) Nossa, filha, quando eu ia pedir ajuda pra pelo menos botar uma cadeira de roda pra mim levar ela pro banheiro, eles falavam que não era obrigado, que ela era "mundrunga", que no presídio eles usam "mundrunga" – pessoa suja, mundrunga. Maltratava [a mulher]. [Ela] falou pra mim que não queria viver mais. E não viveu quatro meses, também amanheceu morta.³⁶

Como escreve Foucault (1997, p. 21), não é mais ao corpo que se dirige a punição, é à alma. “À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições.”

A violência relatada nesse caso, ancorada no imaginário da população prisional, é manifesta por meio de omissões por parte de agentes institucionais – os profissionais de saúde daquela enfermaria –, além da violência perpetrada por suas próprias companheiras de prisão que, por meio de *xingamentos* e ordens para que trabalhasse, minavam “a vontade” e “as disposições” da mulher em questão. Pensando a vítima como figura contemporânea, Sarti (2011) aponta que determinadas formas de violência e determinados grupos ganham visibilidade na contemporaneidade. A autora problematiza tal figura, como essa é construída e quem são os agentes que definem vítimas e agressores. Seu trabalho parte da reflexão sobre a construção da violência na área da saúde para pensar o lugar atribuído à vítima e ao agressor no processo de construção da violência.

Trata-se de problematizar o próprio processo de construção social da violência, pela invisibilidade em que permanece, na mesma medida em que se dá visibilidade à violência como fenômeno particular, e indagar sobre o lugar atribuído à vítima (e ao agressor) e o que a construção desse lugar diz não apenas da definição de prioridades e do desenho das políticas públicas relativas ao problema da violência,

³⁶ Algumas interlocutoras me contavam sobre as situações de violência que presenciavam na cadeia, quando estavam presas. A personagem destacada neste relato teria sido presa por “morte” seguida de “esquartejamento”. Após ser transferida do “convívio” para a enfermaria, devido às omissões que sofria, veio a óbito.

mas de formas contemporâneas de sociabilidade, entre as quais se circunscreve o sofrimento e o cuidado que lhe corresponde. (SARTI, 2011b, p. 52)

A violência de funcionários, por meio de omissões ou da prática de determinados atos, pode, em alguns casos, contar com o apoio expresso ou velado das presas, como relatado acima. Tanto no excerto em que a presa não recebera os cuidados de que necessitava na enfermaria, como naquele em que destaco a presa com HIV que dera à luz inadvertidamente na prisão, são casos em que os agentes prisionais se omitiram de prestar tratamento mais humanitário, algumas vezes até acumpliciados com outras presas. A violência demarcada como omissão de cuidados – ou seja, como negligência – que deveriam ser prestados por funcionários faz parte de relatos de egressas que passaram também por hospitais penitenciários. Uma presa, por sua vez, destaca que não pode reclamar das agentes penitenciárias:

Eu falo por mim, esse tempo que eu fiquei presa, eu não tenho do que reclamar de uma agente, pelo contrário. E o que elas puderam me ajudar, elas me ajudaram. Eu reclamo é de companheiras, que é como elas chamam a gente. De ver o que uma faz com a outra.

Mas a violência empregada pelas próprias presas contra suas companheiras é motivo de muita reclamação:

Só Deus pra guardar a gente aqui naquele lugar. Eu falo, se um dia tiver uma rebelião, eu falo: Deus, me tira desse lugar. Vai ser uma presa matando a outra. Uma que não foi com a cara da outra... Infelizmente... E ninguém enxerga a cadeia desse jeito. Tem livro que fala que as agentes não podem bater na gente, mas não precisam, as próprias presas batem na gente se deixar.

Uma interlocutora destaca ainda como um problema o fato de que os sujeitos que cometeram crimes diferentes são aprisionados nos mesmos espaços, e, assim, muitos companheiros de prisão acabam indiretamente realizando um papel “punitivo” em relação aos seus iguais. Para ela, deveria haver distinção das presas de acordo com os crimes que cometeram, o que não ocorria, segundo ela, em uma das unidades prisionais por onde passou:

Eles catam a gente e jogam aqui. É igual eu falei pra você, os que mataram filho, mataram pai, sabe? Jogam a gente como um bando de animal. Como que tem gente que se mata. Entendeu? Teve uma que se matou porque não aguentou...

Tal proposição, na verdade, replica a sugestão dessa interlocutora de haver maior controle institucional, posto que, para ela, a segregação dos sujeitos de acordo com o crime

poderia implicar em mecanismo de controle da violência entre as presas. Essa mesma interlocutora se impressiona com a invisibilidade da violência que ocorre dentro da prisão:

Meu Deus, precisava pôr uma câmera em todos esses lugares pra você ver as coisas que acontecem, que a Justiça, porque a Justiça não vê o que acontece dentro do presídio.

Além da segregação proposta em relação ao tipo de crime cometido, a mesma interlocutora também destaca o critério de antiguidade como fator de distinção dos presos:

Vamos supor, aí Deus livre e guarde, eu volto, eu já sei como é, eu teria que ir pra um lugar ali que as pessoas gostam de tirar cadeia. Já tirou duas, três, quatro vezes.

A interlocutora que destaca tais afirmações, na verdade, não se inseria nos critérios de poder que demarcam as posições de domínio na prisão. A “caminhada” no mundo do crime, como cita Marques (2009) em relação à trajetória que o indivíduo reivindica para si nesse contexto, se insere em uma lógica específica, muitas vezes não dominada pelas recém-chegadas. Elias e Scotson (2000) destacam que entre as lógicas de classificação que concorriam na comunidade de Winston Parva, estudada por eles, o critério de “antiguidade” era importante fator de manutenção da hierarquia que se impunha entre “estabelecidos” e “outsiders”, ou seja, entre aqueles que eram antigos no bairro, e os outros, que chegaram depois. Mais do que a riqueza, o fato de pertencer às antigas famílias situava os sujeitos em uma posição superior nos critérios de classificação da comunidade. A “antiguidade” seria motivo de orgulho e era mobilizada como trunfo social, o que, de acordo com os autores, pode ser observado em diversos contextos sociais.

Ademais, escrevem os autores:

... para se manter, o status superior exige recursos superiores de poder, condutas e crenças distintas e transmissíveis a terceiros, e que amiúde é preciso lutar por ele; (...) o status inferior, para dizê-lo sem rodeios, pode caminhar de mãos dadas com a degradação e o sofrimento. (Idem, p. 166)

Tal proposição se verifica no que relatou Glória sobre a presa de mais idade, mas recém-chegada à prisão, que apanhou de sua companheira por transitar na escada quando esta estava fazendo a limpeza do espaço. A imposição da violência, degradação e sofrimento é uma forma de demarcar um traço de superioridade perante alguém pertencente a um grupo inferior, no caso uma senhora novata na prisão. Concorre nesse ponto o fato de determinados sujeitos serem já conhecidos no mundo do crime e não apenas naquela prisão específica. Os critérios de antiguidade, assim, embora na comunidade estudada por Elias e Scotson (2000)

sejam aqueles que se estabeleceram há mais tempo no bairro, no universo aqui estudado, o domínio dos códigos referentes ao universo da prisão e da criminalidade pode situar melhor os sujeitos nos critérios de hierarquias do ambiente prisional, além das relações que os sujeitos mantêm com aqueles melhor posicionados de acordo com os critérios daquele universo. Esse quadro explica a proposição de uma interlocutora, ré primária, que enfatiza a diferenciação dos presos entre primários e reincidentes como medida de diferenciação social e de “proteção” aos primeiros:

E o Estado tinha que fazer assim... o que seria muito difícil. Eu nunca tirei cadeia, vim presa pela primeira vez na minha vida. Eu tinha que ficar, lógico, que na cadeia, mas com pessoas que não tiraram cadeia ainda. Entendeu?

Essa interlocutora em específico, como veremos no capítulo referente à sexualidade, buscava afirmar para mim a sua superioridade moral, mas no cotidiano da prisão ela enfrentava situações desfavoráveis algumas vezes, manipuláveis em tantas outras, posto que os códigos morais referentes às hierarquias internas possuem uma gramática própria, cujos símbolos de respeitabilidade estão inseridos na ordem social ali existente. Ela mobiliza a afirmativa de ser mãe zelosa e ré primária³⁷ como critério de diferenciação social em nossa conversa, mas, dentro da prisão, os critérios utilizados nas lógicas de categorização a situam em posição inferior. Ela não atende à “antiguidade” e diz não possuir afinidade com a disciplina interna, organizada pelas mulheres ligadas aos grupos organizados.

As mulheres que não dominam os códigos relatam, algumas vezes, que se veem despojadas de transitar livremente pelos espaços sem sofrerem os efeitos das humilhações impostas pelas demais. Uma presa, em nossa última conversa, com um aspecto triste e um olhar absorto, reclama de suas companheiras e comenta que tem evitado transitar nas áreas de sociabilidade, como o refeitório. É por isso que ela reclama a separação entre reincidentes e réus primários, ou seja, entre os que, em certa medida, dominam os códigos e os que foram recentemente inseridos no ambiente, como os “estabelecidos” e os “outsiders” de Elias e Scotson (2000). Do mesmo modo, mas com tom diferente, a assistente social com quem conversei informalmente em minha última visita à prisão, dois meses após o encerramento do meu trabalho de campo, comentou que, após o período em que realizei as entrevistas, o perfil das prisioneiras daquela unidade havia mudado, uma vez que muitas mulheres estavam indo direto das delegacias e, portanto, não haviam passado por um processo de socialização e

³⁷ A prisão dessa interlocutora teria se dado em decorrência da ação de seu companheiro. Ambos foram condenados por tráfico de drogas.

disciplina no sistema prisional, o que as levava a sofrer represálias por parte das demais presas, ou seja, as novatas não dominavam os códigos do ambiente prisional e eram situadas em posição de inferioridade frente às demais, as quais criavam situações que demarcavam o lugar que deveria ser ocupado por cada uma das prisioneiras.

Sobre tal aspecto, uma egressa do sistema prisional afirma que colocar em um mesmo espaço pessoas diferentes, com trajetórias tão diferentes no mundo do crime, cumpre a função justamente de criar um ambiente hostil e violento, como uma espécie de laboratório em que os sujeitos são expostos aos demais:

*Eu vi uma mulher lá. [Ela] matou a filha dela na magia negra, depois ela acabou indo pro “seguro”. Apanhou muito essa mulher. Na nota de culpa, a polícia joga lá dentro e já fala bem assim: Olha, essa é artigo tal. É bem assim. Na verdade, hoje (...) eu consigo ter uma visão do que acontece realmente. O que eles querem quando jogam pessoas de artigos diferentes. Eles querem que... como que vai socializar uma pessoa, que vai voltar a reintegrar à sociedade? Se de repente ela já é uma pessoa revoltada, ela sai de lá e mata. (...) Mas a polícia já joga lá dentro e já diz: ‘olha, ela caguetou’. Entendeu? Ela já quer que... a impressão que me dá é que pega um animal, **uma galinha** e joga assim, **pra uns pitbulls**, e diz: ‘oh, pra vocês comerem’. E quem por último sobrar, aquela pessoa que já está carreada de cadeia, já sabe que vai ficar 20, 30 anos lá dentro, mas que é boba, é submissa, acaba assumindo um crime do qual ela não deu nenhuma facada³⁸. Você sabia disso?*

Como egressa, essa interlocutora consegue, hoje, ter uma visão dos mecanismos de punição da prisão. Enquanto a interlocutora anterior, ainda presa, argumenta sobre a necessidade de maior controle por parte da instituição, a primeira, com o olhar voltado para as situações vividas no passado, consegue elaborar uma explicação para a forma de (des)organização da prisão, observando que é justamente essa falta de controle um mecanismo perversamente formulado para organizar um controle maior. Para grupos específicos da população, a multiplicação dos riscos de morte, o “deixar morrer”, como argumentei acima, é uma estratégia de controle populacional.

Como alguém que está fora da prisão, mas que consegue olhar com certo distanciamento, Laura apresenta interpretações para o que ocorre/ocorria dentro da prisão, explicando como se organiza a instituição prisional e os seus mecanismos de controle. Tal

³⁸ Em sua etnografia, Marques (2009) apresenta a figura dos “lagartos” e dos “bandidões”. Os segundos tidos como alguém que se impõe pela força, subjugando presos com menor disposição ou condições de enfrentá-los, enquanto os primeiros, seduzidos pela força daqueles, lhe ofereceriam apoio. É interessante citar, no entanto, o que escreve o autor: “Só que na cadeia quem tira muito vai engordando pra morrê mais gordo” (p. 50), ou seja, ao fazer uso extremo de sua força, o “bandidão” alimenta rivalidades que podem esperar o momento ideal para agir.

operação, para ela, visa justamente que conflitos sejam acentuados e que os sujeitos ali confinados sejam expostos aos “riscos de morte”, dos quais nos fala Foucault (1999).

Capítulo 3: SEXUALIDADES

Duas questões referentes à sexualidade emergiram das entrevistas com as mulheres presas. Chama a atenção um caso envolvendo um incidente com um celular, em que imagens de nudez feminina e exposição de suas partes íntimas suscitaram reações por parte de funcionários da prisão. Assim, discuto na primeira parte deste capítulo os mecanismos de controle da sexualidade, em que discursos e mutismos fariam parte do dispositivo da sexualidade, como escreve Foucault (1988), abordando na sequência categorias morais mobilizadas pelas mulheres como forma de demarcar uma diferença e um valor positivo sobre si. No último tópico, abordo a maneira como as mulheres descrevem suas experiências sexuais e como essas não estão dissociadas das demais esferas da vida das mesmas, em que sexo, dinheiro, afeto e ajuda, como propõem Piscitelli (2011) e Zelizer (2009), estariam entrelaçados nas configurações de relacionamentos vividos pelas mulheres enquanto estão presas e também quando saem da prisão.

3.1 Um incidente envolvendo um celular

No primeiro volume da *História da sexualidade*, Foucault (1988) escreve que, desde o fim do século XVII, houve crescente incitação ao discurso sobre o sexo. Por isso, ele questiona o que chama de “hipótese repressiva”, uma vez que a dinâmica de poder não teria se erigido necessariamente a partir da repressão, mas sim a partir de uma “economia geral de discursos”, sendo importante, portanto, determinar regimes de produção de saber e de poder, a partir dos quais se desenvolvem, na modernidade, o “discurso da sexualidade humana”. (FOUCAULT, 1988, p. 17). O fato mais importante não seria afirmar ou negar a importância do sexo e seus efeitos, a formulação de permissões, interdições ou as palavras com as quais se designam o sexo; importa é que se fale sobre sexo, sendo que este é objeto de incitação discursiva nos três últimos séculos. Sobre o fato de se falar sobre sexo, Foucault aponta que se devem considerar os seguintes aspectos:

... quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o “fato discursivo” global, a “colocação do sexo em discurso”. Daí decorre também o fato de que o ponto importante será saber sob que formas, através de quais canais, fluindo através de que discursos o poder consegue chegar às mais tênues e mais individuais das condutas. (FOUCAULT, 1988, p. 18)

A vontade de saber seria, então, a lógica a partir da qual se constituiu o mecanismo de poder, que teria “esquadrinhado” as sexualidades na sociedade moderna. A partir de

referenciais oriundos dos modelos de confissão religiosa, agora, na modernidade, as ciências teriam se voltado a incitar a produção de discursos, a fim de localizar os sujeitos em quadros referentes à sua sexualidade. Uma verdade profunda, que diz respeito aos desejos sexuais, inscreveria agora os sujeitos em uma tipologia no quadro da sexualidade. Não é a repressão, portanto, mas a incitação da sexualidade que aloca o sujeito em um mecanismo de saber – poder – prazer.

Não é a repressão, portanto, o que define as sociedades modernas, mas a valorização do sexo como um segredo, o qual precisa ser colocado em discurso. A vontade de saber seria o mecanismo a partir do qual se constituiria uma “economia política” do dispositivo da sexualidade. Sobre o conceito dessa última, Foucault (1988, p. 116-117) destaca:

... a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, da intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 1988, p. 116-7)

Os discursos seriam estratégias de poder à medida que constituiriam elementos táticos situados em mecanismos de correlação de forças. Por meio da articulação entre saber e poder, os discursos são alocados em estratégias diferentes. Essa distribuição dos discursos, como interditos ou exigidos, com efeitos diferentes, de acordo com quem fala, é o que precisa ser recomposto. O discurso pode ser, assim, tanto obstáculo como efeito e instrumento de poder, de acordo com os objetivos em questão. O poder seria um mecanismo que extrairia uma verdade que precisa ser colocada em discurso, além disso, ele provém de todos os lugares, por isso está em toda parte, fazendo parte de estratégias complexas. Como escreve Foucault (1988, p. 52-53, grifos do autor):

... O poder funciona como um mecanismo de apelação, atrai, extrai essas estranhezas pelas quais se desvela. O prazer se difunde através do poder cerceador, e este fixa o prazer que acaba de desvendar. (...) funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. (...) Tais apelos, esquivas, incitações circulares não organizaram, em torno dos sexos e os corpos, fronteiras a não serem ultrapassadas, e sim, as *perpétuas espirais* de poder e prazer.

As perpétuas espirais de que fala Foucault (1988) seriam os poderes aos quais não se escapa; ao contrário, elas se multiplicam. Enquanto se afastam os questionamentos e investigações, produzem-se prazer e poder. Sobre isso, uma interlocutora, reclamando do que ocorre na prisão, longe dos olhos do mundo de fora e da pesquisadora, comenta que um

funcionário do presídio fizera um grande escândalo depois de encontrarem um celular com fotos de mulheres nuas, mostrando as partes íntimas:

O diretor esses tempos pegou um celular, de uma senhora, foto com a buceta aberta. Abriu bem a buceta, abriu a bunda. Menina, ele foi de andar em andar, esculachando todo mundo.

A confissão que o funcionário busca extrair veicula uma forma de sujeição e apresenta esquemas de conhecimentos que as presas teriam infringido. Não porque a sexualidade não exista e não deva ser confessada, mas porque a produção de imagens com o celular teria infringido uma regra, a de manter no silêncio algo que não poderia se tornar público sem passar antes por um controle que disciplina e que regula as suas formas. Explicitou o que deveria ficar escondido. Os gritos do funcionário serviriam para lembrá-las dos focos de poder-saber, os quais devem estar submetidos ao espaço e tempo permitido pelo "confessor", localizados na sala da psicóloga e da assistente social, onde a presa pode "confessar" o seu sexo, enquanto a publicização do mesmo, interdita, foi motivo para que a instituição as lembrasse de suas formas de sujeição aos esquemas de poder.

Para Foucault (1988), a lógica da censura se apresenta sob três formas: o inexistente, o ilícito e o informulável, sendo que esses se comunicam de maneira a serem princípio e efeito um do outro. O evento acerca do celular opera como fato revelador das formas como se lida com a sexualidade na prisão, mostrando que, embora exista uma imposição que exige a formulação de discursos condenatórios acerca das fotos produzidas, o fato de sair pelo presídio aos gritos, reclamando uma "confissão", não significa que necessariamente a autoridade realmente esteja disposta a conhecer as autorias e contextos em que as imagens foram produzidas. Os gritos, na verdade, encobrem uma espécie de mutismo em relação a duas questões supostamente proibidas: o sexo e a sensualidade das mulheres presas, que existem, mas, por serem ilícitos, operam por meio de uma "invisibilidade" institucional, portanto, são "informuláveis". A própria circulação de celulares no interior dos presídios ocupa este mesmo lugar: são objetos de desejo com uma presença escondida na prisão, reconhecida como ilícita por todos os sujeitos que transitam naquele espaço. Como escreve o autor: "o que deve ser calado encontra-se banido do real como o interdito por excelência" (FOUCAULT, 1988, p. 94). Os celulares e as imagens do sexo nele contidas devem ser calados e, portanto, banidos do real. A exaltação do funcionário da unidade e os excessos por ele demonstrados visam calar uma realidade que não deve ser dita, que não deve

ganhar materialidade pública, voltar a ser o que deve ser: o não-dito. O excesso de fala encobre o jogo da permissão velada, de uma verdade que deve ser ocultada:

Pois só pode haver desconhecimento sobre a base de uma relação fundamental com a verdade. Esquivá-la, barrar-lhe o acesso, mascará-la são táticas locais que surgem como que em sobreposição, e através de um desvio de última instância, para dar forma paradoxal a uma petição essencial de saber. Não querer reconhecer ainda é uma peripécia da vontade de verdade. (Idem, p. 63-64)

O celular e o sexo no interior do presídio constituiriam um saber que “não se sabe”. O que deve ser calado faz parte também do que é vocalizado, e a fala do funcionário procurava lembrá-las do que lhes é interdito. Não se trata de fazer uma leitura moral da postura do funcionário, tampouco ligá-lo ao fato de os celulares circularem na cadeia, algo ilícito, mas enfatizar como conhecido e desconhecido se entrecruzam na produção de uma verdade sobre o sexo:

O importante nessa história não está no fato de terem tapado os próprios olhos ou os ouvidos, ou enganado a si mesmos; é, primeiro, que tenha sido construído em torno do sexo e a propósito dele um imenso aparelho para produzir a verdade, mesmo que para mascará-lo no último momento. (Idem, p. 64)

O funcionário do presídio não apresenta uma proibição específica em relação às fotos das mulheres, mas, por meio da proibição ao celular – item proibido na prisão –, busca que alguém fale sobre as cenas que chegaram até ele. O celular ofereceria suporte para abordar a sexualidade. De acordo com Foucault (1988), o não reconhecimento é uma peripécia da construção de uma verdade sobre o sexo. Para o autor, não se fala menos do sexo, ao contrário, fala-se a partir de outros pontos de vista e através de outros agentes, com objetivos e finalidades diferentes, e o que se diz está acoplado ao que não se diz, não há uma divisão binária entre ambos. Os silêncios, os mutismos integram as estratégias discursivas.

Na passagem do século XVIII para o XIX, de acordo com Foucault (1988), o sexo deixa de ser questão de pecado e de castigo eterno e passa a ser inscrito em torno da instituição médica, como problema da vida e da doença. A partir daí, há uma separação entre a medicina geral do corpo e a medicina do sexo, em que categorias morais apareceriam então como domínio médico-psicológico, a devassidão moral cederia lugar às “perversões” médico-psicológicas. Nessa mesma época, escreve Foucault (1988, p. 129):

... a análise da hereditariedade colocava o sexo (as relações sexuais, as doenças venéreas, as alianças matrimoniais, as perversões) em posição de “responsabilidade biológica” com relação à espécie; não apenas o sexo podia ser afetado por suas próprias doenças, mas, se não fosse controlado, podia transmitir doenças ou criá-las

para as gerações futuras; ele aparecia, assim, na origem de todo um capital patológico da espécie.

A família “burguesa” ou “aristocrática” teria sido a primeira a problematizar a sexualidade das crianças e adolescentes e a medicalizar a sexualidade das mulheres: “Foi ela o primeiro lugar da psiquiatrização do sexo” (Idem, p. 132); e a primeira personagem a ser investida do dispositivo da sexualidade, a ser “sexualizada”, foi a mulher “ociosa”. Ela teria a tarefa de conservar uma descendência sadia para a sua família e sua classe.

Nas camadas populares, apenas lentamente o dispositivo da “sexualidade” é inserido. O problema da natalidade seria o primeiro impulso dos mecanismos de sexualização. Depois, a necessidade de sujeição de um proletariado urbano como forma de controle político seria motivo para investir na “moralização das classes pobres” e, por último, no fim do século XIX, um controle médico e judiciário atuavam com base nos preceitos racialistas da época, e, mais uma vez, o controle se volta para as camadas populares como uma forma de proteção social e da raça.

Em primeiro lugar, antes de operar por meio de um controle da sexualidade das classes exploradas, enfocava-se técnicas que maximizassem a vida e valorizassem a descendência das classes dominantes. Não é a ideia de sujeição de uma classe, mas de autoafirmação de outra. Enquanto a nobreza mantinha a distinção pelo sangue e ascendência, a burguesia o fez por meio do corpo e da descendência. Por meio de um dispositivo da sexualidade, de um corpo cuidado, esta buscava garantir força e perenidade para as suas gerações.

As condições de vida entre o proletariado, no entanto, não permitiam que esse, na primeira metade do século XIX, tomasse consideração pelo seu corpo. Foram necessários conflitos para que a sexualidade desse grupo fosse colocada como problema.

A partir de tais proposições, pensando sobre as mulheres encarceradas, percebe-se um investimento em sua sexualidade quando essas estão presas, na forma de supostos cuidados ao corpo e à saúde. Os elementos do dispositivo da sexualidade, elaborados por um discurso racional, fazendo alusão inclusive a uma ideia de compartimentalização das esferas da vida, dentro e fora da prisão, aparecem na fala de uma interlocutora:

Aqui dentro tem mais a disciplina, né? Aqui na cadeia tem mais a disciplina, pra alimentação, pra saúde. E aqui a mulher se cuida, né? Porque lá fora ela não se cuida. Quem geralmente está vivendo nesse mundo do crime aí, lá fora não está se cuidando. Está lá pra ganhar dinheiro. Aí aqui dentro ela se cuida, na saúde, na alimentação... Tem a disciplina da alimentação, tem a disciplina da saúde. Tem a

disciplina dos seus sentimentos, você tem que colocar tudo no lugar, tudo em ordem.

Como escreve Foucault (1988, p. 30), “o sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos”. A interlocutora acima também faz alusão a um dentro e um fora da prisão. Sendo a prisão justamente o lugar onde a sexualidade da mulher receberia maior investimento, deixando entrever uma espécie de “falta” no universo fora da prisão. Uma forma de poder disciplinar, apenas à medida que os sujeitos são encarcerados e destituídos de liberdade, é que teriam acesso a cuidados que perpassam o dispositivo da sexualidade. A fala apresentada, acerca da disciplina, vista como uma organização racional da individualidade, destaca que, na prisão, a mulher recebe cuidados que não tem fora da prisão. Uma segunda interlocutora, no entanto, tem outro ponto de vista, pois enfatizou, em nossa conversa, a ausência de cuidados com a sua saúde desde que foi presa:

... era um tratamento que eu fazia de psiquiatra e psicólogo, entendeu? Eu tive um problema muito sério na minha gravidez, e a minha filha caiu da cama. E eu era menor e tinha saído de casa, entendeu? Então eu fui pra rua, comecei a usar droga, aí foi onde eu peguei sífilis. E aqui está sendo muito difícil cuidar, porque eu vou atrás, eles falam pra mim pra esperar, porque vai chamar meu nome, pra mim tomar a Benzetacil, só que é difícil essas coisas, entendeu?

O mesmo é relatado por uma terceira interlocutora, que insistiu na necessidade de haver mais profissionais da área da saúde no presídio feminino. Ela afirma que na unidade não há médico para atender as mulheres:

... não tem, só se for da rua, porque tem o ambulatório ali, mas até remédio falta, que nem hoje, fui em um acompanhamento e estou super mal, estou com nódulos nos seios, e aquela secreção, aí eu fui no enfermeiro e não tem médico, e até lá eu vou ficando assim do jeito que estou, tinha que ter mais recursos para atender nós mulheres.

Sobre o aspecto dos cuidados que o dispositivo da sexualidade incita, a segunda interlocutora reforça, durante a nossa conversa, que, apesar da necessidade de receber medicamentos para o seu problema, há na prisão dificuldade e morosidade no acesso aos serviços de que necessita. A terceira, de modo similar, reclama que, apesar de ter ido a um acompanhamento ambulatorial na data de nossa entrevista, não há recursos suficientes para atender as demandas da área da saúde entre as mulheres.

O sexo é, assim, colocado em discurso e, como tal, deve-se considerar o agente que fala, por que se fala, quais os conteúdos e enunciados produzidos na elaboração da verdade

sobre o sexo. A medicina e a psiquiatria, desde o século XIX, seriam os modelos a partir dos quais se produzem as verdades sobre o sexo. Como escreve Foucault (1988), a sexualidade não se produziu como efeito de uma interdição, mas como afirmação de uma verdade e de um controle que objetivou a maximização da vida. Seria a afirmação de uma classe que estava em jogo, não necessariamente a sujeição de outra. Ao contrário, o cuidado que perpassa a ideia da sexualidade continua sendo objeto de disputas entre os sujeitos aliados dos serviços de saúde, pelo que se observa nas falas das interlocutoras.

3.2 Honra e vergonha: os discursos sobre o sexo

Uma interlocutora que nomeamos Sílvia, como destacado no capítulo em que abordo a questão da violência, produz um discurso que mobiliza para si alguns valores considerados moralmente positivos, seja como forma de mostrar a mim, pessoa associada à Pastoral Carcerária, da Igreja Católica, seus valores consonantes com essa instituição, seja como forma de agenciar certa moralidade sobre si. Sobre tal aspecto, Zaluar (1986, p. 119) escreve:

A fala é eminentemente situacional e não pode ser divorciada do contexto da situação em que ocorreu (...). O processo de comunicação social (...) é feito também de pausas, interrupções, proibições interiorizadas, constrangimentos, restrições ao dizer. O acesso do pesquisador à subjetividade dos “nativos” é mediado por este dizer ao outro (...). Daí a importância de entender como os “nativos” o percebem, para que não se caia no conto do nativo que diz aquilo que ele acha que o pesquisador branco, culto ou erudito deseja ouvir.

Mesmo com tais considerações, a transcrição da fala abaixo merece ser apresentada como forma de se observar o discurso produzido para a pesquisadora, mas compreendendo, como escreve Brah (2006, p. 373) que “toda formação discursiva é um lugar de poder”. Desse modo, sua fala seria representativa de uma posição institucionalizada, a partir da qual Sílvia relata episódios da vida de suas companheiras:

Que maltratou nada, sem vergonhice! Fala pra mim? Doente, longe da família, sai, vai pro boteco encher o caneco. Foi o que ela fez. Viu o “cadeieiro” que também saiu de saidinha. Nessa, transou, sem preservativo, sem nada. Agora está cheia de doença, está lá ruim essa semana. Falei pra ela, eu já falo logo assim: Vai saber se não catou uma doença? Falei: A cadeia... o HIV não tem cura. Ela falou ‘você está louca’. Falei ‘Não! Como? Eu estou há 2 anos e 2 meses’, eu falei pra ela, se eu tiver que ficar mais tempo, eu fico mais. Como que você vai sair e se preocupar em transar? Que é o que a maioria se preocupa. Parecem umas cadelas no cio dia de saidinha. Verdade, eu não acreditei. Eu voltei na fila, até fiquei, ué, eu sou tão branca, eu fiquei (...) Elas falando que transaram, que fez isso, que fez aquilo, e o marido preso. Orgulham em dizer, com os pescoços tudo chupado.

Para Woodward (2011), Hall (2011a) e Silva (2011), o sujeito pós-moderno assume identidades diferentes, em diferentes momentos da vida, coexistindo identidades contraditórias que impeliriam os sujeitos em direções diferentes, muito embora em alguns momentos o discurso sobre si possa ganhar dimensões específicas. Para Brah (2006),

O sujeito pode ser o efeito de discursos, instituições e práticas, mas a qualquer momento o sujeito-em-processo experimenta a si mesmo como o “eu”, e tanto consciente como inconscientemente desempenha novamente posições em que está situado e investido, e novamente lhes dá significado. (BRAH, 2006, p. 374)

O discurso apresentado por Sílvia seria representativo de padrões dominantes de moralidade que, não necessariamente, correspondem ao que, de fato, os sujeitos vivenciam na prática. Não se pretende procurar, no relato de Sílvia, enunciados verdadeiros ou falsos. Independente do que foi dito, o tom por ela empregado apresenta um tipo de discurso acolhido e que funciona como uma espécie de “verdade”. A oposição em que ela se apresenta com relação às suas colegas de prisão, no tocante ao aspecto moral da sexualidade, espelha a visão que ela possui de sua interlocutora: uma pesquisadora externa à prisão, e, na visão dela, ligada à Igreja Católica. Seu discurso estaria, assim, inscrito em proposições que se apresentam a ela também como “verdades”, produzidas por efeitos de poder que são inclusive anteriores à sua elaboração discursiva. Ela externaliza, desse modo, uma “verdade” do sexo e apresenta referências que localizam os sujeitos em um quadro de poder, independente de como no cotidiano as questões e a sua vida possam se encaixar nesse modelo de verdade. Como escreve Foucault (2013, p. 53):

Há um combate “pela verdade” – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas “o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha.

Em *A ordem do discurso*, Foucault (2004) problematiza o papel que o discurso ocupa na sociedade e, sobretudo, como os discursos são afirmados como verdades. Para Foucault (2004, p. 36), em nossa época, há marcadores discursivos que regulam as verdades, esses passariam pelas disciplinas científicas, as quais figurariam como os campos que permitem a enunciação de determinadas verdades, sendo, por isso, “um princípio de controle da produção do discurso”. Os diferentes tipos de discursos, aos quais os sujeitos se afiliam e se submetem, seriam distribuídos segundo eficácia ou pertença. A eficácia teria poder prescritivo, como no caso do médico ou do judiciário. A ideia de pertença também produziria nos sujeitos aqueles

efeitos de verdade, aos quais os indivíduos se ligam por identificarem elementos que os atribui uma forma de afiliação ao grupo.

Embora os sujeitos possam se afiliar aos discursos conforme eficácia ou pertença, Foucault também alude à ideia de “descontinuidade”, em que “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (ibidem, p. 52-53). Desse modo, embora Foucault aponte a importância do discurso em nossa época, também aponta que o mesmo não está posto a partir de uma rigidez ou a partir de um grande discurso que entrelaçaria os demais, mas que os discursos são intercambiáveis, flexíveis, descontínuos e trazem elementos da pluralidade de posições dos sujeitos.

O regime de verdade a partir do qual Sílvia produz seus enunciados pode estar balizado em uma concepção do que seja honra e vergonha feminina, em que o controle da sexualidade das mulheres seria a premissa a partir da qual operam os códigos de moralidade.

Embora o modelo da sociedade mediterrânea, de acordo com o que expõe Pitt-Rivers (1968), não explique muitas práticas do grupo de mulheres entrevistadas, ele pode elucidar um modelo que se apresenta no discurso, mas que, ainda assim, seria necessário acrescentar elementos para pensar como tais questões se colocam em contextos diversos.

Para Pitt-Rivers (1968), a desonra da família seria maior quando o subversor é mulher, já que o homem teria por obrigação defender a honra de sua família e, assim, valentia e coragem seriam qualificadores da masculinidade, as quais são necessárias à proteção e à honra da família. Se pensarmos a partir desse quadro, quando a mulher é presa, o homem teria falhado em sua honra, e sobre ele recairia agora a desonra e a vergonha. No entanto, entre o grupo de mulheres pesquisado, tal quadro conceitual não se fecha. Embora algumas mulheres enunciem fortemente o sentimento de vergonha, esta geralmente não está em referência aos homens de seu grupo. Seria mais uma espécie de marca que a mulher carrega impressa em si e que se estende para os seus filhos, portanto, para o lugar de mãe.

Ainda de acordo com o sistema conceitual de Pitt-Rivers (1968), a independência legal das mulheres, no contexto por ele estudado, só ocorre quando a mulher sai da casa paterna e não é casada, situação em que é obrigada a assumir a responsabilidade legal por si mesma e por seus filhos, inclusive em relação ao sustento da família, devendo adotar, assim, um papel masculino e, uma vez convertidas em homens, não poderia haver nem honra, nem vergonha: “una mujer privada de su honor se convierte en un hombre. Restablecido su honor, recupera

su verdadero sexo.” (ibidem, p. 69). Ou seja, a mulher recuperaria a sua honra quando está sob a tutela paterna ou quando se casa e tem, sobre si, proteção masculina. De outro modo, a mulher seria convertida em homem.

Nesse quadro, as mulheres presas não teriam honra, nem vergonha, pois não estão sob a tutela de um homem, são elas as principais responsáveis por si mesmas e/ou por seus filhos. Grande parte das mulheres encarceradas não possui sobre si a proteção masculina. No registro de gênero dos códigos de honra e vergonha apresentados por Pitt-Rivers (1968), as presas seriam mulheres convertidas em homens, uma vez que, nesse registro, homens seriam aqueles que representariam a defesa da moralidade do grupo. As mulheres que apresento aqui, embora demarquem a sua vergonha relacionada aos filhos – o fato de ser presa incidiria sobre a moral dos filhos – a honra, marcada como atributo masculino por Pitt-Rivers (1968), parece se relacionar também a certo comportamento feminino diante da ausência masculina. Criar os filhos seria um princípio de honra associado a uma forma de enunciação positiva de si.

Se a vergonha é uma categoria moral que marca a descendência, no caso da mulher, a partir do comportamento da mãe, como escreve Pitt-Rivers (1968), para algumas entrevistadas tal categoria moral é uma marca que transcende a si mesma e replica na família como universo simbólico (SARTI, 2003), recaindo também em seus filhos as marcas de depreciação que elas sofrem, em que a desonra da mãe se imprime sobre os filhos. Tal questão aparece no discurso das participantes do grupo focal, sendo reforçada pela mais eloquente delas:

Nessa saidinha que eu saí, foi reunião de dia dos pais, assim, né, sempre tem o meu irmão que vai, a minha cunhada... E as outras crianças, né? Aí, tipo assim, cadê seu pais, cadê sua mãe? Aí, sua mãe está presa! E eles ficam com vergonha, né? Porque eles estão numa faixa etária, 10-12 anos, que já começam a entender.

Ao ser reconhecida como presidiária, outra interlocutora também comenta da vergonha que sente por expor os filhos ao estigma (GOFFMAN, 2012) de sua condição, a vergonha por expor os filhos às marcas “impressas” sobre si:

Em todas as cartas que eu peço pras meninas lá escreverem pros meus filhos, eu peço perdão pela vergonha que os meus filhos estão passando. Não só eu, os meus filhos, por irem na escola: "Oh, sua mãe é presidiária". Que meu filho diz que está sofrendo agora, [...], do pessoal ficar falando que a mãe dele é presidiária. A vergonha de saber que você vai puxar o documento, vai fazer alguma coisa, vai estar ali que você tem uma passagem, já ficou presa.

A vergonha dessa interlocutora diz respeito à sua condição de mulher e mãe, como autoridade moral, que fora transgredida, mas não apenas; não ter condições de cuidar dos

filhos, expondo-os à condição de filhos de *presidiária*, marca também a sua incapacidade de protegê-los do mundo externo, ponto manejado pela mulher, nesse contexto em que cuida sozinha dos filhos, como forma de afirmar a sua honra.

Na perspectiva de Pitt-Rivers (1968, p. 45), homens e mulheres ocupam posições sociais diferentes e complementares na família:

Esa división de trabajo en los aspectos del honor corresponde, como el lector puede haber adivinado, a la división de papeles en el núcleo familiar. La familia delega la virtud expresada en la pureza sexual a las hembras, y el deber de defender la virtud femenina, a los varones. El honor de un hombre está, pues, implicado en la pureza sexual de su madre, esposa e hijas, y hermanas, y no en la suya propia.

Há, assim, para o autor, como se pode observar, a distinção dos valores morais entre homens e mulheres, como demonstram os estudos sobre a família das classes populares no Brasil (FONSECA, 1996; SARTI, 2004 e 2011a; SCOTT, 1990; DUARTE, 1987; SALEM, 1981 e 2006). Enquanto aqueles são inscritos a partir de um código de honra, às mulheres é reservada a vergonha. Destarte este ponto, boa parte das mulheres com quem conversei afirmam uma ideia de honra associada à ideia de ser mãe zelosa; como escreve Sarti (2012) acerca das famílias pobres, a mãe solteira pode “reparar seu erro” e adquirir o “respeito” reservado ao homem nesse código moral. Por meio do trabalho, a mulher adquire “a mesma autonomia moral que é reconhecida no homem” (p. 76), em que, criar o filho, “... transformar-se, então, na prova de um valor associado à coragem de quem enfrenta a consequência de seus atos” (p. 75). A vergonha da mulher, nesse caso, diz respeito à sua infração ao lugar de mulher e mãe, que deveria ser virtuosa, mas também à sua incapacidade de trabalhar, cuidar dos filhos e fazer frente ao mundo externo ao da casa, o que lhe conferiria honradez, o mesmo respeito reservado ao homem, como trabalhador e provedor.

Fonseca (2004), ao fazer a etnografia de famílias populares do Rio Grande do Sul e abordar como são agenciados os espaços ocupados pelas mulheres na estrutura social, deixa entrever margens de negociação e de trânsito que operam por dentro das normas. A autora aponta que o modelo “mediterrâneo” mencionado acima já foi bastante criticado pelo seu tom etnocêntrico. A despeito da crítica, Fonseca elabora novos quadros de análise a partir de tais modelos conceituais, fazendo uma releitura das relações sociais e das questões de gênero a partir das considerações sobre as relações conjugais da Vila São João.

Para a autora, o humor seria um modo de apresentar aspectos que colocam em questão um padrão de moralidade que, no cotidiano, é indiretamente rechaçado. Pois, se à mulher cabe a pureza sexual e a vergonha, nas relações diárias há um jogo em que as mulheres negociam

os lugares ocupados nessas estruturas. O riso e as piadas sobre a infidelidade feminina, na Vila São João, eram marcas atribuídas aos homens, não às mulheres. Dizer que um homem havia sido traído, ou seja, que era “guampudo”, era motivo de riso que o marcavam como objeto de escárnio. A mulher muitas vezes nem era relacionada a tal citação.

Ao contrário da maior parte dos relatos das mulheres com quem conversei, uma interlocutora³⁹ diz fazer parte de um grupo *raro*⁴⁰, comentando que o marido sempre a visita e que ela se sente muito triste por ficar longe dele. Com voz de choro, ela diz ser grata pelo companheirismo dele, considerado uma exceção à situação geral observada por ela:

Mas ele, ele sempre esteve do meu lado, sempre mesmo. Eu sou umas, assim, da porcentagem rara (risos), eu acho, porque é muito difícil, assim, eu conheço muitas meninas que o marido às vezes até vinha no começo, depois param, porque cansa, né?

Apesar da diversidade existente na prisão, sobretudo em relação às experiências vividas e aos significados a elas atribuídos, é possível pontuar que a maior parte das mulheres encarceradas não possuem companheiros afetivos ou enfrentam rupturas durante o período de encarceramento, sendo incomum que laços existentes anteriormente se mantenham também durante o período de prisão. O caso de Lúcia é uma das exceções. Ela afirma se sentir grata ao marido e ao pai, que a visitam frequentemente, embora afirme se entristecer pelos significados que a prisão pode representar para eles.

Sobre as questões circunscritas às regras, ainda que implícitas, dos arranjos afetivos, categorias de classe, raça e gênero concorrerem para a compreensão das hierarquias sociais e das negociações em torno dos relacionamentos, os quais operam a partir de uma lógica que atribui sentidos diferenciados aos sujeitos de acordo com critérios que os classificam socialmente.

Stolke (2006) destaca que a sociedade colonial ibero-americana fornece um exemplo claro das interseções entre classe, “raça”, sexo e sexualidade, e também de como os

³⁹ Lúcia fora condenada por tráfico de drogas em 2003, foi presa, mas não retornou à prisão em sua *primeira saidinha*, ou seja, ficou foragida. Ela afirma que se mudou para a cidade onde morava o seu pai. Nesse período, conheceu o seu atual marido, que, como ela, também era usuário de drogas. Em 2009, os dois se converteram a uma religião protestante e cessaram o uso de drogas, como ela destaca. Como ela havia informado sobre o processo ao marido, ele foi solidário a ela quando, novamente, em 2011, a esposa foi capturada pela polícia.

⁴⁰ De acordo com o Relatório sobre Mulheres Encarceradas no Brasil, um censo sobre as condições das mulheres na prisão observou que, “na Penitenciária Feminina da Capital, 83% das mulheres declararam ter filhos, dos quais 59% viviam com a família da reclusa; o marido (ou ex-marido) conservou a guarda apenas em 6% dos casos”. O mesmo documento aponta, a partir de dados da Funap, que “apenas 20% das crianças ficam sob a guarda dos pais quando a mãe é presa, enquanto quase 90% dos filhos de presos homens permanecem sob os cuidados da mãe”. (BRASIL, 2007, p. 39-40)

estereótipos de gênero e a moralidade sexual prevalente repercutem nas várias áreas da vida das mulheres.

A doutrina teológica da “limpieza de sangre” teria estruturado a sociedade ibérica no final da Idade Média e possibilitado o combate aos crimes contra a cristandade no início da Modernidade. O sangue puro – ou seja, livre da mácula da ancestralidade herética, judia, moura ou de alguém penitenciado pela Inquisição – qualificava uma fé cristã autêntica. Naquele contexto, como expõe Stolke (2006, p. 21), o sangue era “concebido como um veículo de pureza da fé, que transmitia vícios e virtudes morais de uma geração a outra”. Para avaliação de tal pureza, empreendiam-se investigações genealógicas que buscavam determinar a ascendência cristã nas diversas gerações. A sexualidade das mulheres cristãs era, portanto, ponto importante no controle do nascimento legítimo.

Tais ideias repercutem no novo mundo, não nos moldes da Península Ibérica, como polarização entre pureza e impureza, mas observada em gradações das posições sociais em que, ao sangue, se somam as funções socioeconômicas.

Na sociedade colonial, a honra familiar de um homem de linhagem superior tinha precedência sobre a ofensa sofrida por mulheres de status inferiores. Assim é que, acerca de um casamento desigual, conforme citação de Stolke (2006, p. 16), uma autoridade mexicana, em 1752, após detalhar os tipos sociais considerados inferiores e superiores, emite a seguinte opinião:

Neste caso, ele não deverá se casar com ela porque a injúria para ele e para toda a sua linhagem seria maior do que aquela em que a donzela incorreria ao permanecer sem salvação, e deve-se sempre escolher o mal menor [...] pois o último caso é uma ofensa individual e não causa danos para a República, enquanto o primeiro é uma ofensa de tal gravidade que irá denegrir uma família inteira, desonrar uma pessoa proeminente, difamar e manchar toda uma linhagem de nobres e destruir algo que oferece esplendor e honra à República.

Em outros termos, seria preferível que uma mulher de status social muito inferior não fosse incorporada a uma família de linhagem maior. O sexo com mulheres de status inferior, embora ocorresse, não deveria ser assumido legitimamente perante a família e a sociedade. Portanto, a questão que se coloca é que o código de moralidade inscrevia os relacionamentos legítimos, em famílias formadas de acordo com padrões aceitos socialmente. Tais formações, no entanto, não fazem referência a um sem número de sujeitos que não são representados por esse modelo.

Em tal contexto, embora a Igreja ignorasse as desigualdades sociais, impunha severo controle sobre a virtude sexual de algumas mulheres, o que tinha como contrapartida que mulheres de baixa posição social fossem sexualmente exploradas. Havia, assim, de um lado, mulheres de status inferior, mulheres abusadas por homens que jamais se casariam com elas, por diferenças na hierarquia social, e, de outro, mulheres virtuosas, cuja sexualidade era severamente controlada em nome da pureza social e da família. Como escreve Stolke (2006, p. 33):

Hoje está perfeitamente estabelecido que oportunidades e experiências de mulheres diferem de acordo com o nível social reservado a elas na sociedade. Ao exaltar a virtude sexual, a Igreja fomentou a discriminação de diferentes tipos de mulher em termos sexuais...⁴¹

Com base em tais formulações, compreende-se como o gênero está perpassado por questões de classe, raça e sexo. O conceito de gênero começa a difundir-se a partir da conceituação de Gayle Rubin, com a elaboração do sistema sexo/gênero, pensado a partir da intervenção social sobre a matéria-prima biológica humana (PISCITELLI, 2002, p. 9). Tendo em vista compreender realidades empíricas diversas, em que se desenvolvem relações de poder, o sistema sexo/gênero seria uma alternativa ao patriarcado, permitindo pensar como as elaborações sociais em um dado contexto histórico incidiriam na apreensão dos referenciais de cada gênero. Para Scott (1992), a categoria gênero deveria ser considerada historicamente, como possibilidade de desnaturalização das relações entre os sexos, em que as dicotomias entre homens e mulheres são significados a partir de relações de poder e, como tal, não poderiam ser vistas senão em espaços socialmente marcados. Gênero, desse modo, em comparação ao conceito de patriarcado, permitiria pensar a opressão como relacionada a relações sociais específicas e, como tal, não inevitáveis.

Gênero seria “imperativo da cultura”, mas, como criação apoiada nas relações de parentesco, esse conceito estaria ainda, de algum modo, ancorado em bases naturais. A distinção sexo/gênero teria possibilitado “retirar legitimidade à suposta homologia entre diferenças biológicas e sociais”, como escreve Piscitelli (2002, p. 12), mas a distinção entre natureza e cultura, utilizada como explicação universal, hoje tem sido criticada. Entre as autoras que discutem o conceito de gênero, Piscitelli (2002) chama atenção para o que expõe Haraway: apesar de o gênero aparecer como uma construção social, essa mesma proposição

⁴¹ Daí a força simbólica da palavra de ordem "Somos todas vadias" dos eventos públicos atuais do movimento feminista. Tal palavra de ordem busca questionar a cisão entre mulheres que devem ter “pureza” e “virtude” sexual e aquelas a quem se impõe uma sexualidade capaz de satisfazer os desejos masculinos. Sendo todas “vadias”, as mulheres se igualam e assumem os próprios desejos e os destinos relacionados ao próprio corpo.

não é pensada em relação ao sexo e à natureza. Se o gênero aparece como construção social, e o sexo é pensado como da ordem da natureza e, portanto, domínio da biologia, a possibilidade de desconstrução dos corpos e a compreensão sobre como esses são sexualizados e racializados seria inviabilizada. Assim, seria importante compreender como também os corpos são construídos historicamente. Se, nas formulações sobre o conceito de gênero, a opressão das mulheres está assentada principalmente na troca de mulheres como princípio fundador da cultura e do parentesco, Haraway (2004) questiona como tal ideia se relacionaria com mulheres que estão fora da instituição do parentesco, como os grupos de homens e mulheres escravizados, que estiveram subsumidos aos sistemas de parentesco do grupo dominante:

Se o parentesco investia os homens com direitos sobre as mulheres que elas próprias não detinham sobre si mesmas, a escravidão aboliu o parentesco para um grupo num discurso legal que produziu grupos inteiros de pessoas como propriedade alienável. (HARAWAY, 2004, p. 241)

Sobre tal proposição, a autora argumenta que, nos Estados Unidos, enquanto as feministas brancas eram *casadas* com homens brancos, as feministas negras eram *propriedade* desses mesmos homens. Mulheres escravas estavam fora do sistema matrimonial. Enquanto para a feminista branca – submetida à reprodução dos filhos legítimos no sistema patriarcal – a liberdade reprodutiva é uma bandeira de luta ancorada no “conceito de propriedade do eu”, para a mulher negra, o que está em jogo não é apenas o seu estatuto de sujeito, mas também o de seus parceiros sexuais e de seus filhos, uma vez que se defrontam com questões mais amplas em relação à liberdade reprodutiva na sociedade norte-americana e os direitos reprodutivos para tais mulheres trazem também outras questões que não estão necessariamente colocadas para as mulheres brancas. Tais são os motivos pelos quais o discurso feminista negro recusa a separação entre homens e mulheres, sem deixar de fazer a análise da opressão sexista.

Tal questão, no entanto, praticamente não esteve na pauta de discussões de feministas ocidentais. Para Brah (2006, p. 351), “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como “variáveis independentes” porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela”. Classe e gênero deveriam ser vistos como articulados à raça na constituição dos sujeitos em um dado contexto histórico e não a partir de elementos separados, uma vez que o gênero “é construído através da classe e do racismo” (ibidem, p. 352), tais categorias não são redutíveis nem autônomas entre si.

Brah (2006) argumenta que o feminismo negro “perturba seriamente qualquer noção de “mulher” como categoria unitária” (p. 357-8). A autora propõe, desse modo, questionar quem define a diferença e como são representadas diferentes categorias de mulheres nos discursos da diferença e se tais discursos são mobilizados para marcar lateral ou hierarquicamente determinados grupos. Ademais, para ela, múltiplas experiências perpassam a formação da subjetividade. Os sujeitos devem ser vistos, assim, como descentrados e heterogêneos, “a subjetividade então não é nem unificada nem fixada, mas fragmentada e constantemente em processo”, como escreve Brah (2006, p. 368).

3.3 Sexo, afeto e ajuda

De acordo com Zelizer (2009), apesar da corrente ideia de que relacionamentos íntimos e transações econômicas não podem se misturar sob o risco de se corromperem, eles, no entanto, não constituem “esferas separadas” e tampouco estão situados em “mundos hostis”, como têm sido comumente apresentados.

A separação da esfera econômica e da vida íntima estaria pautada na ideia de que a primeira tem como base a racionalidade, a eficiência e o planejamento, já a esfera das relações sexuais se assentaria em sentimentos e valores como solidariedade e impulso. De acordo com essa crença, quando as duas esferas entram em contato, elas contaminariam uma à outra.

Ao observar que as duas esferas não estariam separadas em mundos hostis como comumente aceito, cientistas sociais teriam apresentado a explicação de que também os arranjos íntimos fariam parte de uma única e grande economia, em que amor, sexo e cuidado seriam também mercadorias como quaisquer outras. Os arranjos íntimos estariam, assim, inseridos em um tipo especial de economia e, por isso, seriam “nada mais” do que expressões culturais e arenas de poder.

Entretanto, a autora destaca que as três explicações seriam questionáveis, posto que os arranjos sociais concretos não indicam que os sujeitos organizem a vida a partir de esferas separadas (a econômica da íntima), tais esferas não são hostis umas às outras, nem as relações íntimas são negociadas a partir das mesmas regras do mercado, como a bolsa de valores, em exemplo citado pela própria autora. Na verdade, as pessoas costumam criar arranjos que sejam capazes, com os recursos existentes, de viabilizar a reprodução da vida cotidiana, a partir de “boas combinações”.

Para a autora, boas combinações “dependem muito de negociações entre os parceiros, tais como marido-mulher, patrão-secretário, médico-paciente, ou acompanhante-cliente” (ZELIZER, 2009, p. 143). De acordo com tal perspectiva, três características principais pautariam “boas combinações”: as transações econômicas distinguem as relações, de modo que não haja confusão entre um tipo de relação e outro; parceiros compartilham da mesma compreensão sobre a natureza da relação; e, ainda, terceiros envolvidos identificam claramente a relação. Ademais, os significados atribuídos à relação são mediados pelos marcadores do meio cultural.

Zelizer (2009) conceitua quatro tipos de relações, que podem ser combinadas em limitadas ou amplas, breves ou duráveis. No tipo limitado e breve, estariam os serviços sexuais explícitos, oferecidos pelos trabalhadores do sexo. Em tal categoria estariam inclusos sexo por telefone, shows de sexo e diversas formas de prostituição. O pagamento monetário sinalizaria a forma de relacionamento tanto para o consumidor quanto para o fornecedor. A autora cita também as relações de longa duração, mas limitadas, e destaca o exemplo de homens e mulheres que são sustentados pelo parceiro; relações amplas, mas de curta duração, mais raras, e ainda, as relações amplas e de longa duração, posto que a amplitude geralmente tenha como requisito a duração – período de tempo em que as relações se complexificam –, estas geralmente chamadas de unidades domésticas.

Relações amplas ou limitadas, mas de longo tempo, envolvem maiores questões de gerenciamento, posto que os sujeitos acumulam sentidos da relação e as experiências vividas influenciam as decisões sobre os rumos futuros da mesma. Em geral, relações amplas e duráveis envolvem uma variedade de atividades maior do que relações mais limitadas, nisso se incluem atividades econômicas. Como escreve a autora, uma coabitação longa envolve os casais “numa série de variadas transações econômicas sem as quais sua unidade doméstica não sobreviveria” (ZELIZER, 2009, p. 150). Atividades econômicas e relações sexuais estariam geralmente vinculadas nas unidades domésticas.

Haveria, no tocante à duração e amplitude, relações que envolveriam duração maior do que o trabalho sexual e também atividades econômicas mais amplas, embora sem coabitação em unidades domésticas. Seriam os casos de “sexo intermediário”. Zelizer (2009) aponta estudos sobre mães sozinhas de baixa renda. Nos contextos estudados, as mulheres estabelecem diferentes intercâmbios com os homens com os quais se relacionam, posto que estes ofereceriam importante aporte financeiro para o núcleo doméstico da mulher. Em geral, sistemas de obrigações e pagamentos fariam parte de suas relações, com nítidas distinções que

marcariam os seus parceiros sexuais de acordo com o lugar que o mesmo ocupa em sua vida: pais ausentes, namorados, clientes, ou mesmo classificações intermediárias a tais categorias.

Os namorados, em específico, seriam homens não casados legalmente com a mulher e que também não são pais de nenhum de seus filhos, mas dos quais se esperariam contribuições em dinheiro, presentes ou algumas formas de ajudas cotidianas. De forma recíproca a tais contribuições, os namorados obtêm acesso ao trabalho feminino, como algumas refeições, um lugar para ficar na casa de sua namorada, companheirismo sexual e experimentam a sensação de serem “pais”, mesmo que de maneira intermitente. As fronteiras entre namoro e prostituição ocasionalmente não são bem delimitados, como escreve a autora, muito embora na maioria das vezes as mulheres estabeleçam diferenciadores claros, evitando confusão entre as duas formas de relação, mesmo que a contribuição financeira seja regularmente relevante em parcerias de longo prazo.

Escrevendo sobre as trocas sexuais, econômicas e afetivas em contextos transnacionais, Piscitelli (2011) argumenta, a partir do seu trabalho de campo, que práticas estigmatizadas, de trocas explícitas de dinheiro por sexo, coexistem com outras, que não são consideradas prostituição, embora envolvam sexo e benefícios materiais. Sobre o seu trabalho de campo realizado em Fortaleza, a autora escreve que práticas estigmatizadas, como prostituição,

... coexistiam com outras, que envolviam trocas de sexo por benefícios materiais, mas não eram inteiramente mercantilizadas e não eram consideradas como prostituição pelas mulheres. Estas últimas, até certo ponto, eram positivamente avaliadas, particularmente quando possibilitavam uma relativa mobilidade social. (PISCITELLI, 2011, p. 544)

Em continuidade ao seu trabalho de campo – uma etnografia multisituada, que teve início em Fortaleza, passando depois ao cenário internacional, com vistas a estudar os “mercados transnacionais do sexo”, Piscitelli (2011) observou que há um trânsito entre as modalidades de trocas que envolvem dinheiro e sexo, cujas distinções são delineadas a partir das noções de “programa” e “ajuda”, duas categorias nativas, uma vez que várias entrevistadas transitavam entre uma e outra modalidade.

“Ajuda” – uma noção amplamente difundida na cultura brasileira – indica contribuições financeiras ou outras formas de apoio nesse sentido que, apesar de não serem a principal fonte de subsistência do sujeito ou grupo que recebe a ajuda, são consideradas relevantes. A ajuda muitas vezes é trocada por sexo, os quais (sexo e ajuda) podem ser amparados em laços de reciprocidade vinculados a afeto. Como escreve a autora:

... se o *programa* evoca um contrato de serviços, a *ajuda*, inserida em uma tradição de intercâmbios hierárquicos, remete a noções de amparo, cuidado e afeto, que se expressam em termos de contribuição para a sobrevivência econômica e para o consumo. (PISCITELLI, 2011, p. 550)

Fonseca (1996) destaca que em seu trabalho de campo realizado na década de 1990 na cidade de Porto Alegre, acerca da vida cotidiana de mulheres prostitutas, a figura do marido é diferenciada do cliente a partir da questão do pagamento. Embora a boa profissional procure cultivar o cliente por meio do afeto, está claro que a relação entre ambos só existe por meio do pagamento, ao passo que a relação marido e mulher tem como marca o não pagamento.

Para compreender o papel do marido, ressalta Fonseca (1996), é preciso examinar outra figura, uma categoria de companheiro masculino bastante cotejado no imaginário das mulheres: o “velho”. Este seria uma espécie de cliente que, além do pagamento regular, oferece outras contribuições e presentes, artigos de necessidade básica, como cestas básicas, até local para moradia ou mesmo passeios, viagens e vestidos. O velho seria uma pessoa às vezes tratada de maneira jocosa pela mulher, como em uma cena presenciada pela autora em uma praça de Porto Alegre, evidenciada no trecho em destaque, do diário de campo da autora:

Olho e vejo um senhor franzino, um boné de lã xadrez mal tapando seus cabelos brancos. Ele vem chegando devagar, devagar. Está de casacão, com mãos no bolso para se proteger contra o frio. Dá sem parar o ritmo de seu discurso lança um comando na direção dele: Espera um pouco, não viu que estou conversando? As mulheres começam a rir – impossível o homem não saber que estão gozando da cara dele, mas ele pacientemente espera. (FONSECA, 1996, p. 25)

Embora possam existir afeto e respeito no relacionamento entre a mulher e o “velho”, há diversas cenas públicas de desprezo a essa figura. O “velho” é um sujeito “que não somente deve ser enganado, deve ser também explorado” (idem, p. 24).

Em trabalhos anteriores, com famílias populares nos bairros da periferia de Porto Alegre, Fonseca (1996) destaca que também identificou a figura do “velho” no discurso de mulheres não prostitutas. A personagem do “velho que ajuda” é evocada em conversas em que a mulher se vê diante de dificuldades econômicas, para as quais a solução apontada por suas companheiras é vislumbrada pelo estabelecimento de uma relação com um “velho”. Tal homem resolveria os problemas da mulher, oferecendo-lhe ajuda financeira para que a mulher possa criar os filhos, por exemplo.

Entre as mulheres presas entrevistadas, uma interlocutora de 36 anos faz clara alusão à figura do “velho” que ajuda, ou *o coroa que trincava*, em termos utilizados por ela:

Tipo assim, eu cala na cadeia, eu ligava pra ele. Era o coroa que “trincava” (...) Era ele que mandava um sedex, era ele que mandava um crédito, era ele que mandava um jumbo. E eu prometi pra ele que quando eu saísse eu ia morar com ele. E realmente eu fui, só que eu não sabia que eu ia ficar “presa”, poxa eu não queria ficar presa...

Na sequência a essa passagem, minha eloquente interlocutora, que acumulava sete reincidências no sistema prisional, afirma que não se apaixona mais, que apenas se envolve com homens quando quer “gozar”:

Quando eu me envolvo com homem, eu vou porque eu quero gozar, porque eu quero dar uma com ele. Eu não vou com ele porque eu estou a fim de me entregar num relacionamento. Eu não me apaixono mais.

Com os excertos de sua entrevista, poderíamos pensar que ela se relaciona com os homens apenas de maneira utilitária, se compreendêssemos a esfera econômica como separada das demais áreas da vida, mas, se por um lado ela mantém o relacionamento com um *coroa* a fim de viabilizar aspectos econômicos necessários à sua subsistência enquanto está presa, em outros trechos, ela comenta de seus amores e decepções que sentira tanto por homens quanto por mulheres. Sobre o enunciado acima, no entanto, ela afirma que mantém relações com homens tendo em vista o prazer sexual, muito embora não fique claro se o “gozar” diz respeito apenas à esfera da sexualidade ou também a um tipo de gozo diante da vida, como aquele relatado por Fonseca (1996) sobre um velho que fora procurar uma de suas entrevistadas e a mesma agiu publicamente de maneira jocosa com ele. Tal situação, representada na praça, pela mulher, em desdém ao seu velho, teria arrancado o riso do grupo feminino que ali conversava, enquanto o velho pacientemente aguardava pela atenção da mulher. Assim, o que Beatriz nos apresenta pode representar na palavra *gozar* também uma forma de ver em tais relações uma forma de entretenimento, em que o homem é “explorado”, como nos termos observados por Fonseca (1996, p. 24): “Trata-se de um tipo de *otário* que nutre a ilusão de ser único ou pelo menos privilegiado no que diz respeito aos afetos da mulher. (...)”.

A mesma interlocutora utiliza novamente a palavra *gozar* ao se referir às mulheres que não querem compromisso, que querem apenas brincar e curtir a vida:

Já fui assim também, “mulher piranha”, de ficar pra lá, pra cá, por aqui, por ali. A prisão X⁴² é muito grande, tem muita mulher, então tem muito barraco. Nossa! Ali eu namorei bastante. Eu namorei e brinquei bastante. Mas agora eu estou mais

⁴² O nome da prisão por onde passara a interlocutora fora suprimido a fim de evitar identificações.

pra relacionamento mais longo. Elas não, elas querem mais diversão. Elas querem gozar. É bem a palavra.

Se *gozar* significa diversão e se ela se relaciona com homens quando quer *gozar*, logo, poderíamos entender que seus relacionamentos com homens são fonte de diversão, o que não exclui prazer e afeto. Apesar do que explica Beatriz, é bom observar as diferenças entre as categorias de homens citados por ela e como é o seu relacionamento com cada um deles. Abaixo, observaremos também como ela compreende os seus relacionamentos com mulheres. Na trama de tais relações, diversos marcadores concorrem para, mesmo com bastante fluidez, fixar de alguma maneira os sujeitos em determinadas posições, considerando suas condições de classe, situação econômica, raça, idade e gênero.

Retomando o ponto acerca de sua relação com o *coroa que trincava*, quando em liberdade, Beatriz não se viu disposta a compartilhar o modelo de vida que o *coroa* lhe apresentara, o que, para ela, representava também uma *prisão*.

Muitas mulheres acumulam várias formas de experiências sexuais: fazem programas, relacionam-se com coroas que ajudam e/ou com quem se casam; relacionam-se com mulheres, sentem afeto e desejo por homens e mulheres. Obviamente, nem todas as mulheres transitam por todas as modalidades de relações afetivas e sexuais, muitas se declaram como heterossexuais ou afirmam mesmo que gostam apenas de pessoas do mesmo sexo, evidenciando que as formas de relacionamento não são fixas, uma vez que, como no caso de Beatriz, não há um único registro de verdade que a aprisione a uma categoria de relação.

Discutindo a questão da identidade, Hall (2011b, p. 13) enfatiza que o processo de identificação a partir do qual o indivíduo projeta suas identidades teria se tornado mais provisório e variável, “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou identificados nos sistemas culturais”. Hall (2011a; 2011b) enfatiza ainda que as identidades são construídas historicamente e que as mesmas não são unificadas, podendo modificar-se ao longo da vida, de acordo com os contextos vividos, muito embora o sujeito possa construir um discurso em torno de si, na tentativa de explicar a si mesmo, desenvolvendo, assim, uma “confortadora ‘narrativa do eu’”. Para ele, as identidades são múltiplas e cambiantes.

Há no relato da interlocutora destacada nessa discussão um trânsito entre as possibilidades, de acordo com a fase em que se encontra. Os afetos são negociados, e as condições de classe, raça, idade e gênero concorrem na delimitação de posições de poder. Na passagem acima, a despeito do afeto e gratidão que ela por ventura sentisse pelo *coroa*,

preferiu romper as expectativas que sobre ela eram depositadas e saiu da casa deste, buscando aquilo que ela mesma disse almejar durante o período de cárcere: a liberdade.

Ela também cita outros homens com quem se relacionara, destacando o pai de seus filhos – seu primeiro marido – e um jovem rapaz por quem ela se apaixonou e que passou a ocupar a posição de marido e pai de seus filhos por algum tempo. O primeiro e o segundo maridos, aliás, possuem laços consanguíneos. Em relação ao segundo marido, ela comenta que sofrera muito com o rompimento. Em um determinado momento e por um bom tempo, eles passaram a manter um *relacionamento aberto* e ambos estavam de acordo com esse modelo, já que ele ficava com outras mulheres que o visitavam na prisão, e ela também tinha os seus relacionamentos com mulheres e algum eventual *coroa*. No entanto, ele rompeu o relacionamento com ela alegando que se casaria com outra pessoa exatamente no dia de aniversário dela, o que a marcou muito. Além disso, ele não a apoiou em um problema envolvendo os filhos:

Então, estava tudo suave, estava tudo legal, normal. Só que já tinha uns quatro meses que a gente estava sem se falar. Aí ele falou assim: “Oh, vou casar”. Aí eu “está bom”, aí contei das crianças, expliquei a situação tudo das crianças⁴³, que já não são mais crianças, e ele ficou muito indiferente a isso, e aquilo mexeu muito comigo. Então, nunca mais eu me apaixonei por homem. E ele falou que ia casar no dia do meu aniversário. Pronto, eu não quis mais saber de homem.

Com esse evento, o jovem rapaz, que teria passado à categoria de marido, figuraria agora “apenas” como pai de seus filhos e, pelo relato, alguém com quem ela já não contaria com a ajuda, haja vista a sua decepção diante da indiferença que o mesmo demonstrara em relação ao processo de destituição familiar que ela estava sofrendo.

Minha interlocutora menciona também que se relacionou com algumas mulheres na cadeia – *já teve mulheres dela* –, mas que continua a se relacionar com homens. Seus encontros heterossexuais, no entanto, ocorrem em momentos escolhidos por ela, motivados pela busca do prazer sexual e por uma vontade de *gozar* a vida. Tais relações também podem ser acionadas a fim de mobilizar alguns recursos necessários à vida cotidiana. O drama do seu último relacionamento, no entanto, de acordo com o que ela destaca, foi o fato de o seu companheiro não conseguir prover economicamente os seus filhos, uma vez que os rendimentos dele sequer eram suficientes para uma das crianças. Como ela destaca:

⁴³ Beatriz estava sendo intimada a assinar um processo de destituição familiar e, durante uma audiência, encontrou o companheiro, que havia saído em liberdade. Os dois tinham sido presos juntos e foram chamados para a mesma audiência. Beatriz comenta que o viu bem vestido, ou seja, ele já estava em liberdade, enquanto ela estava com as roupas da prisão. Ao relatar a situação de destituição familiar, ele se manteve indiferente, comunicando-lhe que se casaria em breve.

O que ele ganhava não sustentava nenhum dos meus filhos, porque o pai das crianças sempre sustentou as crianças em tudo.

Tal enunciado indica uma ideia de paternidade associada à afirmação de um padrão cultural, traduzido na ideia de que “pai é quem cuida”, o que inclui o suporte financeiro, como destaca Fonseca (2006). Tal representação acerca da paternidade, no entanto, não deixa de carregar algumas tensões na organização do cotidiano, uma vez que, ainda de acordo com a autora, a dedicação manifesta por um “pai de criação” no período de namoro, aos filhos de sua pretendente, raramente se mantém “durante os anos de coabitação” (FONSECA, 2006, p. 93). Evidencia-se a expectativa feminina de que seu companheiro “cuide de seus filhos”, ocupando o lugar de pai, independentemente da paternidade biológica/legal, associando as crianças à mulher. A figura paterna, assim, fica subsumida à mãe, alterando-se em função dos relacionamentos desta.

Sobre um de seus relacionamentos com mulheres, a mesma interlocutora comenta que sofreu muito por uma *linda morena*, de cabelos longos cacheados por quem se apaixonara. Diz que sentia baixa autoestima quando foi presa pela última vez: sem *aplique*⁴⁴, com o *dente quebrado* e que, com a diferença de idade, sofreu muito por essa moça. Observam-se aqui marcadores como a idade e os atributos físicos conferidos pela juventude concorrendo na posição ocupada pelos sujeitos no relacionamento.

Como a vida de inúmeros sujeitos fora da prisão, a vida da mulher presa não está compartimentada em esferas separadas. A sexualidade, bem como a experiência afetiva e familiar e os aspectos econômicos, estão entrelaçados, fazendo com que os arranjos sexuais e afetivos estejam orientados por posições de poder marcadas por aspectos relacionados à idade, raça/etnia, questões econômicas e possibilidades de agenciamento da vida prática.

⁴⁴ Técnica utilizada para aumentar o tamanho dos cabelos, em que fios artificiais são unidos, colados ou entrelaçados aos fios naturais do couro cabeludo.

Capítulo 4: MATERNIDADES

Um número significativo das mulheres presas no Brasil, conforme Carvalho et al. (2006) – em estudo sobre a população carcerária do Rio de Janeiro, distribuída por sexo, encomendado pela Coordenação de Saúde da Secretaria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro –, já havia visitado alguém na prisão antes de serem detidas. Esse dado, para os autores, relaciona-se ao tradicional papel feminino de “cuidadora”. Por outro lado, quando são as mulheres que ingressam na prisão, a solidão aparece como um dos sentimentos mais expressivos nesse grupo, o que, para os autores, teria como causa a ruptura dos relacionamentos afetivos vividos pelas mulheres, como mostra o Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial – Reorganização e Reformulação do Sistema Prisional Feminino (2007); segundo Ferrari (2010):

De acordo com os relatores, faz parte do perfil dessas mulheres serem jovens, com pouca educação formal, mães solteiras, afrodescendentes e morar com os filhos antes de serem presas. São mulheres com o ônus da criação dos filhos. Após o encarceramento, a maioria dos filhos passa a viver sob a tutela dos avós maternos, e a maioria dos companheiros não as visita, forma outra parceria, ao contrário do que ocorre na prisão masculina. Um número significativo não recebe visita alguma, encontra-se em total desamparo e busca amparo nas drogas que entram no presídio ou em remédios controlados. A maioria dos presídios não lhes garante o direito à visita íntima, procedimento assegurado aos homens há mais de vinte anos. O dinheiro que ganham, ainda que seja por trabalho enquanto encarceradas, é revertido em benefício da família, também diferentemente do que sucede com os homens. Elas buscam manter vínculos familiares, preferindo muitas vezes estar em cadeias públicas com péssimas condições, sem acesso ao estudo, ao trabalho que ajuda na remição da pena, desde que perto dos familiares. (FERRARI, 2010, p. 1329)

Scavone (2004) argumenta que as mulheres estão historicamente ligadas aos cuidados da vida, posto que a maternidade teria lhes legado um saber prático referente às questões de saúde, aos cuidados com o corpo, às ervas utilizadas em determinados casos etc. Tais conhecimentos seriam transmitidos e reformulados pelas gerações e pelos grupos de mulheres nos diversos contextos em que estão inseridas, a despeito da depreciação desse saber feminino por um saber oficial, de base médica, o qual teria atuado no sentido de normatizar a vida familiar das mulheres, com prescrições referentes aos modelos de cuidados domésticos. Gostaria de discutir neste trabalho como a ideia do cuidado associado às mulheres tem implicações específicas nas relações entre os sexos, considerando o contexto estudado, em que a mulher, por estar aprisionada, não pode executar diversas tarefas identificadas com o feminino e, portanto, a ela atribuídas.

De acordo com Scavone (2004), as mulheres vivenciam a maternidade por meio de sentimentos ambíguos e contraditórios, uma vez que, dada a dificuldade cotidiana, a

precariedade vivida por grande parcela da população e o acúmulo de tarefas exercidas pelas mulheres, muitas delas expressam tal vivência como um fardo, embora também enfatizem o desejo de ser mãe. Nesse aspecto, uma das principais dificuldades em relação à vivência da maternidade estaria ancorada na desigualdade de atribuições maternas e paternas e nas diferenças no que se refere às responsabilidades parentais.

Sobre esse aspecto, o movimento feminista contribuiu com discussões referentes às responsabilidades de homens e mulheres na família, de modo a verbalizar as implicações sociais e políticas dessa questão. Seguindo a cronologia de Scavone (2004, p. 178), entre as décadas de 1970 e 1980, a maternidade foi considerada “o eixo central da ‘opressão das mulheres’”, por isso, negar a maternidade era uma forma de recusar o lugar reservado à mulher na família e questionar, assim, o estatuto de naturalidade que envolvia o tema. Essa era uma possibilidade, portanto, de, ao negar a maternidade, negar também um fatalismo biológico, uma vez que aquele era um argumento utilizado na justificativa da desigualdade entre homens e mulheres. Ainda na década de 1980, em um segundo momento, o sentido da maternidade é recuperado, sendo essa reconhecida como a fonte de um poder específico às mulheres, atrelado à sua própria história e que deveria, assim, ser valorizado. O problema passa a ser, então, a distribuição desigual em relação às responsabilidades paternas e maternas, e não mais a maternidade em si. Tais discussões contribuíram para o questionamento do lugar do pai na família, ao mesmo tempo em que se colocaram em foco as relações de gênero nesse contexto.

Na década de 1990, discussões sobre o significado da maternidade em um sentido amplo ficam mais escassas, havendo um enfoque privilegiado das questões referentes às tecnologias reprodutivas, problematizando seus usos, direitos e consequências para a sociedade de maneira geral e sobretudo para as mulheres. Ao mesmo tempo, Scavone (2004) destaca alguns estudos realizados na França nesse mesmo período por Combes & Devreux, a partir a construção do conceito de “parentalidade”, que propôs analisar a maternidade a partir das relações de gênero.

Para a autora, embora vislumbremos mudanças na intimidade e nas relações conjugais e familiares, essas não atingem todos os contextos, as culturas e as camadas sociais da mesma forma, havendo diversas nuances e formas de expressão das responsabilidades parentais conforme o país e a classe social. As mudanças em curso dependeriam do ideal de relações mais igualitárias entre homens e mulheres:

Em síntese, é possível observar em relação à família e à experiência da maternidade que estamos vivendo um período de transição para a consolidação de um novo modelo de maternidade, cujo ideal é a busca pela igualdade na responsabilidade parental, que ainda está longe de ser alcançada em todos os seus aspectos, visto que pressupõe uma relação igualitária entre os sexos. (SCAVONE, 2004, p. 185)

Tais mudanças, no entanto, como apresentado acima, estão longe de atingir todos os grupos. Como verificamos, as mulheres encarceradas ainda são as principais responsáveis pelos filhos e, como descrito anteriormente, na maioria das vezes, mobilizam outras mulheres que possam substituí-las nas tarefas cotidianas. Tal situação permanece praticamente inalterada em relação ao contexto identificado por Lemgruber (1983) na segunda metade da década de 1970, quando a autora realizou sua pesquisa de mestrado no Instituto Talavera Bruce, no Rio de Janeiro, local chamado por muitas presas à época de “cemitério dos vivos”. Desde o trabalho da socióloga no final daquela década, a situação das mulheres encarceradas pouco se alterou no que tange aos cuidados com a família. Essa questão aparece como ponto fulcral do problema que tangencia as relações entre homens e mulheres e, de maneira muito direta, está relacionada à concepção socialmente arraigada de que a esfera do cuidado e do trabalho doméstico – a esfera privada da família – seja responsabilidade feminina. Embora tenhamos logrado alguns êxitos no tocante à luta por equidade de gênero, encontramos, nesse contexto, poucos avanços em relação à ideia de responsabilização da mulher pela esfera doméstica e pelos cuidados cotidianos, o que não a exclui, ainda, da necessidade de prover meios materiais para a manutenção do grupo. Como descrito pela pesquisadora na década de 1970: “São mulheres que além de não receberem qualquer recurso financeiro de suas famílias, ainda devem enviar o pouco que logram obter com seu trabalho prisional para os filhos que estão sob a guarda de avós ou comadres” (LEMGRUBER, 1983, p. 42), ou seja, a articulação do cotidiano e o cuidado dos filhos perpassa a rede de sociabilidade feminina.

Ao estudar famílias da periferia de São Paulo, no início da década de 1990, a autora observou uma forma de organização que opera por meio de redes, e os sujeitos envolvidos em tais redes podem não necessariamente pertencer à uma mesma família consanguínea. Na articulação das tarefas cotidianas, com vistas a criar mecanismos que possibilitem a reprodução do grupo, é comum que os laços de parentesco se estendam para além da unidade doméstica. As redes de vizinhança e a rede de parentesco, desse modo, operam como um conjunto de atores que, por meio de laços de sociabilidade e reciprocidade, cumprem as atribuições da família. Sarti (2003) argumenta ainda que, apesar da dificuldade de desenvolvimento do grupo doméstico se fazer sem rupturas, principalmente no período de criação dos filhos, o que costuma implicar o envolvimento da rede familiar mais ampla de

modo a viabilizar a existência da família, ainda assim, “não significa uma nova estrutura” de família (p. 30), mas tais arranjos são constituintes das próprias definições de família no grupo em questão. Como escreve Sarti (2003, p. 27) acerca dos discursos construídos pelas famílias, “cada um constrói seus mitos, segundo o que ouve sobre si, do discurso externo internalizado, mas devolve um discurso sobre si mesma que inclui também sua elaboração, objetivando sua experiência subjetiva”. Concorrem, assim, na formação das famílias as histórias internalizadas pelos sujeitos ao longo de suas experiências, havendo, portanto, uma dinâmica que mantém determinados condicionantes, mas também elementos que criam mudanças, em que os sujeitos podem criar formas diferentes da organização na qual estão inseridos e, desse modo, elementos considerados tradicionais podem coexistir com mudanças e valores associados a modelos tidos como mais modernos, mais igualitários. Enfim, há uma gama de elementos que concorrem na formação da família, passando pelos aspectos econômicos e sociais, mas também, e sobretudo, a ênfase de Sarti (1995; 2003) é neste sentido: pelos valores do grupo e pelas questões subjetivas e simbólicas e mesmo pela internalização de um padrão considerado ideal, o qual muitas vezes não tem o caráter real, podendo se diferenciar do que realmente é vivido cotidianamente pelos sujeitos, que podem experimentar um sentimento de inadequação, uma vez que os seus laços familiares não correspondem àqueles considerados como desejáveis. Sobre mudanças nas concepções de família, Sarti (2003, p. 23) argumenta que:

[...] as experiências vividas e simbolizadas na família têm como referência, a respeito desta, definições cristalizadas que são socialmente instituídas pelos dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos e pedagógicos, enfim, pelos dispositivos disciplinares existentes em nossa sociedade, os quais têm nos meios de comunicação veículo fundamental, além de suas instituições específicas. Essas referências constituem os “modelos” do que é e como deveria ser a família, ancorados numa visão que a considera como uma unidade biológica constituída segundo leis da “natureza”, poderosa força simbólica.

Assim, os sujeitos podem internalizar valores que associam determinados modelos a uma família ideal. No entanto, para estudar a ideia de família é importante indagar sobre os modelos de família internalizados pelos sujeitos e quais os elementos simbólicos presentes na elaboração de tal ideia.

No clássico livro *História Social da Criança e da Família*, Philippe Ariès escreve sobre o processo a partir do qual a criança teria passado a ocupar lugar central na família na época moderna. Para o autor, a noção de família moderna estaria intrinsecamente relacionada aos valores associados à infância que teriam emergido a partir do século XVI. Para o historiador, a família e o sentimento em torno dela, nessa perspectiva, não era inexistente na

Idade Média, mas “subsistia no silêncio, não despertava um sentimento suficientemente forte para inspirar poetas ou artistas”, ademais, subsequentemente, a partir do século XVI há um reforço da ideia de família, em que essa “não é apenas vivida discretamente, mas é reconhecida como um valor e exaltada por todas as forças da emoção”. (ARIÈS, 1978, p. 223). Por fim, o autor assinala que esse sentimento se firma em torno da família formada por pai, mãe e filhos: a família conjugal.

Para Ariès (1978), a divisão dos cômodos da casa, entre os séculos XVI e XVII, com a progressiva separação entre o ambiente destinado à vida privada e os espaços destinados às atividades relacionadas às questões públicas, seriam marcadores da valorização crescente da intimidade no âmbito doméstico. A especialização dos cômodos da casa, assim, responderia à necessidade de isolamento, pela qual se passa a separar a vida mundana e profissional da vida privada, destinando-se um local específico para o desenvolvimento de cada uma das esferas da vida.

Embora a primeira imagem que concretiza essa ideia moderna da família tenha sido a de homens importantes e ricos, pelo que é observado na iconografia do século XVII, o sentimento sobre a família conjugal se ampliou significativamente por toda a sociedade a partir de então. Conforme assinala o historiador francês, tal modelo passa a ocupar o imaginário de diferentes camadas sociais, impondo-se às consciências, de forma “tirânica”, em suas palavras, a partir do século XVIII. Cabe destacar aqui que a leitura feita por Ariès sobre a história da família e da criança nesse período está marcada pelo contexto europeu e, mais especificamente, sobre a sociedade francesa. No caso brasileiro, Soihet (2009) escreve que, durante a chamada *Belle Époque*, entre 1890 e 1920, mesmo que o casamento se apresentasse como a única via legítima de união entre uma mulher e um homem nas classes dominantes, seu número real em relação ao total da população era significativamente pequeno. A autora assinala que “no seio dos populares, o casamento formal não preponderava” (SOIHET, 2009, p. 368).

Assim, embora se verifique que o modelo de família nuclear não tenha a mesma ressonância em todos os grupos sociais e esteja localizado principalmente naquele contexto bem descrito por Ariès, o da modernidade europeia, mesmo assim, a assimilação desse modelo se desdobra para outros grupos, posto que existe um processo histórico de internalização de um padrão considerado ideal, podendo se diferenciar do que realmente é vivido cotidianamente pelos sujeitos, que podem experimentar um sentimento de

inadequação, uma vez que os seus laços familiares não correspondem àqueles considerados como desejáveis.

Sarti (2003) identificou que, entre os pobres na periferia urbana de São Paulo, a família é identificada àqueles com quem se pode contar, ou em quem se pode confiar; sendo comum que sujeitos que não pertençam ao mesmo grupo doméstico, mas "em quem se pode confiar", sejam inscritos, na ordem simbólica, como participantes da família. Nesse contexto, o que vale são os laços de sociabilidade em que predominam as trocas que mantêm as alianças entre os sujeitos. Assim, não é necessário que os indivíduos coabitem o mesmo espaço, nem pertençam à mesma rede consanguínea, para serem considerados da família. As crianças, aqui, podem ser, de certo modo, compartilhadas entre os sujeitos que participam dessas relações. Dada a instabilidade do grupo doméstico, os filhos, ou alguns dos filhos, podem ser dados para parentes próximos, em grande parte temporariamente, o que implica em laços de afetividade e reciprocidade; ou, mesmo, em situações de relativa estabilidade, em que outras mulheres, que não a mãe, podem ser chamadas a participar dos cuidados com as crianças, quando os pais trabalham ou não estão presentes por alguma razão. Para a antropóloga, o envolvimento da rede familiar mais ampla de modo a viabilizar as tarefas cotidianas "não significa uma nova estrutura" de família no que se refere a gênero (Sarti, 2011a, p. 30), mas tais arranjos são constituintes das próprias definições de família no grupo em questão, reafirmando sua tradicional hierarquia entre homens e mulheres e a forte diferenciação dos papéis de gênero, com o princípio da autoridade familiar identificada no homem.

Escrevendo sobre a maternidade, Scavone (2004) destaca que, em muitos contextos, ainda resiste um modelo duplo, em que as mulheres, apesar de trabalharem remuneradamente, continuam como as principais responsáveis pelos cuidados cotidianos, necessários à reprodução da vida familiar, sobretudo em relação aos filhos. As responsabilidades parentais, portanto, de acordo com a autora, incidem de maneira diferente entre homens e mulheres e, embora exista um processo que tem ampliado as possibilidades de relacionamento na contemporaneidade, com possibilidades de maior "igualdade na doação e recebimento emocionais", o que Giddens (1993, p. 73) chamou de amor confluyente, ainda assim há diversas formas de divisão do "trabalho emocional" de acordo com o sexo (Coelho, 2012), e, como destaca Scavone (2004), há uma ética dupla em relação aos cuidados diários e os valores associados à maternidade, recaindo sobre as mulheres, em muitos contextos, a maior parte das responsabilidades em relação aos cuidados com os filhos.

Scavone (2004) reforça, ainda, que as mulheres não vivenciam a maternidade do mesmo modo. Por um lado, a maternidade no período moderno foi associada à responsabilização integral da mãe como figura que deve arcar com todos os cuidados da prole, como educação, alimentação, higiene e todas as tarefas que envolvam os filhos, mas, por outro lado, as condições reais de existência da maioria das mulheres não permite que esse ideal seja realmente vivido. O controle do lar pela mulher e a “invenção da maternidade”, de acordo com Giddens (1993), pode ser associado à transição entre um modelo de autoridade patriarcal para o afeto maternal, uma vez que aquele, nessa leitura, teria perdido poder na esfera privada. A separação entre as atividades públicas e as atividades domésticas teria contribuído com tal processo à medida que propiciou um aumento e valorização da intimidade. Se, por um lado, o amor romântico teria agido de maneira a libertar o casal dos laços de parentesco, o modelo conjugal e o ideal de maternidade que lhe é extensivo teriam circunscrito a imagem da mulher à figura de esposa e mãe, o que contribuiu para o reforço da divisão de atividades e sentimentos, estes marcados de acordo com a divisão entre “dois sexos”. Como escreve o autor:

A idealização da mãe foi parte integrante da moderna construção da maternidade, e sem dúvida alimentou diretamente alguns dos valores propagados sobre o amor romântico. A imagem da “esposa e mãe” reforçou o modelo de “dois sexos” das atividades e dos sentimentos. [...] O elemento distintamente novo, aqui, era a associação da maternidade com a feminilidade, como sendo qualidades da personalidade... (GIDDENS, 1993, p. 53-54)

Em um contexto histórico em que a maternidade passa a ser o eixo central da vida das mulheres, como aquele que se consolida pela influência dos valores da burguesia europeia bem descrito por Ariès (1978), as mulheres que trabalham fora de casa passam a viver a maternidade com muitas dificuldades, dadas as adversidades cotidianas em relação à conciliação entre as tarefas desenvolvidas nos dois espaços: o público e o privado. As trabalhadoras das indústrias procuravam esconder a gravidez para que não fossem demitidas ou, mesmo entre as mulheres brasileiras pesquisadas por Scavone (2004) no Maranhão, a luta pela vida cotidiana e pelo sustento diário implica em uma vivência da maternidade bastante diversa daquela que a exalta como papel natural da mulher, consolidada por uma ideologia que define as responsabilidades associadas à criação dos filhos como sendo papel natural da mulher.

De acordo com Giddens (2003), alguns aspectos que marcam o final do século XVIII em relação à vida cotidiana teriam afetado a situação das mulheres. Nesse período, em consonância com o processo de valorização da intimidade e com a criação da noção de lar, há

intensa valorização da maternidade, a qual demanda dedicação do sexo feminino aos cuidados e educação das crianças, ou seja, com a inscrição ainda mais acentuada da mulher à esfera doméstica.

Giddens (1993) escreve que o amor romântico, inscrito em um modelo cultural da sociedade moderna, teria contribuído para que a esfera da vida privada da família fosse cada vez mais associada com as responsabilidades femininas. As mulheres, assim, com a criação do amor romântico, teriam sido afetadas por meio de três aspectos principais: “a criação do lar”, “a modificação nas relações entre pais e filhos” e “a invenção da maternidade”.

Nesse contexto, em que a maternidade, associada aos cuidados pela vida, é responsabilidade quase exclusiva do sexo feminino, a maioria das mulheres não pode experimentá-la em todas as suas nuances, já que a luta pela existência cotidiana dificulta que a mulher vivencie tal relação do modo como fora desenhado para determinados grupos sociais, ou seja, a maternidade não se apresenta do mesmo modo para as mulheres de diferentes classes sociais. No caso específico aqui tratado, de mulheres aprisionadas, procuramos compreender como se articulam as responsabilidades parentais durante o período de encarceramento materno e como tal questão pode ser discutida a partir de uma gramática emocional que apresenta a maternidade e o feminino como responsáveis pelos cuidados parentais e, por extensão, como emocionalmente vinculadas aos seus filhos.

De acordo com o autor, com a separação entre os ambientes de trabalho e o lar, o domínio do homem sobre a família teria se enfraquecido, ao mesmo tempo em que as mulheres teriam se responsabilizado cada vez mais pelas crianças, que passaram a ser consideradas como vulneráveis, demandando maior disposição e tempo no processo de socialização realizado pela sua família. Assim, a idealização da figura da mãe apresenta-se como importante componente em relação aos cuidados das crianças, alimentando também os ideais de amor romântico. A imagem feminina como “esposa e mãe” teria, então, reforçado “um modelo de 'dois sexos' das atividades e dos sentimentos”. (GIDDENS, 1993, p. 53). Desse modo, ao separar as esferas de ação, a promoção do amor – conjugal e maternal – passa a ser uma tarefa predominantemente feminina.

A partir do trabalho de Lutz (1988), Coelho (2012) explica que todo discurso sobre emoção está também articulado a um discurso sobre gênero, e que o discurso sobre as emoções é “também uma fala sobre o exercício do poder” (COELHO, 2012, p. 15). De acordo com tal leitura, a associação dos sentimentos às mulheres coloca-as em uma posição de portadoras de uma força poderosa, mas que é, por essa mesma razão, ameaçadora; dado o seu

perigo, deve ser controlada, afinal, o discurso sobre as emoções no Ocidente indica que essas são tanto sinal de fraqueza como uma força poderosa, pois de maneira positiva representa a possibilidade de “envolvimento com o outro”, mas ela também estaria ligada ao descontrole, estando, portanto, em oposição à racionalidade.

Como anteriormente apresentado, as mulheres encarceradas são geralmente as responsáveis pelos filhos e pela articulação de seus cuidados cotidianos, sendo necessário, muitas vezes, mobilizar o apoio de outras mulheres na consecução de tais tarefas. De outro modo, a construção de um modelo de maternidade inserida no contexto histórico da modernidade europeia teria se articulado a um processo de separação das esferas de ação em que às mulheres coube, juntamente com os cuidados cotidianos e a maternidade, um trabalho emocional e a promoção de sentimentos no meio familiar. Assim, pretendemos fazer a seguir uma discussão sobre os sentimentos associados à esfera familiar, tal como expressos pelas mulheres presas e egressas do sistema prisional com quem conversei.

4.1 A moralidade dos diversos casos

Uma interlocutora constrói um discurso contrastivo sobre a maternidade, definindo-o por oposição às suas companheiras, buscando demarcar nas outras – e não nela – as qualidades negativas, que ela supõe que estejam em desacordo com a ordem moral que ela também transgrediu:

E não estão nem aí. Você pensa que chora aqui? Maioria aqui é tudo rindo, tudo maquiada, roupa tudo apertada. Eu sou a única, acho que eu mais umas por aí, que usa calça larga. Elas apertam tudo as blusas assim, tudo pra marcar as calças, sabe? De domingo a hoje você vê: tudo batom, brinco, sombra. Sabe, você não vê sofrimento, não vê. Sempre rindo, alegre, beija na boca da outra na frente da outra que ninguém é obrigado.

Em seu discurso, a maternidade é apresentada como elemento associado à ideia do sacrifício e à redenção, em que a mulher deveria representar o sofrimento de sua separação dos filhos em seus gestos, nas posturas corporais e nas roupas (preferencialmente largas), o que implica a crítica ao uso de maquiagem e roupas extravagantes que insinuem disponibilidade sexual. Tais elementos indicam que a maternidade opõe-se à sexualidade, e as mães não deveriam ser vistas como seres sexualmente ativos. Tal expectativa, no entanto, vai de encontro ao que é observado no cotidiano dos presídios, e se, por um lado, essa

interlocutora busca construir sobre si a imagem de mãe amorosa e ideal, que *dorme na rua* durante as *saidinhas* – mas que faz isso em nome dos filhos – buscando apresentar uma imagem de si que personifica o papel que considera ideal para uma mãe, por outro, critica as suas companheiras de prisão, uma vez que estas se vestem de maneira mais sensual, usando adereços e maquiagens, distanciando-se assim do ideal de sofrimento afirmado por ela. Ademais, ela se mostra incomodada com as companheiras homossexuais, que demonstram cenas de afeto e erotismo em sua presença e na de demais companheiras. É importante ter em mente que essa interlocutora, nomeada aqui de Sílvia, reconhecia em mim uma figura ligada à Pastoral Carcerária e, por isso, sua fala pode ter sido potencializada pelos valores católicos associados à maternidade. O próprio filho de Sílvia, nascido em uma penitenciária, fora batizado por uma agente da Pastoral. Seu discurso denota seu conflito em relação ao afastamento dos filhos pela sua situação de presa, traduzido em crítica ao comportamento das outras. Ela critica o comportamento extrovertido na prisão, com a proposição de que a mulher, afastada dos filhos, deveria trazer em seu corpo as insígnias do sofrimento e, portanto, atitudes, roupas e expressões corporais que denotem sensualidade deveriam ser evitadas pelas presas que são mães, uma vez que essas devem evidenciar em si, no corpo, nos gestos as marcas do sofrimento provocado pela separação dos filhos.

Diferente da primeira interlocutora destacada aqui, uma segunda entrevistada, que chamamos Beatriz, comenta que pretendia encontrar os filhos quando conseguisse sair da prisão, mas que, estando em liberdade (antes de ser novamente presa), optou por ir para a praia:

Só que quando eu saí mesmo, que eu recebi um dinheirinho, uma merreca que eu trabalhei. Eu saí na emoção da liberdade. O cheiro da liberdade, depois de cinco anos presa. Eu não fui pra (cidade em que vivem os filhos), eu fui pra praia. Fui pra praia, mano. Primeiro Natal na rua, primeiro Ano Novo na rua, eu queria liberdade.

Bastante franca sobre a sua vida, essa mesma mulher comenta que não conseguira assimilar o julgamento negativo dos filhos quando, em outra oportunidade, esteve em contato com eles, sobretudo quando eles lhe cobravam o "abandono" de que se sentiam objeto:

Fui lá ver eles, sim, mas eles reagiram muito mal a... de certa forma o abandono, né? Eles acham que foi abandono. Eu sei o que aconteceu. Então, tipo assim, eu não me adaptei àquilo, àquela realidade: a minha filha gritando comigo, a mais velha, jogando na minha cara. Eu não me adaptei àquilo, eu não estava preparada pra aquilo, foi onde eu voltei a fumar craque. (...) Parei de ver eles, parei de visitar e voltei a fumar craque, foi onde que eu vim presa.

A condenação moral de Beatriz por seus filhos, que se viam como abandonados por ela não ter atendido aos critérios de responsabilidade exigidos de uma pessoa que deve cuidar das crianças, é também observado no relato de uma egressa. Ir presa é, em si, uma forma de abandono dos filhos nesse registro. Uma mãe, por definição, deveria comportar-se de modo a não ser presa.

Outra interlocutora, a quem chamaremos aqui de Dalva, tem 31 anos e mora com o companheiro em uma comunidade da periferia de São Paulo. Na residência do casal, vive também o filho de seu companheiro, de quem ela "cuida como se fosse seu filho". Esse menino é seu sobrinho, pois sua irmã, que atualmente cumpre pena em uma instituição prisional, é mãe biológica do menino⁴⁵. Por sua vez, Dalva tem três filhos biológicos, os quais vivem com sua mãe (avó materna das crianças), em uma casa nas proximidades. O filho mais velho, já com treze anos, apresenta uma deficiência e, assim, faz uso de cadeira de rodas. Quando perguntei sobre a guarda das crianças, ela respondeu: *"Entreguei a guarda dos meus filhos à minha mãe (quando estava presa) para que eles não fossem para o abrigo"*.

Ocorre que, em liberdade, Dalva alega não ter acesso aos filhos, mesmo que estes estejam sob cuidados de sua mãe. Durante nossa conversa em sua casa, fomos interrompidas diversas vezes pelo seu companheiro, que trabalhava nas imediações. Enquanto conversávamos, ora o sobrinho de Dalva, uma criança de três anos de idade, demandava a nossa atenção, ora o marido entrava na casa, deixando-nos menos à vontade. Dalva visivelmente diminuía o seu tom de voz e cessava a conversa. O companheiro dela, por sua vez, questionou o bairro onde eu morava. Por se tratar de um bairro situado na periferia de São Paulo, conhecido por ele, o mesmo demonstrou certa empatia e se dispôs a falar sobre a sua dificuldade de conseguir trabalho por ser egresso do sistema prisional.

A casa da mãe de Dalva se localiza a algumas quadras dali, onde residem a mãe, um irmão, uma irmã de Dalva e os três filhos dela. Há, ainda, uma irmã casada, moradora de um bairro localizado no extremo oposto da cidade. Essa irmã, de acordo com a reclamação de minha interlocutora, não permite que Dalva veja os filhos. O fato de ajudar financeiramente a mãe, em sua interpretação, faz com que ela seja considerada a porta-voz moral da família, sendo uma figura central nas decisões que envolvem o ordenamento do grupo, nesse caso, se Dalva poderia ou não reaver os filhos. O fato de a irmã melhor posicionada atuar nas decisões

⁴⁵ Dalva vive com o ex-companheiro de sua irmã. Atualmente, essa irmã está presa e, de acordo com o que expôs minha interlocutora, a irmã não se opôs ao relacionamento dos dois. Conforme o relato de Dalva, sua irmã atualmente mantém um relacionamento com uma companheira na prisão.

que envolvem o núcleo doméstico principal – a casa da mãe – tem a ver com a ajuda financeira que essa irmã oferece ao grupo, o que lhe confere autoridade perante aos demais. Uma forma de sanção a Dalva⁴⁶, por não ter atuado de acordo com critérios de responsabilidade com os filhos, seria não poder estabelecer a sua autoridade materna. A mãe de Dalva (avó das crianças), orientada pela filha que a ajuda financeiramente, não permite que Dalva, de acordo com o que ela expõe, visite ou tenha contato com os filhos. Perguntada sobre como a sua irmã implica nas questões que se referem aos seus filhos, ela respondeu:

Minha irmã pensa que tudo é dinheiro. É assim, a minha irmã dá dinheiro para a minha mãe quando ela está precisando e então se acha no direito de dizer a ela que não é para me deixar ver os meus filhos. Nem na escola eu posso ver.

No relato de Dalva, sobressai o aspecto moral em relação à sua atuação, a qual afirma ter sido impossibilitada de visitar os filhos, posto que, mesmo morando na mesma comunidade em que as crianças vivem com a sua mãe – avó materna das crianças –, está impedida de ter contato com as mesmas. Em uma de nossas conversas informais pela internet, vários meses depois de nosso encontro, Dalva afirmou que entrou com ação para reaver os filhos e que já havia conseguido o direito de visitas. Ao ser indagada, ela respondeu que a sua família consanguínea alega judicialmente que ela não tem “*capacidade de cuidar*” dos filhos. Embora os valores referentes à maternidade despertem sentimentos que consagram direitos e obrigações às mães, nesse caso, a culpabilização e a condenação moral sobre esta mãe – que não agiu da maneira esperada para uma mulher que deve cuidar dos filhos⁴⁷ – está inserida na dinâmica das relações de nossa interlocutora. Sobre esse impedimento, podemos fazer uma analogia com o que escrevem Rezende & Coelho (2010) sobre a compaixão. Para as pesquisadoras, esse sentimento, como qualquer sentimento, possui significados distintos de acordo com o contexto histórico e cultural em que está inserido.

Diferente da cultura ocidental, em que as mutilações tendem a despertar sentimentos de compaixão, os refugiados cambojanos sentem medo e desprezo diante dos amputados. Na

⁴⁶ Em diversos momentos, Dalva parecia ter algo a me dizer, mas melindrava, tanto pela entrada do companheiro na casa, como por receio em relação a mim. Em outras ocasiões, procurei conversar com ela por meio do site de relacionamentos do *Facebook*, mas a mesma apenas deixava alguma questão mal resolvida no ar. Em uma destas tentativas, Dalva afirmara que não estava vivendo de acordo com a maneira “como Deus manda”. Provavelmente, ela pratica alguma atividade considerada inadequada ao exercício da maternidade, de acordo com os critérios morais a ele atribuídos. De todo modo, ela e a irmã presa parecem formar um bloco de oposição à irmã que detém maior controle na casa da mãe, uma vez que as duas conversam por celular e Dalva leva o filho para a irmã visitar na prisão.

⁴⁷ A família de Dalva alega judicialmente que ela não tem condições de cuidar das crianças. Minha interlocutora, por sua vez, interpreta essa questão com base na ideia de que o filho portador de necessidades especiais, atualmente, recebe um auxílio por invalidez e que, por isso, sua mãe (avó materna das crianças), não quer perder a guarda das mesmas, utilizando-se da acusação de que Dalva não tem capacidade de cuidar dos filhos.

análise de Clark (apud Rezende & Coelho, 2010), a “*responsabilidade*” pelas próprias desventuras geraria um sentimento de desprezo em relação àqueles que podem ser considerados indiretamente culpados pelos próprios danos físicos. Ao contrário, se o indivíduo for considerado vítima das circunstâncias, sendo o seu infortúnio atribuído ao acaso, há grande chance de este suscitar a compaixão das outras pessoas. Para as autoras:

A compaixão criaria assim “fronteiras morais”, separando aqueles representados como merecedores de compaixão – porque isentos de culpa ou responsabilidade pelo que lhes acontece – e aqueles a quem se destina uma reação de impiedade, uma vez que são percebidos como responsáveis por suas desventuras. (REZENDE & COELHO, 2010, p. 82-83)

O interesse das autoras brasileiras ao trazer o relato etnográfico sobre a experiência de mutilação entre as vítimas de minas terrestres no Camboja foi o de demonstrar a surpresa da pesquisadora norte-americana, que as analisou, diante da observação de que a experiência da amputação de modo geral não despertava sentimentos de compaixão entre os concidadãos no Camboja – o que demonstra como os sentimentos estão inseridos em gramáticas emocionais específicas. A suposição de que a experiência da amputação despertaria compaixão está inscrita, assim, em uma gramática emocional específica do Ocidente. Assim, neste trabalho, gostaria de chamar a atenção para a ideia de que o sentimento de compaixão, muitas vezes mobilizado em cenas de separações maternas, aqui incide de modo diverso, articulado a elementos morais que julgam determinados comportamentos femininos como moralmente condenáveis.

No contexto aqui estudado, as mães encarceradas podem ocupar dupla posição moral: de um lado a maternidade pode ser reivindicada como direito, e o encarceramento da mulher figuraria como elemento que inviabilizaria a manutenção dos elos maternos, o que poderia gerar “compaixão”; mas o aprisionamento de uma mulher que é mãe é, em si, associado ao abandono dos filhos, com uma conotação moral negativa, portanto a mulher, nessa situação, não é digna de compaixão. De acordo com Vianna (2005), a legislação sobre a infância

estaria organizada sobretudo em torno da *responsabilidade*, figura jurídica de forte conotação moral. Ser *responsável* implica estar preso a um conjunto de obrigações morais não apenas de controle dos indivíduos durante sua *menoridade*, mas de formação desses mesmos indivíduos. (VIANNA, 2005, p. 28, grifos da autora)

Fazendo um paralelo com tal assertiva, é possível pontuar que as mulheres encarceradas, como ocupantes de um espaço para além da ordem, estariam também inscritas como portadoras de elementos que contrariam a posição esperada de uma pessoa responsável pelo cuidado e boa educação das crianças. Assim, vemos na figura da mulher encarcerada

uma posição ambígua, que transita entre a maternidade como direito, que destaca o sofrimento e as consequências da separação com sua prole – posição que busca transmitir Sílvia sobre si própria –, mas também vista como sujeito desviante, a quem não se pode confiar a tarefa de “cuidar”, posto que é vista como protagonista de “ações moralmente condenáveis”, para utilizarmos os termos de Vianna (2005), portanto não habilitada para as “adequadas” funções maternas – posição em que são colocadas Dalva e Beatriz.

4.2 Vozes que falam e calam: o silêncio como estratégia

Neste momento apenas recuo para obter maiores argumentos, assim quem sabe eu possa concluir com agilidade, forças suficientes, resgatando o meu objetivo: o amor das minhas filhas de volta.
(Frase escrita por Taís em meu caderno de campo)

Outra interlocutora, que aqui nomeamos Taís, uma mulher alegre de 42 anos, anda pelas ruas de uma das cidades da Grande São Paulo, conversando com diversas pessoas. Em sua página de relacionamentos do Facebook, sempre há menções ao seu trabalho no mercado informal do *jogo do bicho*. Apesar da vivacidade contagiante, Taís, em sua casa, contou-me da perda de contato com as suas filhas gêmeas.

Conheci Taís no mesmo encontro em que conheci Dalva: promovido por uma ONG de Direitos Humanos, cujo assunto versava sobre o encarceramento feminino e a política de drogas. Conversei com ela durante o evento e combinei, então, um encontro em sua casa na semana seguinte. Taís me recebeu em um ponto central da cidade onde vive e levou-me até a sua casa para a nossa conversa. Durante o trajeto até a sua casa, ela me contou que atualmente trabalha *fazendo jogo de bicho* e que todos naquela região a conhecem. Eu havia mesmo observado vários acenos a ela em nosso trajeto até a sua casa. Lá, a filha, que estava na casa ao lado, veio participar da conversa pouco depois que chegamos. Enquanto ia falando de sua vida, Taís, muito ativa, ligava o notebook para mostrar as fotos das filhas que não vivem com ela. Ela tem quatro filhas, sendo duas maiores de idade, uma das quais vive com o companheiro e o filho no quintal de sua casa⁴⁸, em uma comunidade de um município da região metropolitana de São Paulo. As outras duas, que têm 14 anos e são gêmeas, vivem com o pai e a nova companheira deste. Antes de iniciarmos a gravação da entrevista, ela me contou várias questões de sua vida, sendo essa parte da conversa muito mais detalhada do que o

⁴⁸ A casa de Taís foi dividida de modo que se formassem dois blocos independentes: um destinado à própria residência e outro à moradia da filha com marido quando esta engravidou. Atualmente, a parte destinada à moradia de Taís possui apenas um cômodo.

material de áudio gravado depois. Após conversarmos por algumas horas e de Taís e a filha me contarem a história que marca o encarceramento da mãe, o contexto em que o mesmo ocorreu e os desdobramentos para o grupo familiar que se seguiram a esse evento, é que, finalmente, com o consentimento dela, liguei o gravador e gravamos a conversa. A partir deste ponto, Taís se manteve ainda muito falante, mas sua fala teria mais um teor de reafirmação do que ela havia explicado antes.

Taís relatou que, em uma época de brigas constantes, o antigo companheiro teria deixado um envelope com *drogas* na casa em que viviam com as filhas. Após uma discussão, este teria saído de casa e ela suspeitou que pudesse correr riscos tendo aquele material em casa. Sem dinheiro para sair em horário em que os transportes públicos são interrompidos ou circulam precariamente e morando em uma cidade da Grande São Paulo onde ela não tinha uma rede de relações e alianças (ela havia se mudado para acompanhar o marido, deixando para trás suas redes de sociabilidade no local onde vivera por muito tempo – local para onde voltou depois do período de aprisionamento), ela passou a noite em casa, mesmo julgando que corria riscos. Naquela noite, a polícia bateu em sua casa e, ao tentar dispensar *aquilo* pela janela, a polícia invadiu a residência e a apanhou em flagrante, com droga ilícita em quantidade significativa e em forma de pasta a ser preparada nas mãos. A polícia afirmava que estava atrás de seu companheiro e aguardou por este, mas, como ela não sabia onde ele podia estar e a droga havia sido apreendida em sua presença, ela foi algemada e levada para a delegacia.

Taís foi sentenciada e cumpriu a sua pena. Durante esse período, entre as quatro filhas, apenas a segunda, que hoje vive no seu quintal, a visitava. Na época, ela era adolescente e deixou a escola. As gêmeas, que eram muito pequenas, ficaram com o pai e a sua nova companheira; esta inclusive era pivô das constantes brigas do casal quando Taís ainda estava em liberdade. Atualmente, ela não tem contato com as filhas gêmeas. Apesar de alguns esforços de aproximação para com as filhas, ela sentiu que as meninas de certo modo a rejeitam, como certa vez em que uma das meninas desligou o telefone ao saber que quem estava na linha era a mãe delas, ou ao adicioná-las na sua página do Facebook e as filhas não apenas recusaram a amizade como excluíram suas contas deste site de relacionamento. Hoje, Taís diz sentir por não ter contato com as filhas mais jovens e por não poder participar do processo de desenvolvimento delas.

Os dois últimos casos apresentados têm em comum as perdas relativas ao processo de encarceramento feminino. As duas mulheres são mães e foram formal (situação de Dalva) ou

informalmente (situação de Taís) destituídas da guarda de seus filhos⁴⁹. No primeiro caso, a responsável legal pelas crianças passou a ser a avó materna; no segundo, as duas filhas de Taís ficaram sob os cuidados do antigo companheiro, pai das meninas, e a atual companheira deste.

Para Haroche (2008), nas sociedades ocidentais, a passividade, a dependência e a impotência individual situariam os indivíduos em um quadro de humilhação:

Trata-se, então, de compreender a humilhação pelo fato de o indivíduo ser situado em posição de passividade, de dependência, e experimentar um sentimento de impotência e frustração, de intensa humilhação: confrontado à complexidade e opacidade crescentes, não consegue mais encontrar sentido na sociedade, nem em si mesmo. (HAROCHE, 2008, p. 169)

Sob essa premissa, de que o indivíduo que se vê impotente diante dos fatos experimentar o sentimento de humilhação, tanto Taís como Dalva estão despojadas de suas possibilidades de decisão, uma vez que não podem diretamente alterar a dinâmica em que estão inseridas. Ambas estariam pressionadas por forças fora de seu controle, como escrevem Rezende & Coelho (2010, p. 39):

O sentimento de humilhação surge quando o indivíduo experimenta ser um objeto pressionado por forças fora de seu controle. Neste caso, o sujeito acredita na intenção dos outros de degradarem a sua pessoa. A humilhação pode se transformar em raiva e ódio quando, segundo Katz, a pessoa acredita que o único modo de resolver esse sentimento é inverter a estrutura que o originou – o movimento de inferiorização ou degradação percebido no outro.

Entre as entrevistadas, apesar de identificar expressões de sentimentos de humilhação, a fala de Taís não necessariamente se vincula ou se desdobra em raiva e ódio, ou pelo menos é um sentimento que tenta evitar – ela fala sobre sentimentos que não podem ser expressos, pois, segundo ela, a sua explicitação poderia comprometer a preservação do grupo⁵⁰. As filhas gêmeas de Taís estão agora sob os cuidados do ex-marido foragido da polícia e de sua amante, agora atual companheira dele (o primeiro estando diretamente relacionado à prisão de minha interlocutora). O contato com as filhas é a principal reivindicação de Taís. Ela se manifesta

⁴⁹ Apesar de Dalva ter perdido formalmente a guarda dos filhos, a ideia de contatos futuros, dentro das regras de sociabilidade locais, está mais facilmente preservada como possibilidade, uma vez que as crianças residem na mesma *comunidade* que ela e estão sob tutela de sua mãe (avó das crianças). Já Taís, que não vivenciara o processo de destituição da guarda, não tem a mesma possibilidade, pelo que ela relata, uma vez que não tem contato com o antigo companheiro, com quem ficaram as meninas e não sabe exatamente o local de moradia delas.

⁵⁰ Ainda que Taís não viva mais com o pai das filhas gêmeas, cito o “grupo” por pensar nos laços de reciprocidade que ainda os une, não necessariamente como escolha dos sujeitos, mas pelo fato de o pai das meninas, juntamente com sua nova companheira, providenciarem a manutenção cotidiana da vida das filhas. Enquanto isso, Taís sente-se em dívida com o novo núcleo doméstico em que o ex-companheiro e suas filhas estão inseridos, mas do qual ela não participa.

por um discurso em que afirma aguardar a ação do tempo nos processos que podem reconduzir à verdade e à reparação dos processos de humilhação por ela vivenciados. Ela espera que o tempo possa trazer algumas verdades à tona, ao mesmo tempo em que, enquanto isso, ela procura organizar a própria vida a fim de recuperar os laços com as filhas. Apesar disso, ela também concebe a si como sendo portadora de sentimentos perigosos, pois comentou que não sabe o que pode esperar de suas próprias ações, afirmando que, embora não busque a vingança contra o ex-marido, poderia ter atitudes inspiradas por sentimentos negativos, que poderiam incriminá-lo, mas sabe que isso poderia ser negativo para suas filhas que estão vivendo naquele núcleo familiar. Sendo assim, diz ser melhor não saber exatamente onde mora o seu antigo companheiro que, mesmo vivendo de maneira ilícita (foragido da polícia), sustenta as suas filhas.

*Na verdade, eu acho que ele tem medo de eu descobrir onde ele está e de caguetar ele, e vou te falar a verdade, num desses devaneios eu posso realmente, então **eu não confio nem em mim mesma de verdade, em termos de sentimento**, nos seus cinco minutos, quem é você? Nem você mesma sabe, entendeu? (...) posso pensar, sei lá, se ele for pra cadeia eu pego elas, só que, se ele for pra cadeia e elas ir pra Febem? Que eu posso denunciar ele... E se eles catarem ele com BO⁵¹ e elas dentro de casa? Se acontecer alguma coisa maior com ele? Elas vão olhar pra mim e falar: “Você fodeu o meu pai, que mal ou bem me sustentou até agora...”. E quando eu vejo elas nas fotos, que é pelo “Face”⁵², que é a única maneira que eu tenho de ver elas, eu vejo que elas estão muito bem, obrigada. E o bem-estar delas pra mim é fundamental, independente de qual seja a maneira que elas estejam vivendo. E se elas não querem falar comigo, como é que eu posso obrigar elas a falar comigo? Que argumento eu vou ter pra colocar para elas, porque pra elas a lembrança que elas têm é que a mamãe saiu de casa com uma corrente na mão, que eu saí algemada de dentro de casa, passei algemada pelo condomínio inteiro, todo mundo me vendo algemada, por um BO que eu não tinha a ver, entendeu? E ele está até hoje gozando...” (grifos meus)*

Lutz (2008) escreve que, de acordo com as entrevistas que realizara, as mulheres definem a si mesmas como portadoras de sentimentos perigosos. A autora lembra ainda que algumas mulheres afirmam a necessidade de controle de si mesmas como uma forma de controle de emoções nocivas; o que serve para replicar a ideia de que elas são emocionalmente perigosas – “These instances also serve to replicate the view of women as dangerously emotional.” (LUTZ, 2008, p. 74) –, o que, portanto, reforçaria a ideia da necessidade de controle feminino, posto que as mulheres, nessa visão, são portadoras de sentimentos perigosos. A afirmação sobre a necessidade de controle das emoções, de acordo

⁵¹ Categoria nativa que indica alguma atividade ilícita ou algo considerado errado que pode levar a pessoa que comete determinados atos a algum tipo de sanção.

⁵² Referência à página de relacionamentos *Facebook*.

com a pesquisadora, estaria vinculada a uma preocupação em romper com uma visão negativa sobre si, já que as emoções – geralmente construídas discursivamente como atributo relacionado ao sexo feminino, na visão cultural ocidental – são qualificadas como irracionais, fracas e perigosas. Para Taís, silenciar seria uma forma de controle de suas emoções, as quais, se expressas, trariam problemas ao grupo.

Pollak (1989) escreve que o silêncio pode ser indicativo de “lembranças traumatizantes”, as quais esperam momento propício para serem expressas. Das (1999), em trabalho de campo sobre famílias urbanas punjabi, aborda “um sentido de contínuo trabalho de escuta” (DAS, 1999, p. 34), em que o tempo parece ser um aliado no processo de produção do cotidiano em contextos de violência. Assim, embora aparente ser passividade, o silêncio, no contexto estudado por Veena Das, é um elemento de luta por escapar de estruturas de poder e de personagens mais poderosos. De acordo com a autora: “O tempo não é algo meramente representado, mas um agente que “trabalha” nas relações, permitindo que sejam reinterpretadas, reescritas, modificadas...” (DAS, 1999, P. 37). Para ambos os autores, o silêncio não é sinal de esquecimento ou passividade, mas indício de trabalho paciente do tempo, uma oposição ao “excesso de discursos oficiais”; de acordo com Pollak (1989), é indicativo de um trabalho do tempo, dentro dos limites da moralidade vigente.

Sobre a questão do “silêncio”, Fiona Ross, ao problematizar a Comissão da Verdade na África do Sul pós-Apartheid, escreve que os registros, naquele contexto, foram moldados a partir de silêncios e ausências, os quais têm efeitos importantes em relação à compreensão da história recente. A autora destaca que nas audiências de 1996-1997, os testemunhos eram expressos de maneiras diferentes de acordo com a idade e gênero dos sujeitos, uma vez que homens e mulheres falavam de maneira diversa sobre os danos experimentados durante o regime de segregação racial. Enquanto os homens falavam diretamente de seus sofrimentos, os danos apresentados nos testemunhos das mulheres tinham um espectro mais amplo, recobrando danos sofridos por outros, principalmente pelos homens de seu grupo familiar: filhos, maridos, irmãos. Os testemunhos das mulheres geralmente destacavam os efeitos da violência sobre a vida comunitária, além de observarem os impactos sobre o tempo e as gerações.

A Comissão da Verdade tinha expectativas de que as mulheres pudessem testemunhar sobre a violência, no entanto, subestimaram-se os perigos que elas corriam ao fazerem testemunhos públicos. Guardadas as devidas proporções, uma vez que não estamos falando do

episódio histórico de que trata a autora, chama atenção o fato de Taís enfatizar o seu silêncio como forma de proteção às filhas. Como escreve Ross (2006, p. 60):

... el silencio puede ser el medio de protección de uno mismo y de otros, manteniendo a la experiencia resguardada o para uno mismo, de modo tal de que el daño no se ramifique hacia afuera. En este tipo de casos, el silencio es un acto de bravura, no de cobardía, o una falta de habilidad para confrontar la experiencia. A veces, la voz se escapa de la experiencia. El silencio puede también apuntar a los modos en los cuales cierta experiencia se reduce o mengua. Y el silencio puede ser la negación de hablar en términos que no le hacen justicia a uno mismo.⁵³

Ross (2006, p. 60) escreve ainda que, “una de las consecuencias de los silencios de las mujeres es que se leen habitualmente como fracasos de la moral más que como fracasos institucionales a dirigirse de manera apropiada al sufrimiento”, ou seja, como a autora complementa, processos que não admitem a complexidade do discurso não levam em consideração o fato de que a reconstrução dos mundos sociais pelas mulheres se baseia, muitas vezes, em seus esforços por não falar, uma vez que isso tem consequências no mundo social. Sendo assim:

El silencio es aquí un acto de coraje ya que se deja de lado el propio bienestar por el interés de la comunidad mayor. Aún no sabemos acerca de los costos individuales de lo que este silencio puede significar aunque podemos sí anticipar que son, de hecho, altos. (Idem, p. 60)

Traduzindo, o silêncio é um ato de coragem em que se deixa de lado o próprio bem-estar pelo interesse da comunidade maior. Taís, quando destaca que prefere não saber exatamente onde moram as filhas, a despeito de não conseguir ter contato com elas, justifica sua atitude com a ideia de que, desse modo, prioriza o bem-estar das mesmas, que são sustentadas e cuidadas por aquele núcleo doméstico. Os custos individuais para ela, embora não possam ser precisados nesta explanação, podem ser de diversas ordens. Em sua página de relacionamentos do *Facebook*, aparecem menções a dias em que ela não está trabalhando ou que apenas está fazendo apostas (do *jogo do bicho*) por telefone, uma vez que ela estaria doente. Sobre isso, durante a nossa conversa, sua filha, que participava conosco, comentou que a mãe já estivera muito doente, que durante um período ela ficava apenas na cama, dormindo, às vezes tomando remédios, e que certa vez ela chegara à casa da mãe e encontrara o forno ligado, dentro dele havia uma fôrma com feijão cru e farinha. Ao perguntar sobre aquilo, a mãe lhe respondera: “É um bolo que coloquei para assar”. Sobre isso, a mãe diz que

⁵³ “O silêncio pode ser o meio de proteção de si e de outro, mantendo a experiência resguardada para si mesmo, de modo tal que o dano não se ramifique para fora. Neste tipo de caso, o silêncio é ato de bravura, não de covardia, ou uma falta de habilidade para confrontar a experiência. Às vezes, a voz escapa da experiência. O silêncio pode também apontar aos modos nos quais certa experiência se reduz ou mingua. E o silêncio pode ser a negação de falar em termos que não fazem justiça a si mesmo.” (Tradução livre).

não se lembra. Como pesquisadora da área das Ciências Sociais, não se trata de afirmar se o adoecimento descrito tem a ver ou não com a situação por ela vivida, mas pode-se salientar a questão levantada por Ross (2006) acerca dos possíveis custos individuais oriundos da imposição do silêncio.

4.3 Joana D’Arc da favela

“Minha mente evolui a cada dia; ontem uma mulher encarcerada, hoje aquela que socorre a família do cárcere; ontem frágil, hoje mulher forte de vitória que não teme a derrota; ontem menina que não sabia que caminho seguir, hoje mulher que calcula e sabe que pra tudo na vida temos que ter roteiro e foco. Eu não acredito em destino, acredito que eu tracei meu caminho e pisei no espinho, mas hoje anestesiada da dor quem sou; sou Joana D’Arc da favela, sou a guerreira que como eu poucas sobraram, sou a mulher que luta por amor.”

Texto escrito por Laura em seu perfil no Facebook, em junho de 2014.

A fala de outra interlocutora, chamada aqui de Laura, muito diferente da anterior, diz respeito à construção de si como vítima e como heroína. Desde o início, Laura demonstra que teria se inserido no ambiente prisional e da Fundação Casa em decorrência de situações dramáticas em sua vida. Ela teria ficado órfã muito cedo e, aos 14 anos, sofrera violência sexual por parte de um dos irmãos, o que a teria levado a morar na rua. Depois de passar algumas vezes pela Fundação Casa, minha interlocutora acabou ingressando no sistema penitenciário, primeiro por ter furtado um supermercado, depois por ter levado *droga* ao marido na prisão⁵⁴ e, por último, teria sido vítima de um policial, posto que, ao se mudar para o litoral do estado para trabalhar, teria se deparado com o abuso de uma menina por um senhor e denunciado a situação. Como ela não sabia da tácita permissão da família para estes abusos e, vendo a menina ensanguentada, dirigiu-se inadvertidamente ao policial, que era o homem que abusava da menina. Para seu espanto, o homem fora buscar uma arma de fogo no interior da residência, e ela, após sair do local, fora detida pela polícia, que tinha em seu comando um familiar do homem em questão. Assim, Laura foi detida e apanhou muito na delegacia, segundo seu relato, até que, já sem muita consciência, assinou um documento afirmando a sua culpa. Como egressa do sistema prisional, sem credibilidade, como comenta, ela diz ter feito uma confissão falsa, de que teria tentado assaltar a casa de “um homem já bastante senil”, o que seria a razão de sua prisão reincidente.

⁵⁴ Ela comenta que não sabia que haviam colocado droga em material para o marido fazer artesanato que ela ficou incumbida de lhe entregar em uma das visitas.

O que chama atenção na figura de Laura não é tanto a sua fala, inscrita em situações de pobreza, de eventos dramáticos, de sua inocência e vitimização, mas como ela constrói a sua imagem a partir dos elos com os filhos. Laura hoje é cantora de rap juntamente com os seus dois filhos mais jovens. Sua história também já foi narrada em algumas revistas de grande circulação⁵⁵, que buscavam mostrar a sua força e superação. Além disso, ela atua com um grupo de mães e familiares de jovens encarcerados, o que a coloca em contato com muitas pessoas, sobretudo com mulheres que têm parentes presos. Assim, ela construiu um discurso sobre si que tem referência na ideia da maternidade, pois em várias de suas declarações busca afirmar a centralidade de seus filhos em sua vida.

Na fala de Laura, há enunciados que apresentam um olhar um pouco mais distanciado da realidade vivida no contexto prisional, ao mesmo tempo em que o seu discurso se constrói a partir da ideia de ter logrado algum êxito na reorganização da vida cotidiana. Tal êxito está articulado a sua atuação em um movimento social de pessoas presas e também a um discurso que valoriza a sua vivência como mãe, capaz de lutar e, em alguma medida, subverter a ordem vigente em nome dos filhos.

A interlocutora contou que teria se separado do marido no momento em que esse agrediu fisicamente seu filho; assim, ela saía de casa, levando consigo os filhos:

... quando eu cheguei, ele tinha agredido o meu filho [...], peguei os meus filhos e saí correndo pelo mundo, pela favela. Saí com uma mão na frente e outra atrás.

Depois de uma tentativa frustrada de se instalar em uma área de ocupação e de ser novamente presa, como apresentado no enredo acima, o que lhe rendeu torturas físicas, Laura teria, em seu discurso, finalmente – por meio de inserções em movimentos sociais, da música e da maternidade – conseguido (re)construir um sentido para sua vida. Quando um dos filhos apresentou envolvimento com o uso de *drogas*, Laura novamente agiu no sentido de buscar sua *recuperação*. Há, assim, na narrativa dessa interlocutora, uma ênfase no valor associado à maternidade, descrita como capaz de engendrar forças para enfrentar as lutas cotidianas.

Em seu relato, sobressaem situações em que ela aparece como vítima (violentada sexualmente na adolescência, presa por desconhecer o conteúdo que ela levava ao marido na prisão em um dia de visita e, por último, por ter sido vítima da ação de um policial aposentado que se aproveitava sexualmente de uma menina), mas há também um forte elemento de luta e heroísmo, como o outro lado, simétrico e inverso, da vítima: saiu da favela sem nada, levando

⁵⁵ Não mencionadas aqui para evitar a identificação da interlocutora.

consigo os filhos, em busca de um lugar mais adequado à criação dos mesmos. Diante das inúmeras hostilidades enfrentadas, ela busca vencer o meio e enfatiza:

Toda vez que eu entrei [na prisão] tanto nas [...] vezes que eu fui pra Febem, foi uma sensação diferente. Eu acredito que eu mudei foi por mim mesma, porque ele [o sistema prisional] não dá estrutura pra que você mude.

Assim, se por um lado o reconhecimento das situações de violência, vulnerabilidade e exclusão é um elemento importante para a afirmação e a luta de diversos grupos, por outro, há uma construção discursiva em torno da ideia da superação. Tal superação, no entanto, associa-se ao fato de ter sido vítima e, apesar das circunstâncias, ter encontrado motivações nos filhos para se construir positivamente. Como escrevem Eliacheff & Larivière (2012, p. 25), a vítima “sai da massa pelo seu sofrimento”, sendo, portanto, o sofrimento um elemento valorativo do indivíduo, posto que o herói moderno, ainda de acordo com os autores citados, é aquele que conseguiu se sobressair da massa. A despeito de tal consideração, em que a vitimização está colada a um heroísmo que, nesse caso, engendra enunciados sobre possíveis superações, há que se reconhecer que a atuação nos movimentos sociais de familiares de pessoas presas ou de ex-presos possibilita a organização de um grupo de referência, permitindo aos sujeitos que vivenciam a mesma experiência identificar-se e reivindicar encaminhamentos importantes para suas vidas.

4.4 O pensamento religioso e o cordeiro da redenção

O caso aqui relatado é o da primeira mulher com quem me encontrei para efetivamente iniciar as entrevistas. Vamos chamá-la Vilma. Antes disso, os meus contatos iniciais com as mulheres da Penitenciária Feminina do Butantã eram informais, organizados a partir das visitas quinzenais com a Pastoral Carcerária. Meu encontro com ela fora promovido pela Amparar, instituição que trabalha com pessoas presas em uma região distante do centro da cidade de São Paulo.

Chegando ao local, expliquei-lhe os objetivos da pesquisa, e ela consentiu em participar, desde que a nossa conversa não fosse gravada e que eu nem mesmo fizesse anotações durante a entrevista, com o que concordei, pois queria iniciar essa parte do trabalho de campo.

Vilma percorreu por duas longas horas sobre os seus feitos no mundo do crime, sobre como utilizava, de maneira inadvertida e às escondidas, os revólveres de seus irmãos, ainda em sua adolescência. Sua primeira prisão teria sido decorrente de uma facada que ela desferira

contra um rapaz, que levou a seu falecimento posteriormente. Esse episódio foi apresentado com ênfase narrativa. Enquanto ela tecia a sua história, apresentando detalhes dramáticos sobre a sua valentia, citando de maneira breve e em tom que insinuava sigilo quanto à sua participação em crimes de repercussão nacional que tiveram o seu envolvimento indireto, eu me questionava: por qual motivo ela está me dizendo tudo isso? Qual a intenção de me dizer a maneira como uma faca ou canivete deve ser manejado ao render um refém, e por que afirmar que ela fazia isso com agentes penitenciários e até mesmo com funcionários de maior graduação hierárquica da área de segurança pública?

Chama atenção a fala detalhada e centrada na ideia de que ela própria foi agente de situações de violência. Tal narrativa causa perplexidade quando se pensa que ela teria sido solicitada a discorrer sobre o tema da família e sobre como ela teria organizado sua vida familiar e com os filhos durante o período de encarceramento, tema da pesquisa. O que ela estava querendo dizer/demarkar para a pesquisadora? A sensação que ficou dessa entrevista foi a de que minha interlocutora, uma mulher negra, presidiária, identificada com o avesso da ordem, pretendia impor sobre mim, uma pesquisadora branca, universitária, a seus olhos agente da ordem, uma posição de poder, de maneira a me deixar constrangida e com medo? Seria eu, em seu imaginário, uma *patricinha*⁵⁶ que jamais teria entrado em contato com esse universo? Tais efeitos dramáticos podem fazer sentido para aquele momento de sua narrativa, mas não esgotam a questão, não sem antes eu refletir por alguns dias sobre a história narrada.

Vilma não comentou sobre os filhos durante o período de encarceramento, eram quatro. Se o tema de nossa conversa, como eu havia lhe explicado, era sobre o cotidiano das mulheres presas e egressas no que diz respeito às especificidades de gênero, por qual motivo ela discorrera por duas horas sobre a sua experiente trajetória no mundo do crime?

Alguns outros elementos de sua narrativa podem explicar. Ela teve pouco contato com os filhos durante os 15 anos de prisão. Eles foram criados por sua mãe, mas sobretudo porque, a despeito do pouco contato, uma situação dramática ocorrida com o seu filho mais velho entrelaça, para ela, todos os eventos anteriores. O assassinato de seu filho primogênito, portanto, seria o ápice de sua narrativa, trazendo o desfecho aos eventos anteriores como o episódio que a redimira de sua própria impureza, a qual teria se iniciado com a morte do rapaz que ela teria assassinado em sua juventude.

Para Mauss e Hubert (2013, p. 17), “o sacrifício sempre implica uma consagração: em todo sacrifício, um objeto passa do domínio comum ao domínio religioso – ele é consagrado”.

⁵⁶ Palavra utilizada por ela não para se referir a mim, mas para designar moças que não vivem privações materiais.

Entre as formas de consagração, no entanto, algumas “esgotam seus efeitos no objeto consagrado, seja ele qual for, homem ou coisa”, ao passo que, no sacrifício,

... ao contrário, a consagração irradia-se para além da coisa consagrada, atingindo, entre outras coisas, a pessoa moral que se encarrega da cerimônia. O fiel que forneceu a vítima, objeto da consagração, não é no final da operação o que era no começo. Ele adquiriu um caráter religioso que não possuía, ou se desembaraçou de um caráter desfavorável que o afligia; elevou-se a um estado de graça ou saiu de um estado de pecado. Em ambos os casos ele é religiosamente transformado. (MAUSS & HUBERT, 2013, p. 17)

Os autores chamam de “sacrificante” aquele que se beneficia ou se submete aos efeitos do sacrifício. Como efeito do ato sacrificial, este sujeito – o sacrificante – é religiosamente transformado, saindo de um estado de pecado ou elevando-se a um estado de graça. Sobre esses aspectos, é apresentada a seguinte fórmula: “o sacrifício é um ato religioso que mediante a consagração de uma vítima modifica a pessoa moral que o efetua ou de certos objetos pelos quais ela se interessa” (Ibidem, p. 21).

O objeto sacrificado serve de intermediário entre a divindade e o sacrificante, uma vez que não há contato imediato entre o homem e o deus. A vítima, ou seja, o sacrificado representa a fusão dos deuses e do sacrificante. Mauss e Hubert (2013) destacam ainda que a diferença entre sacrifícios pessoais e sacrifícios objetivos. No primeiro caso, o próprio sacrificante é consagrado pelo sacrifício, já no segundo caso, os objetos é que são afetados pelo sacrifício. No caso de nossa interlocutora, ela mesma teria se modificado com o assassinato do filho, ação vivida por ela como sacrificial.

Embora em boa parte dos casos vítima e sacrificante sejam associados por meio de um contato material, “algumas vezes há representação direta natural: um pai é representado pelo filho que ele sacrifica” (Ibidem, p. 39). Sendo que a vítima passa não apenas a representar o sacrificante, mas com ele se confunde; há fusão das duas personalidades.

Durante o relato, Vilma acentua a beleza de seu filho, um rapaz de 18 anos, no enterro de quem ela não pôde ir. Sua ênfase, ao chegar a esse ponto, passa a ser o seu projeto de vingança. Ela, então, passa a detalhar a maneira como pretendia executar o seu projeto, armando-se com os recursos necessários para tal empreitada. No entanto, ao chegar ao local onde se encontrava o possível algoz de seu filho, fora convencida pelo sujeito que seria alvo de sua vingança que não era ele o assassino do jovem morto. A despeito de quem teria tirado a vida de seu filho, Vilma reforça que, naquele momento, algo teria lhe tocado, teria vindo à tona a imagem de sua primeira vítima, o rapaz que ela teria assassinado no início de sua carreira criminosa, chegando mesmo a dizer que ela também havia deixado uma mãe em luto em seu passado.

Uma mulher com tantos feitos no mundo do crime, transferida mais de 40 vezes de prisão, como ela fez questão de reforçar, via-se, agora, redimida pela morte do filho, a qual teria promovido a sua purificação. Ali, no local onde nos encontramos, Vilma procurava uma oportunidade de estudo e dizia que pretendia seguir a vida unicamente com a filha caçula, a quem ela amamentava durante a nossa conversa, mas foi justamente a morte do filho primogênito que, apesar do propósito de vingança, teria lhe “purificado”, e agora, após “expurgar” os pecados cometidos até então, ela pretendia reestabelecer a sua vida. Para Mauss e Hubert (2013, p. 58), “é preciso que o sacrificante, mesmo de volta à vida profana, conserve algo que adquiriu durante o sacrifício”. O filho morto, sacrificado, teria a purificado do pecado. Ele mesmo, figura sagrada, belo rapaz de 18 anos, que morrera no próprio leito na casa da avó – cuja cena também concorre para a sacralidade do evento –, seria o cordeiro, sangue de seu sangue, que a livrara do mal.

Considerações

Na dinâmica emocional aqui apresentada, há entre os relatos das mulheres presas e egressas do sistema prisional três que se vinculam à experiência de vitimização, nos termos de Eliacheff e Larivière (2012). O caso de Dalva sintetiza a imersão em uma experiência moralmente condenável e a busca da rearticulação dos vínculos; a condenação por parte dos filhos é destacada no caso de Beatriz; Taís se apresenta como “vítima” de alienação parental e espera a ação do tempo; Laura constrói sua narrativa como dinâmica que tece o heroísmo da narradora: aquela que supera o próprio meio, podendo construir uma história juntamente com seus filhos. No entanto, o quarto relato, o de Vilma, constrói-se de maneira antagônica à ideia de vitimização. A narradora se constitui como perpetradora de atos violentos, sendo, portanto, sujeito de ação, havendo uma inscrição de si como sujeito que age no contexto do crime, não reafirmando a construção discursiva dos sentimentos marcados pela maternidade no contexto carcerário, como acima descrito em relação às demais mulheres. Esta última não faz referência a como viveram os seus filhos (eram quatro no total) e quem cuidou deles enquanto ela esteve presa. Na verdade, sua ênfase durante nossa conversa recaiu sobre sua atuação em atividades violentas. Apesar de sua narrativa versar sobre as suas habilidades e desprendimento na atividade criminosa, a interlocutora traz como desfecho uma possível

redenção em que aparece como ápice narrativo a morte do filho em uma ação violenta, cujo assassino teria invadido o quarto do rapaz e lhe retirado a vida, assim como ela própria teria feito no início de sua carreira criminosa, quando ela, muito jovem, ferira um rapaz que faleceu. Ela esboça, assim, o pensamento de que o seu luto materno estaria em relação com a morte que ela própria havia provocado inicialmente, quando também teria deixado outra mãe em luto, como castigo pelo seu próprio crime. Segundo Vilma, seria esse *pensamento* que teria agido no sentido de evitar a vingança da morte de seu filho por ela planejada. Embora a sua fala tenha se construído no sentido de desfazer uma possível imagem de si como vítima, é também a via da maternidade que, no final, a interlocutora acaba reforçando: o filho morto, sacrificado, demonstrando o caminho de sua própria redenção.

Capítulo 5: QUEM CUIDA DAS CRIANÇAS

Eu não vou te perdoar se a sua mãe levar o meu filho.
Carta de uma mulher presa a seu companheiro também preso

Para muitas presas, a presença da mãe com quem ela mantenha contato e que possa cuidar de seus filhos configura a condição que lhes assegura a possibilidade de manutenção do vínculo com os filhos e de reconhecimento dos seus direitos como mãe, mesmo estando na situação de aprisionamento, além de representar a possibilidade de receber auxílio externo, pois algumas mães costumam enviar itens de que suas filhas presas têm necessidade:

Agora, se eu não tivesse a minha mãe, eu não ia ter visita de ninguém, porque a minha sogra não ia vir me ver, porque ela não ajuda ninguém, nem os filhos. [...] E ela tem bem mais condições do que a minha mãe, porque no fundo ela tem um dinheiro [...] Ela não deu a minha filha? (ênfase). [...] Ah, foi assim, quando eu estava na delegacia, ela falou que ia cuidar da minha filha, que podia deixar que ela cuidava. Aí, ela deixou com uma mulher olhando, que ela trabalhava. Ela deixou e não voltou mais pra buscar a neném. Se a mulher quisesse tomar a minha filha, tinha tomado. Minha filha tinha 15 dias. (Rita)⁵⁷

Rita enfatiza que não pode contar com a sogra e que é graças à própria mãe que pode receber auxílio na prisão, ao mesmo tempo em que pode manter os vínculos maternos. É por meio de sua mãe que os seus filhos a reconhecem como mãe. O bebê, por exemplo, aprendeu a chamá-la de mãe porque sua avó materna lhe mostrava fotos e ensinava que aquela era a sua mãe. Rita marca a sogra como aquela que oferece apoio nas situações críticas, mas que, no cotidiano, não está envolvida na resolução das questões. Ela teria assumido os cuidados com a filha de minha interlocutora no momento em que esta foi presa. Depois de assumir a responsabilidade sobre a criança, a avó paterna deixara a bebê com uma vizinha, *uma desconhecida* (ênfase da entrevistada)⁵⁸ que, posteriormente, tornara-se amiga da família do bebê, da mãe presa e da avó materna:

Quando eu saí, eu fui ver ela e ela me ajudou, quando eu estava presa em X⁵⁹, ela mandava as coisas pra mim. Foi Deus que pôs ela na minha vida. E cuida muito bem da minha filha. Ela ensinou a me chamar de mãe.

⁵⁷ Os nomes atribuídos às interlocutoras neste capítulo são utilizados de modo fictício e com a finalidade de se compreender a discussão aqui abordada, de modo a evitar que o leitor se perca nas diversas sutilezas apresentadas nos enredos.

⁵⁸ A ênfase da entrevistada sobre a avó paterna ter deixado a criança com outra pessoa tem o sentido de marcar negativamente a figura da sogra.

⁵⁹ Nome de outra penitenciária.

Rita afirma que conheceu a mulher que cuida de sua filha depois de ter sido presa e, a partir da relação com a criança, tornaram-se amigas. Aqui aparece o que Sarti (2003) identificou entre os pobres na periferia urbana de São Paulo: a família, para além dos laços consanguíneos, é identificada com aqueles “com quem se pode contar”. Nesse contexto, o que vale são os laços de sociabilidade em que predominam as trocas que mantêm as alianças entre as pessoas. Assim, não é necessário que os indivíduos coabitem o mesmo espaço, nem sejam consanguíneos para serem considerados da família. O cuidado das crianças pode ser, assim, compartilhado entre os que participam dessas relações, o que geralmente ocorre entre as mulheres da rede de sociabilidade. Os filhos, ou alguns dos filhos, podem ser “dados para criar” a parentes próximos, em geral temporariamente, o que implica em vínculos e relações de reciprocidade; mesmo em situações de relativa estabilidade, outras mulheres, que não a mãe, podem ser chamadas a participar dos cuidados com as crianças, enquanto os pais trabalham, ou em outras situações em que necessitem “ajuda”.

Outra interlocutora, por sua vez, aponta a dificuldade de encontrar alguém que cuide das crianças na ausência da própria mãe e ante a recusa da ex-sogra:

*Esse bebê que eu tive no presídio, o pai é o meu marido atualmente. O pai dos meus outros filhos faleceu vai fazer cinco meses. Minha ex-sogra não quis ficar com eles por que disse que eles dariam muita dor de cabeça. Foi onde aconteceu isso...*⁶⁰. (Sílvia)

Sobre a circulação de crianças nas camadas populares brasileiras, cabe ainda mencionar que esta constitui um padrão legítimo de relação com os filhos, como argumentou Fonseca (2006), o que pode ser visto como

um padrão cultural que permite uma solução conciliatória entre o valor da maternidade e as dificuldades concretas de criá-los, levando as mães a não se desligarem deles, mas a manterem o vínculo por meio de uma circulação temporária. (SARTI, 2003b, p. 32).

Além disso, “A primeira característica a ressaltar das famílias pobres é sua configuração em rede, contrariando a ideia corrente de que esta se constitui em núcleo” (idem, p. 28). Em linhas gerais, a autora argumenta que as famílias das camadas populares mantêm redes de relações que, por meio da reciprocidade, materializam a vida cotidiana. Assim, mais do que o modelo de família apoiado nos laços conjugais – em que esposo, esposa e filhos coabitam e dividem as responsabilidades domésticas –, nas camadas populares, o papel da família em

⁶⁰ Sílvia se refere ao fato de as crianças terem sido enviadas a um abrigo, quando ela foi presa, após a recusa da ex-sogra em ficar com as crianças.

rede é muito importante, sobretudo na divisão de tarefas atribuídas às mulheres, como o cuidado das crianças.

Esse modelo de organização das relações, que norteia a concepção de família entre os pobres, de acordo com a autora, viabiliza a organização da vida cotidiana. Diante da ausência de recursos públicos para dar conta das atividades relacionadas ao cuidado dos filhos e mediante as alterações nas relações familiares, é comum a participação do grupo de parentes e de vizinhos na organização da vida cotidiana. A ideia ampliada de família nos segmentos populares implica um padrão diferente daquele associado aos padrões modernos de conjugalidade, em que a família conjugal, composta por pai, mãe e filhos que coabitam uma residência – um núcleo separado – e ali desenvolvem as tarefas atribuídas à família. Sarti (2003a) assinala que, entre os pobres, os valores e necessidades do grupo têm precedência sobre aqueles do indivíduo, diferenciando-os dos padrões ditados pela individualidade moderna. Nesse ponto, a autora traz a leitura da obra de Giddens (1993) para assinalar que a construção de laços mais igualitários, apoiados em valores que prezam a autonomia e a individualidade dos sujeitos, acaba ficando em segundo plano ou sendo frustrada quando chega a ser projetada, pois a necessidade de viabilização das tarefas do cotidiano reforça os laços de dependência e, dessa forma, mesmo os papéis de gênero, embora com diferentes matizes, tendem a manter as estruturas tradicionais. A família, assim, constitui não um núcleo, mas uma rede cujos contornos se estendem para além do grupo doméstico.

Embora se possa visualizar a circulação de crianças, como descrito em relação às famílias das camadas populares, em que vizinhos e parentes podem ajudar a cuidar das crianças, o discurso de Rita tem também o sentido de atribuir à sogra a imagem daquela que se comprometeu mas não cumpriu, ou seja, seria figura da pessoa em quem não se pode confiar, evidenciando também o clássico conflito entre consanguíneos e afins; nesse caso, entre mulher e sogra. Por outro lado, a aliança estabelecida com a vizinha se torna tão forte quanto os laços “de sangue”, e ela aparece, assim, como alguém da família, mais até do que a avó paterna. Talvez esse seja o sentido da ênfase no discurso de nossa interlocutora, de uma relação mais distanciada com a família do pai dos filhos.

Assumir a maternidade para a mulher é questão de “honra”, no sentido dado ao termo por Pitt Rivers (1968), e motivo pelo qual algumas mulheres presas buscam se impor perante os sujeitos que tentam destituí-las de “seu papel materno”. Novamente, a figura da sogra aparece como sujeito que coloca em risco esse papel. Assim, Sílvia, outra interlocutora, ameaça o pai de seu filho, dizendo que o perdoou por colocá-la na cadeia, mas que não irá

perdoá-lo se deixar que a mãe dele leve o seu bebê embora, na situação em que a mãe do rapaz cogitou levar a criança para outro estado junto consigo:

Ele falou que ia entrar na justiça tudo pra pegar o bebê. Quando eu saí de saidinha, ela estava na rua, eu não quis ver ela. Mas... assim, pelo que a gente viu, ela foi conhecer os meus filhos, foi no abrigo. [...] Não que eu tenho raiva, nada, sabe. É igual o dia que a mãe dele queria levar o meu filho, eu falei pra ele “eu te perdoei por você ter me jogado na cadeia. Por eu pagar uma coisa que não é minha. Eu não vou te perdoar, [...] eu não vou te perdoar se a sua mãe levar o meu filho...” Aí foi onde que ele mandou uma carta pra mãe dele e tirou da cabeça dela levar o meu filho embora. Não é? Eu já pago uma cadeia que não é minha. Ele ainda queria tomar o meu filho. (sobressaltada e fazendo sinal de negação)

O sentido da maternidade torna a prisão secundária diante da possibilidade da perda do filho, como se se afirmasse a possibilidade de prisão, mas não da perda do filho. Tal questão, como mencionado, está associada ainda à rivalidade com a sogra, uma vez que esta, ao entrar em cena, é uma figura que rivaliza direta ou indiretamente em suas “atribuições femininas”. Para a avó paterna, levar a criança para outro estado seria uma forma de obter vantagem sobre a mãe da criança, destituindo a mãe de suas responsabilidades e direitos. Uma vantagem adquirida justamente no momento em que a mãe está impedida de cumprir com as obrigações associadas à maternidade. Fonseca (2004) escreve sobre a tácita competição entre a mãe e irmãs de um homem e a sua esposa, em que aquelas se apresentam à disposição para as tarefas dos cuidados diários de seus irmãos e sobrinhos, demonstrando clara rivalidade com as segundas. Aqui, a interlocutora parece querer demarcar o seu lugar, não deixando que sua “rival” se apodere de seu filho, argumentando que a prisão em si já é um fardo em sua vida, mas que não suportaria a perda do filho. A sogra aparece, para essa mãe, como maior ameaça do que o abrigo, onde atualmente se encontra a criança (juntamente com os seus irmãos), uma vez que nossa interlocutora, ex-funcionária da prefeitura que sedia a instituição onde vivem as crianças, consegue informações sobre os filhos com algumas antigas amigas de trabalho, ao mesmo tempo em que pode visitá-los durante os dias de *saidinha*.

Em outro caso, Cristiane, uma moça de 19 anos, comenta que não vê a filha há quatro anos, desde que a avó paterna a levava para morar em outro estado:

Aí eu tive uma audiência com o juiz e o juiz falou que ou eu dava a minha filha para adoção, ou eu passava a guarda para a mãe do pai da criança. Aí eu falei pra não dar a minha filha pra adoção, e eu nunca mais ver a minha filha, eu vou dar pra avó, né? Aí ela mora na Bahia até hoje, faz quatro anos. (Cristiane)

Como a interlocutora destaca, entregara a guarda da criança à avó paterna como forma de evitar a adoção. Quando a responsável pelas crianças é a família paterna (sogra/ex-sogra),

de acordo com os dados de campo, em alguns casos, há um afastamento maior entre a presa e os filhos, mesmo que tal relação não seja claramente apresentada em termos de rivalidade, mas como *ajuda*. Uma mulher de 31 anos (Eliana), por exemplo, não vê os filhos desde que foi presa, há cinco anos. Ela explica que as crianças estão com a sua ex-sogra e que não pode se queixar, pois os filhos estão sendo cuidados graças à avó paterna. Além disso, a *sogra mora muito longe* e, por isso, *prefere não incomodá-la*.

As dinâmicas familiares são muitas vezes marcadas por especificidades relacionadas ao encarceramento feminino. Tal ponto, embora previsto, chamou a minha atenção, pois, por mais que a ideia de família seja histórica e culturalmente construída, como ressalta a literatura, é difícil para o pesquisador despir-se da sua própria ideia de família. Tal estranhamento é indicado também por Sarti (2004). Assim, as mudanças ocorridas durante os anos de aprisionamento da mulher marcam a sua experiência familiar, de modo que ela não encontre um ambiente inalterado no seu retorno à liberdade. Os filhos crescem, a mulher envelhece, algumas pessoas pertencentes à rede da família da mulher podem ter morrido ou passaram a ocupar arranjos diferentes daqueles mantidos anteriormente, antigos companheiros se vinculam a outros laços de parentesco, ou, mesmo que isso não ocorra, o que é mais raro, inúmeros fatores concorrem para a modificação das relações de parentesco e sociabilidade de tais mulheres. A demanda de muitas delas por conseguir abrigo para onde possam levar os filhos, a ausência da figura masculina, os rearranjos com algumas mulheres da família e com novos sujeitos que entram em cena – mulheres com quem se relacionam na prisão, *coroas* que as ajudam etc. – fazem parte de sua experiência familiar. Assim, não há propriamente um retorno ao antigo ambiente familiar, mas a rearticulação de novos arranjos, engendrados a partir das novas necessidades, organizados a partir das possibilidades do contexto específico da experiência de cada mulher. Algumas mulheres haviam rompido laços, não queriam ou não podiam encontrar seus familiares em seu retorno ao ambiente externo ao da prisão.

É recorrente que as responsabilidades maternas e os cuidados dos filhos das mulheres presas sejam assumidos pelos seus familiares, geralmente por outras mulheres da família: mães, irmãs, cunhadas e filhas, ou ainda pela nova companheira do ex-marido, pai das crianças, como relatado por uma egressa. Novos sujeitos que entram em cena também são articulados nas redes de *ajuda* a partir das quais as mulheres se relacionam. Mesmo assim, quando a família consanguínea da mulher encarcerada assume tais responsabilidades há maiores probabilidades de manutenção do vínculo materno, muito embora em alguns casos

questões morais sejam mobilizadas para lhe marcarem como mulher que não agiu de acordo com os critérios de responsabilidade apresentados como necessários aos cuidados dos filhos.

Em outras situações, em que a família consanguínea da mulher não pode e/ou não quer assumir tais responsabilidades, sobretudo pela desarticulação de outras figuras femininas, critérios de negociação da maternidade se sobressaem, seja quando as crianças são enviadas a abrigos, seja quando a família paterna da criança entra em cena, algumas vezes como figura que compete com a mãe. Nesse caso, novas possibilidades de agência são articuladas pelas mulheres, as quais, na maioria das vezes, buscam táticas para evitar o “abandono” definitivo dos filhos, solução não apenas “moralmente condenável”, como escreve Fonseca (2006, p. 131), mas que também implica em perda de direitos advindos da maternidade.

Em muitos casos, o encarceramento feminino é precedido pela prisão do companheiro. Elas, muitas vezes, realizavam visitas aos homens na prisão quando estavam em liberdade e cuidavam das tarefas familiares. Quando tais mulheres são aprisionadas, o apoio de suas próprias mães e de outras mulheres da sua família de origem pode ser de grande valia, já que o seu poder parental, em relação aos filhos, pode ser ameaçado quando as crianças dependem do apoio da avó paterna e/ou de outras mulheres ligadas à família do pai. Tais figuras aparecem como alternativa ao abrigo, mas, em última instância, quando há outras figuras femininas disponíveis como “cuidadoras”, as sogras das mulheres são geralmente preteridas.

Discutindo sobre a configuração das relações de gênero em uma vila de Porto Alegre, Fonseca (2004) escreve que “a divisão sexual do trabalho cria uma rivalidade entre a esposa e a irmã de um homem” (p. 150). A autora explica que, naquele contexto, muitos homens sem emprego fixo prestam boa parte de sua contribuição à família por meio da realização de serviços, como reparos, construção e modificação de suas casas. Após realizar o trabalho em sua própria casa, muitos homens se dispõem a ajudar suas consanguíneas, aparentando mesmo passar mais tempo na casa de sua mãe ou de sua irmã do que em sua própria casa, com a sua esposa. As mulheres, por sua vez, em relação às tarefas masculinas, recorrem tanto a maridos como a parentes consanguíneos.

A divisão segundo a qual os homens demandam trabalhos domésticos realizados pelas mulheres não implica que este necessariamente precise ser exercido pelas esposas, já que, de acordo com Fonseca (2004), necessidades de alimentação e cuidados podem ser atendidas pelas mulheres consanguíneas, e mesmo o status de ser pai não está automaticamente associado ao casamento ou à coabitação. Restaria às esposas apenas o desempenho das funções de genitora e parceira sexual como suas únicas atribuições exclusivas, onde não é

substituída pela consanguínea. A autora levanta essa questão a fim de compreender, no contexto por ela estudado, o motivo de justamente as relações consanguíneas do homem realçarem a vulnerabilidade deste dentro da relação conjugal, fazendo piadas que denotam a ameaça constante da infidelidade feminina, delimitando assim a qualidade do vínculo masculino com a esposa, que se refere à exclusividade sexual e ao controle da descendência. A mãe e as irmãs do homem contribuem, assim, para manifestar uma fragilidade do casal e desse modo afirmar a importância de organizar-se “em torno de relações seguras: os inexoráveis laços de sangue”. (p. 151).

Um homem é apontado como o “cuidador” do filho da mulher, mas, questionada uma vez mais, essa mulher responde que a sogra cuida da criança, sendo ela a principal responsável pelos seus cuidados diários:

É a minha sogra, isso, é a minha sogra, ele (o filho) mora com a minha sogra e com ele (o marido), né? Mas como ele trabalha no interior, ele só vem pra casa de fim de semana. Então quem cuida do meu filho durante a semana é a minha sogra, que é a mãe dele. Que é como se fosse, na verdade, filho dele, porque quando eu conheci ele, meu filho tinha dois anos. (Lúcia)

Mariana tem seis filhos, os cinco mais velhos estão com a sua ex-sogra, e o mais novo, um bebê, está com ela na Casa Mãe⁶¹. Ela comenta que, ao *sair na saidinha*, pôde visitar os filhos que se encontram sob os cuidados da ex-sogra. Na ocasião, ela e o bebê foram recebidos para passar o final de semana na casa da ex-sogra, onde residem também os outros filhos:

Fiquei na casa da minha ex-sogra, com o ex, e já levei mais um (risos). (...) Daí eu já vou deixar os papéis feitos pra deixar ele lá pra mim trabalhar, né? Hoje ele tá com quatro meses, eu deixo ele lá com minha ex-sogra e com o pai dele.

Jardim (2007) estuda a relação hindu entre sogra e nora em redes migratórias, destacando a flexibilidade das hierarquias entre estas na articulação de práticas familiares. A conclusão da autora é de que os jogos hierárquicos de repertórios tradicionais são reordenados no cotidiano. A sogra, que também foi nora, passa a “sogra-grande” quando as suas próprias noras chegam ao estágio de fazer casar os próprios filhos. A sogra então se difere da sogra recente no domínio de sua *sograría*, tornando-se figura importante como representativa das tradições, sendo chamada para as grandes decisões do grupo.

⁶¹ A Casa Mãe é um espaço destinado às presas que deram à luz durante o período de aprisionamento, onde permanecem com o bebê até o sexto mês de vida deste.

O que a autora destaca é que o processo de se tornar sogra perpassa gradativas mudanças de status: a fase de *anelado*, a vida de esposa e a experiência de ser sogra grande estão acompanhadas de negociações em que a figura da nora, apesar dos conflitos que podem emergir de tais relações, em que a esposa deve submissão à família do marido, não está destituída de certa margem de poder, o qual é expresso no cotidiano e manejado de acordo com as trajetórias e situações políticas que marcam os acontecimentos; “não há uma passagem que vai do esvaziado de poder (polo nora) para o pleno de poder (polo sogra)” (JARDIM, 2007, p. 167).

Sobre o ponto que cabe tratar aqui, Fonseca (2007) escreve acerca do artigo de Jardim (2007) que a noiva “não deixa de ter expectativas importantes em relação à ajuda financeira e moral que deve receber da *sograria* e ao status que ela mesma deve alcançar quando ascender à ‘sogra-grande’” (FONSECA, 2007, p. 24).

É possível pensar sobre a fala de Mariana à luz das considerações dessas autoras sobre a relação entre sogra e nora. Mariana comenta que a sua relação com a sogra é boa, pois os seus filhos são cuidados por ela. Além disso, brevemente o bebê fará parte do grupo, composto por ex-sogra, ex-marido e os demais filhos (irmãos do bebê), ficando também na casa da sua sogra para que ela mesma possa trabalhar na prisão. Aliás, o bebê só poderia ficar com ela até completar seis meses de idade, e a ajuda da sogra será não apenas bem-vinda, mas necessária.

Se para Mariana a relação com a sogra é dita como sendo harmoniosa, sua fala não deve ser dissociada do fato de a mesma cuidar dos seus filhos, possibilitando inclusive que o bebê também passe aos cuidados da sogra em breve, o que é um fator que requer essa harmonia, ao mesmo tempo em que a promove. Já Rita, que conta com a ajuda da própria mãe, tem um tom ácido em relação à sogra. Sílvia, por sua vez, ao bradar que não perdoaria o companheiro se a mãe dele levasse o seu filho, busca demarcar uma posição frente à sogra, que levaria apenas o bebê consigo, fruto do seu atual relacionamento, deixando para trás os demais filhos de Sílvia, oriundos de seu relacionamento anterior. Sobre a ex-sogra – a mãe do ex-companheiro falecido, ou seja, avó de seus filhos mais velhos – em nossa primeira conversa, Sílvia comentou que ela não quis ficar com as crianças *porque disse que eles dariam muita dor de cabeça*, embora Sílvia não se opusesse a essa possibilidade, caso a ex-sogra aceitasse essa opção. O que Sílvia busca evitar, assim, é não apenas o distanciamento do filho, que iria para outro estado com a sogra, mas ela também quer manter o seu domínio sobre as relações, reafirmando a sua importância como mãe do bebê, ou seja, aquele que é

fruto da sua relação com o atual companheiro. O que Sílvia busca manter são as memórias, que poderiam se perder caso o bebê fosse levado por sua sogra para outro estado.

Retomando a fala de Mariana, é possível pontuar o que escrevem Peixoto e Luz (2007, p. 187) acerca da coabitação intergeracional no Brasil. Para as autoras, “as relações familiares não são regidas somente pela harmonia das relações de troca. Os conflitos entre gerações, consequência das relações de autoridade e de poder entre pais, filhos e netos, são inerentes à realidade familiar...”. Sobre isso, quando os filhos solicitam aos pais que ajudem a cuidar dos próprios filhos, aqueles, os avós, se veem obrigados a assumir tarefas que nem sempre desejam. Ademais, com a oferta insuficiente de creches no Brasil, tal prática é muito comum:

... quando o(a) filho(a) dependente solicita aos pais apoios financeiro e moral para manter e educar seus próprios filhos, os pais-avós sabem que terão, muitas vezes, que assumir responsabilidades e tarefas que nem sempre desejam ou podem, como o cuidado dos netos. Cuidar dos netos é uma prática recorrente no Brasil, pois são poucas as creches e as escolas maternas da rede pública, e as do ensino fundamental funcionam somente meio período, obrigando os pais a lançar mão de sistemas informais de guarda das crianças, como seus pais aposentados. (PEIXOTO & LUZ, 2007, p. 182-183)

A circulação de crianças, como descrito anteriormente, aparece fortemente nas famílias das mulheres presas, e o cuidado das mesmas se mantém como responsabilidade feminina, sendo que uma filha, a partir de certa idade, pode assumir a responsabilidade sobre os irmãos e ser a figura central na família, assumindo não apenas responsabilidades em relação aos irmãos, mas também oferecendo apoio moral e/ou material à mãe presa. A filha mais velha de uma interlocutora é um exemplo disso. Enquanto o irmão um ano mais novo foi morar com a tia, ela, com 16 anos, se mantém no abrigo a fim de ser a responsável moral e zelar pelos irmãos na instituição.

Igual eu falei pra você, eu tenho um filho que tem 15 anos que parece que tem 20, ele está indo na igreja, está tocando bateria na Igreja Quadrangular. Ele não está no abrigo, ele fugiu... Está com a minha irmã. Ele toca bateria, só não está podendo estudar, né?

Sobre a relação entre o seu filho caçula – o “bebê” – e a filha de 16 anos, minha interlocutora comenta:

Ele me chama de tia, o meu filho. (Ele chama a minha filha de mãe). Quando o meu filho me vê chegando, ele já faz [...], que eu não sou mãe dele. Mãe é a “minha filha”, a minha filha se apegou tanto a ele, por eu ter ganhado meu filho presa. Por eu ter sofrido. Pelo irmãozinho dela, porque eles são contados igual a gente na cadeia. O meu filho comia a mesma comida que eu, a mesma água. (...) E o “bebê” não dorme sem ela, pra (eu) trocar fralda dele é uma tristeza... Ele não

pega mamadeira na minha mão, só na mão dela. Eles se parecem muito, porque ela é brancona, sabe, minha filha é bem branca, com a bocona vermelha, até parece que passou batom, e parece que ele é filho dela. Todo mundo que vê pensa que é filho dela, e que o meu neto é o meu filho. E ele ama ela demais. O carinho que ela tem por ele, sabe? Eu falei pra ela, “filha”, o jeito que ela cuida dos irmãos, porque ela tomou conta daquelas crianças que não são dela como se fosse dela, como se fosse responsabilidade dela, e não é. Então ela quer corrigir as crianças com caderno, não deixa ninguém dar banho nas crianças, ela que leva pra creche, ela que vai buscar. As mulheres querem dar banho, ela não permite dar banho no meu filho. (Sílvia)

Observa-se que o cuidado da vida é sobretudo organizado a partir do trabalho feminino. No contexto aqui estudado, quando a mulher é encarcerada, recai sobre outras mulheres o cuidado das crianças, podendo ser a própria mãe da mulher, a avó, a filha mais velha que cuida do irmão, a vizinha, a madrastra e atual companheira do pai das crianças, a sogra, mesmo que esta represente uma figura de rivalidade com a mãe. O abrigo é também uma estratégia manejada por algumas mulheres a fim de manter os vínculos com os filhos. A adoção definitiva, em que a criança perde qualquer vínculo com a família de origem, é geralmente uma situação evitada pelas mulheres, que procuram mobilizar estratégias alternativas a essa solução.

Como tem sido destacado na literatura, nas famílias de classes populares é comum que, em determinadas situações, as tarefas atribuídas às mulheres sejam organizadas a partir de um grupo de sociabilidade feminina, em que cunhadas, sogras, noras, irmãs, mães, vizinhas e amigas podem estabelecer alianças de modo a viabilizar o cotidiano. Diversos autores, desde a década de 1980 (SARTI, 2011; FONSECA, 2006), abordam esse aspecto na realidade das camadas populares brasileiras, mas tal questão pode ser destacada também na literatura internacional em obras de autoras como Veena Das, por exemplo, que aborda o compartilhamento de crianças na cultura punjabi. Ao analisar os fragmentos do texto pronunciado por uma jovem viúva, Veena Das busca compreender como os acontecimentos da Partição da Índia foram “incorporados na estrutura temporal das relações” (DAS, 2011, p. 9). O trabalho da autora, então, aborda as temporalidades implicadas na elaboração do cotidiano ante acontecimentos traumáticos, abordando o espaço de agência dos sujeitos, ou como, diante de uma situação que modifica a realidade e determina um lugar específico, são trabalhadas as relações que podem engendrar novas configurações que permitem uma leitura menos estrutural, apontando direções em que os sujeitos constroem subtextos que os permitem reocupar espaços no cotidiano.

Das (2011), ao abordar a narrativa da vida de Asha, que no contexto da partição da Índia ficara viúva aos 21 anos e passara a viver com a família do marido, traz entre outros elementos a questão do compartilhamento dos filhos na cultura punjabi. Embora o contexto indiano apresente especificidades que podem ser muito diferentes da realidade brasileira, alguns aspectos podem ter um sentido aproximado ao que é verificado aqui. O cuidado das crianças a partir da articulação de redes de parentesco e vizinhança parece ter semelhanças com o que a autora escreve acerca da sua família interlocutora⁶². A pesquisadora indiana observa, assim, que “não era incomum que várias combinações de relações se desenvolvessem em torno de uma única criança” (DAS, 2011, p. 17).

Na cena relatada pela autora, Asha, apesar de ocupar um espaço em que deve exibir as evidências de sua viuvez, como uma espécie de mortificação, consegue, com o tempo, reelaborar novos espaços, mesmo que para isso tenha de operar determinados enfrentamentos. Enfrentamentos esses não em sentido literal, como costumamos pensar o termo, mas, pacientemente, a protagonista da narrativa de Veena Das encontra soluções para situações nas quais ela não cabe.

Após ficar viúva, corria o risco de ver sua identidade de irmã querida na casa de seu próprio irmão ser subvertida em um peso – caso passasse a depender do mesmo. Preferiu, assim, continuar na casa da família do irmão de seu marido e, ali, mais do que desempenhar o papel de viúva, de mulher que carregava a imagem do irmão falecido, faria parte de uma rede de reciprocidade que engendraria novas configurações. Sob tal aspecto, chama a atenção o fato de a irmã de seu marido falecido ter dado o próprio filho em adoção a Asha, uma vez que esta não tinha filhos e queixava-se da perda de interesse pela vida. Das (2011) ressalta que esse tipo de arranjo era comum no grupo de parentesco em que diversas combinações de relações poderiam ocorrer em torno de uma mesma criança. A partir desse ponto, a autora conclui que:

Era uma forma pela qual a comunidade das mulheres cuidava de um membro que tivesse sofrido uma perda. Seria possível dizer que as mulheres desenvolveram subtextos culturais ancorados nos textos patriarcais dominantes da sociedade que, no entanto, criavam espaços para novas relações. (...) marcando uma criança de dentro do grupo de parentesco como especialmente dela, as mulheres esperavam que se desenvolvesse uma relação especial entre elas. (DAS, 2011, p. 17-18)

Marcando esta questão no contexto descrito por Veena Das, problematizamos como podem se estabelecer alianças entre mulheres em torno do compartilhamento das crianças

⁶² Sarti (2011a) aborda a questão da distribuição das tarefas do feminino entre as mulheres que compõem as redes de parentesco e vizinhança entre as famílias pobres em um bairro da periferia de São Paulo.

quando da experiência de encarceramento materno no caso em que estudamos. Essa questão sela um tipo de aliança em que as mulheres, mesmo potencialmente rivais em outros registros, podem recriar relações de acordo com os contextos vividos.

Além do grupo consanguíneo, outras agentes participam das relações de aliança entre as mulheres, algumas vezes seladas por meio do batismo de uma criança. Nesse contexto, agentes melhor posicionados em termos econômicos e sociais podem batizar o filho da mulher presa. Uma de minhas interlocutoras enfatiza o seu vínculo com uma agente da Pastoral Carcerária que havia batizado o seu filho e explica que outra mulher, também agente da Pastoral, havia batizado o filho de uma companheira presa:

Batizou ele na Pastoral Carcerária, o... essa criança também, a Y⁶³ batizou ele.

Sobre os seus próprios filhos, ela afirma que o seu filho caçula, que nasceu na prisão, foi batizado por uma agente da Pastoral Carcerária. Tal fato promoveria o ímpeto da agente da Pastoral em se engajar na procura dos filhos de minha interlocutora, os quais haviam sido enviados a um abrigo.

A X⁶⁴ estava tentando localizar as crianças, né, que ela quer ver o pequenininho que ela batizou.

A madrinha do bebê, como pessoa situada em posição estratégica, pode engendrar soluções que evitam a perda definitiva da guarda dos filhos e, por conseguinte, viabiliza a manutenção dos direitos maternos da presa. O laço entre madrinha e criança, assim, alimenta a relação entre as duas mulheres, em que uma mobiliza a capacidade de ação da outra com a finalidade de reafirmar o seu estatuto de mãe. Entre as figuras citadas acima como aquelas que compartilham os cuidados das crianças, na prisão, outras mulheres presas, identificadas com grupos que detêm algum poder perante o aparato institucional, podem mesmo intervir no sentido de mobilizar algumas reivindicações das mulheres. As facções, assim, como coletivos de presos, podem representar os interesses de algumas presas. Uma de minhas entrevistadas relata mesmo que conseguira ascender ao regime semiaberto devido ao debate levado por um grupo de presas pertencentes a um coletivo quando os filhos dela foram enviados a um abrigo:

... tinha uma irmã lá que nem falam que é de facção. (...) ela ficou sabendo do que aconteceu com os meus filhos, que os meus filhos tinham ido pro abrigo. Eu fiquei mal, entrei quase em depressão. O que ela fez? Ela conversou pra estar apressando o meu semiaberto (...). Aí ela falou pra mim: “Tenha fé em Deus, que a gente vai estar apressando pra você ir pro semiaberto, pra logo logo você estar indo embora”.

⁶³ Outra agente da Pastoral Carcerária. Nome suprimido para evitar identificações.

⁶⁴ Nome suprimido para evitar identificações.

O grupo de presas, assim, mobilizou-se no sentido de buscar encaminhamentos ao problema apresentado por uma delas, demandando atenção dos meios institucionais que poderiam agilizar a sua transição para o regime semiaberto. No contexto estudado por Das (2011), o grupo de mulheres atua por dentro das normas e consegue formular novos significados e novos espaços para as suas experiências. No caso aqui abordado, a análise do caso dessa interlocutora poderia ter sido mais morosa, mas, como medida para que ela conseguisse agenciar a relação com os filhos fora da prisão, o grupo de mulheres ligado à facção conseguiu uma atenção especial para o seu processo, ainda que ela mesma afirme não ser ligada aos grupos organizados que atuam no presídio.

A categoria “ajuda” abordada no capítulo das sexualidades como forma mobilizada pelas mulheres para agenciarem o cotidiano, sobretudo a partir da figura do “velho” ou do *coroa que trincava*, aparece também no relacionamento das mulheres com suas companheiras de prisão. Os laços de amizade, formados na prisão, estendem-se para além dela, sendo comum que uma presa ofereça auxílio aos filhos de outra quando uma ganha a liberdade e a outra permanece encarcerada, a exemplo do que mostra Fonseca (1996) acerca das mulheres prostitutas de Porto Alegre, pesquisadas por ela, em que situações de adversidade mobilizam apoios e relações de troca no grupo de mulheres, sendo comum uma mulher cuidar dos filhos da outra enquanto recebe abrigo após ter sido despejada de sua moradia, por exemplo. No cenário aqui destacado, uma egressa diz ser *mãe de criação* da filha de sua companheira que permaneceu presa após ela mesma ter saído da prisão. Ao mesmo tempo, ela morou na casa dessa amiga e pôde, assim, cuidar também dos próprios filhos:

... quando eu saí do presídio,(...), eu fiquei criando a filha de uma detenta (...). Ela está com uns vinte e cinco anos. Eu peguei, ela estava com sete. Eu criando a filha desta mulher que estava presa, que estava condenada e morando na casa dela. Eu trouxe os meus filhos e criei todo mundo junto. Foi uma experiência, eu fui mãe de uma menina. (Animação e alegria com a história da “filha de criação”) Hoje a Milena tem dois filhos, muito parecida comigo, a mãe dela às vezes brinca com ela, que hoje a mãe dela já saiu, e mudou de vida também, e diz: “Você é muito parecida com a sua mãe preta”. (...) É... vem aqui direto, eu tenho dois netinhos...

Por outro lado, a reciprocidade entre as mulheres não necessariamente ocorre de maneira desinteressada. Como escreve Mauss (1976, p. 110), “O indivíduo que não pôde retribuir o seu empréstimo ou o seu *potlatch* perde a sua posição social e mesmo a de homem livre”. Tal questão implicaria que, ao depender de favores alheios, sem a possibilidade de contraprestação, a mulher que não pode pagar a dívida (o cuidado dos próprios filhos) coloca-se em dívida “eterna” e/ou sempre em situação de menor valor perante o grupo que assumira

tal responsabilidade. É interessante lembrar, no entanto, em contraste com o que acabamos de questionar, que Das (2011) apresenta as contrariedades dos indivíduos com determinadas situações como uma “espécie de conhecimento venenoso”, ou seja, embora a autora indique o espaço de agência dos sujeitos, verifica, ainda, que o mesmo não se dá sem negociações e sem ressentimentos – que podem ser trabalhados ao longo do tempo – mas que implicam na reelaboração da subjetividade dos indivíduos. Quero dizer com isso que, embora a mulher encarcerada, ao depender de favores alheios, favores esses vividos como “impagáveis”, possa, ao longo do tempo, mobilizar estratégias que a permitam agenciar o lugar ocupado na estrutura social e, embora enfrente a estigmatização ou as sanções relativas a uma dívida impagável, é possível que, mesmo à custa de ressentimentos e reelaborações subjetivas, encontre mecanismos que lhe possibilitem agenciar o seu cotidiano com alguma margem de manipulação.

Assim é que, no contexto estudado, a atribuição dos cuidados de um filho pode ser uma dívida na qual se dão ou se retribuem favores, mas também em que se contrai uma “dívida impagável”. O aceite da criança por parte da família ou do sujeito que prestará a ela os seus cuidados pode representar um ônus, financeiro e/ou moral, para o qual o sujeito não havia se preparado, podendo não ter condições de sustentar a contraprestação. Ou, ainda, receber uma criança pode ser já parte de uma contraprestação da família receptora, em que esta retribui à família/mãe de origem.

A criança é, ao mesmo tempo, doação do doador (mãe) e do receptor (adotante) – que doa seus cuidados. Assim, a relação entre doador e donatário se mistura, pois quem aceita a criança, a recebe, é um donatário, mas também é um doador, pois doará cuidados, assumindo uma designação de generosidade para si, posto que a mãe/família está impossibilitada de arcar com tais atribuições. A categoria tempo para ambos – receptor(a) e doadora – pode apresentar diferentes nuances: aquele pode ver a criança crescer, enquanto esta vive uma temporalidade diferente, marcada pelo cotidiano da prisão⁶⁵. A negociação entre os dois, quem recebe e quem aceita a dívida, parece fundamental – possibilita à mulher encarcerada reordenar a sua vida, vivendo o contexto prisional mas agenciando questões que se relacionam também ao espaço externo, onde vivem os seus filhos. Parece haver, assim, duas temporalidades em coexistência na experiência prisional feminina.

⁶⁵ Como comenta uma interlocutora sobre o contato que teve com os filhos após um período sem vê-los: *Tinha até pesadelo com eles crianças, sabe, tudo grandes.*

Ao pensarmos a dinâmica temporal relacionada à vida da mulher encarcerada a partir de suas relações com as questões que transcendem os limites da prisão, gostaria de fazer referência às visitas recebidas, pois dia de visita parece ser um marcador do tempo – o dia em que muitas se arrumam, se preparam, como numa espécie de ritual, em que a parte mais difícil da realidade do aprisionamento pode ser colocada de lado; dia em que as reclusas podem manifestar de maneira mais direta a sua cordialidade para com as demais, inspirando uma espécie de ritual solidário feminino, em que umas cuidam da aparência das outras, não sendo incomum o relato de que neste dia o secador de cabelo é liberado pela instituição, bem como outros objetos que permitem a intermediação entre as mulheres, entre si e com os visitantes, para que possam “se arrumar” para a visita.

Embora os dias de visita possam ser significativos como rituais em que as mulheres manifestam sentimentos de alegria, é também uma data em que a ideia de estar sozinha fica mais evidente. Além do fato de que grande parte das reclusas não recebem visitas, ou recebem em quantidades significativamente menores quando comparadas ao universo masculino na mesma situação, o dia de visita não deixa de ser a marca da temporalidade no espaço prisional, podendo marcar, mesmo para as que recebem visitas, a reafirmação de sua solidão. É ao mesmo tempo um dia em que se pensa em diferentes aspectos que marcam as suas relações – ou a falta dessas – e um dia festivo, em que se reafirmam os laços com o ambiente externo aos muros da prisão.

Considerando esse último aspecto, chama a atenção a ideia de que essa data pode representar uma dádiva, tanto por parte daqueles que oferecem a visita, sendo a própria pessoa um presente, mas também por trazerem alimentos, cigarros, objetos e produtos de higiene que adquirem significado especial para os sujeitos envolvidos.

Em observação exploratória da fila para a visita na Penitenciária Feminina de Santana, realizada em 28 de outubro de 2012 na cidade de São Paulo, observei um contato intenso dos visitantes entre si na porta do presídio. Mulheres, homens e algumas crianças aguardavam na fila; era possível observar a quantidade de recipientes contendo alimentos que entrariam na prisão, juntamente com o familiar, companheiro ou amigo que faria a visita. O alimento, assim como os demais presentes, personificaria o próprio doador. A pessoa que preparou o alimento, mesmo que não estivesse fisicamente presente no presídio, faria-se presente por aquilo de seu que colocara no alimento. Como escreve Mauss (1974, p. 67), “o que, no presente recebido, trocado, obriga, é facto de a coisa recebida não ser inerte. Mesmo

abandonada pelo doador, ela é ainda qualquer coisa dele. Através dela, ele tem domínio sobre o beneficiário”.

Assim, ao ingerir o alimento preparado em sua casa, a pessoa adquire os valores compartilhados pelo grupo e reafirma a sua aliança com o mesmo. O doador, nesse caso, faz-se presente na vida daquele que recebe o presente; ele próprio se dá ao beneficiário. É possível lembrar ainda que, apesar de alguns sujeitos não estarem presentes na visita, talvez até porque o cuidado com as crianças, no caso dos cuidadores dos filhos das presas, possa lhes dificultar o deslocamento até a penitenciária, ainda assim, podem se fazer presentes a partir de objetos levados por outro parente ou amigo, levando algo de seu e que possa agradar ao beneficiário.

Mauss (1976) explica que no sistema de trocas entre os Maori, o *hau* seria uma espécie de poder espiritual, um espírito que fica na “coisa”, gerando obrigação de retribuição. “No fundo, é o *hau* que quer regressar ao seu lugar de nascimento, ao santuário da floresta e do clã e ao proprietário” (MAUSS, 1974, p. 67). Ao ingerir o alimento trazido pela família e/ou aceitar os presentes doados, o beneficiário, de certo modo, adquire as potencialidades que o reintegram ao grupo, simbolicamente ele se alimenta do grupo e vive a experiência de “estar em casa”, experimentando sabores, aromas e, além de compartilhar a presença do visitante que lhe entregara o presente, experimenta a possibilidade simbólica de se relacionar com aquele que não está ali presente, mas que contribuiu ou preparou o presente. Como se o beneficiário, ao ingerir o alimento ou usar o presente, pudesse regressar ao seu lugar, o lugar de onde vem a dádiva. Os objetos enviados selam a relação entre doador e donatário. Como comenta Rita com satisfação sobre a amiga, que cuida de sua filha enquanto ela está presa:

E ela fala “oh, a hora que você quiser pegar a neném, você pode pegar e levar”. E ela mandava comida pra mim de domingo, bolo, as coisas... Ela mandava pela minha mãe. Quando mandava as minhas coisas, ela mandava sempre alguma coisa de higiene pra mim.

Do mesmo modo, o visitante que tenha ficado com a guarda do filho da mulher visitada, ao levar uma fotografia da criança, por exemplo, retribui a ela algo que em substância lhe pertence. Em contextos em que a visita à mulher encarcerada pode ser dificultada (tanto pela localização do presídio como pelo fato de o visitante, em certas situações, não ter com quem deixar ou como levar as crianças para a visita e, ainda, pela revista vexatória, a qual é denunciada por setores dos movimentos de defesa dos direitos humanos), o esforço por parte de alguns visitantes ou correspondentes para que existam

encontros, mesmo que simbólicos – através de fotografias, roupinhas, cartas etc. – entre mães encarceradas e filhos implica na retribuição de sua própria "natureza e substância", como escreve Mauss (1976, p. 68):

Compreende-se clara e logicamente, neste sistema de ideias que seja necessário retribuir a outrem aquilo que é, na realidade, parcela da sua natureza e substância; porque, aceitar qualquer coisa de alguém é aceitar qualquer coisa da sua essência espiritual, da sua alma; a conservação dessa coisa seria perigosa e mortal, e isso não apenas porque seria ilícita, mas também porque essa coisa que vem da pessoa, não apenas moralmente, mas física e espiritualmente, essa essência, essa comida, esses bens, móveis ou imóveis, essas mulheres ou esses descendentes, esses ritos ou essas comunhões, têm poder mágico e religioso sobre vós. Enfim, essa coisa dada não é uma coisa inerte.

Desse modo, objetos, presentes, alimentos, fotografias, cartas e até mesmo as visitas tendem a ter um caráter de dádiva, num sistema de doações e retribuições, abrindo a possibilidade de contato com aquilo que pertence ao sujeito encarcerado. É a possibilidade de transpor os muros da prisão e reencontrar algo que em essência lhe pertence. A figura do filho, com sua visita, fotografia ou objetos que o simbolizem, parece ser, para as mulheres que são mães, um dos mais emblemáticos dessa questão.

Considerações Finais

O trabalho aqui apresentado mostra um sentido alargado da ideia de família, em que redes de compadrio, vizinhança, amizade, familiares consanguíneos e afins, além de grupos de poder na prisão, são mobilizados como capazes de realimentar e reordenar o sentido da família, que se reconfigura diante do aprisionamento de seus membros. A partir de códigos morais baseados na noção de reciprocidade, estabelecem-se alianças com sujeitos com os quais as mulheres interagiam antes da prisão, mas também se mobilizam novos atores sociais nas redes de ajuda com as quais muitas vezes se pode contar, redefinindo as sociabilidades.

O encarceramento feminino coloca em destaque um modelo de família em que as tarefas relacionadas aos cuidados dos filhos passam predominantemente pelas mulheres, mesmo quando estas estão separadas daqueles. As responsabilidades parentais se apresentam como uma tarefa feminina, independente das condições e possibilidades de as mulheres efetivamente realizá-las. Os homens, nos discursos dessas mulheres, são, em geral, figuras transitórias, apresentados a partir da relação com a mulher. Poucos são aqueles apresentados como figura que se mantém responsável pela família, a despeito da ausência da mulher, condição imposta pelo encarceramento.

Nesse contexto, ter boa relação com a própria mãe é condição que muitas vezes pode viabilizar as tarefas atribuídas à mulher e, por consequência, a possibilidade de manutenção, por parte da presa, do próprio status de mãe, o qual implica direitos referentes à ascendência e ao poder sobre os filhos. Na ausência, impossibilidade ou recusa por parte da mãe da presa de garantir o lugar de mãe da filha presa, diversos agentes sociais são mobilizados como forma de oferecer suporte direta ou indiretamente à mulher presa.

Muitas mulheres entrevistadas, sem os recursos de uma escolaridade formal, demonstraram possuir grande habilidade e destreza para manejar mecanismos que possibilitem agenciar o dentro e o fora da prisão, lançando mão de várias redes que podem oferecer alguma “ajuda” no ordenamento prático da vida, demandando apoio em frentes que atuam em sentidos diversos e que aparentemente não se comunicam, mas que são agenciadas pela mulher em situação de encarceramento, tais como a mobilização de apoio de antigas companheiras de trabalho, da prefeitura da cidade onde residiam, o diálogo com o abrigo onde estão os filhos, a interpelação de grupos organizados – as chamadas facções que atuam no mundo do crime – que podem reivindicar o apressamento de seu processo por meio de um discurso que enfatiza a necessidade dos filhos, o estabelecimento de redes de compadrio com

agentes religiosas que atuam na prisão, as quais podem viabilizar algumas de suas demandas por meio de alianças firmadas a partir do batismo da criança. Nesse cenário, diversas redes, mobilizadas pela mulher encarcerada, são articuladas a fim de evitar a perda do direito materno, um eixo identitário fundamental que a situa no mundo social, dentro e fora da prisão.

Tais questões, no entanto, não são organizadas sem disputas. Há aspectos morais implicados no encarceramento feminino e muitas vezes tais mulheres são situadas, por diversos agentes sociais, como figuras que não atendem aos requisitos morais destacados como necessários ao cuidado dos filhos, ao controle e à formação das crianças. Em contraposição a tais discursos, as mulheres procuram construir sobre si uma imagem que as inscreva em termos moralmente valorizados, a fim de que possam construir sentidos positivos sobre si que as qualifiquem como mães.

Em consonância com isso, as alteridades existentes na prisão são, assim, manejadas de acordo com os interesses do contexto específico, em que as diferenças podem ser acentuadas como forma de mobilizar um valor positivo sobre si e marcar o seu não pertencimento a grupos e ações moralmente condenáveis, mas, ao mesmo tempo, há o manejo de uma aproximação relativa a grupos diversos, desde agentes religiosos, familiares, amigos e inclusive os moralmente condenáveis nesse código, agentes do crime organizado, sobretudo em momentos em que tais grupos podem efetivamente oferecer apoios capazes de auxiliar na resolução de problemas cotidianos, tanto em relação ao ambiente interno como ao universo externo da prisão, uma vez que tais espaços estão articulados, e não separados, na experiência prisional das mulheres.

Os aspectos étnico-raciais, idade, sexualidade, as habilidades e a capacidade de se posicionar adequadamente perante os fatos, os apoios que recebem no ambiente prisional e fora dele, além da posição ocupada no mundo do crime, fazem parte de um espectro de marcadores de diferenças que as situam nesse universo, dando-lhes o "capital" necessário para mobilizar recursos que assegurem um lugar positivo a partir do qual possam negociar sua situação. Tais singularidades refletem em suas experiências, desde a abordagem e as violências sofridas por policiais até a maneira como são posicionadas em relação às suas companheiras na prisão, além de fazerem parte de atributos que lhes conferem possibilidades em seus relacionamentos afetivos.

Ao obterem a liberdade, algumas mulheres retornam à família em que estavam inseridas anteriormente, muito embora esta já não seja mais a mesma. Alguns membros da família faleceram, outros passaram a compor núcleos domésticos distintos, se mudaram ou

também estão presos, enfim, é preciso se adaptar a uma nova conformação familiar em que, muitas vezes, pesa o estigma de presa, e a sua capacidade de cuidar dos filhos muitas vezes é colocada em questão, pesando sobre ela um valor moral negativo. Por outro lado, quando não há uma rede anterior e um local de moradia para onde a mulher possa voltar, suas dificuldades, se quiser reorganizar a vida com os filhos, serão ainda maiores, pois precisará conseguir um local que sirva de abrigo, em que possam se desenvolver as atividades cotidianas e os cuidados dos filhos. Sem uma base material mínima, tais mulheres enfrentarão uma tarefa hercúlea, ou não terão como concretizar os projetos de ter os filhos sob a sua tutela e sob os seus cuidados.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerários de uma pesquisa. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2), 1991, p. 7-40.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. (2ª. Ed.). Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.
- BRASIL. Relatório sobre as mulheres encarceradas no Brasil. In: Grupo de Trabalho Interministerial. *Reorganização e Reformulação do Sistema Prisional Feminino*. Relatório Final, 2007. Disponível em: <
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_final_reorganizacao_prisional_feminino.pdf> Acesso em: 30 jun. 2013.
- BUMACHAR, Bruna. Por meus filhos: usos das tecnologias de comunicação entre estrangeiras presas em São Paulo. In: COGO, Denise; ElHajji, Mohammed; HUERTAS, Amparo (eds.). *Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais = Diásporas, migraciones, tecnologías de la comunicación e identidades transnacionales = Diaspora, migration, communication technologies and transnational identities = Diasporas, migrations, technologies de la communication et identités transnationales*. Bellaterra : Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, 2012.
- CARLEN, Pat. A reclusão de mulheres e a indústria de reintegração. *Análise Social*, vol. XLII (185), 2007, 1005-1019.
- CARVALHO, Márcia Lazaro de.; VALENTE, Joaquim Gonçalves; ASSIS, Simone Gonçalves de; VASCONCELOS, Ana Glória Godoi. Perfil dos internos no sistema prisional do Rio de Janeiro: especificidades de gênero no processo de exclusão social. *Ciênc. Saúde Coletiva* [online]. 2006, vol. 11, n. 2., pp. 461-471. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11n2/30433.pdf>> Acesso em: 30 jun. 2013.
- COELHO, Maria Claudia. Gênero, emoções e vitimização. *Sexualidad, Salud y Sociedad*. Revista Latinoamericana, n.10, abr., 2012, p. 10-36.
- CUNHA, Manuela Ivone. *A criminalidade (re)vista e comentada a partir da prisão*. Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho, 2006.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías Comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*. Nº 27, 2008, p. 19-52.
- DAS, Veena. Official narratives, rumor, and the social production of hate. *Social Identities*, 4 (1), 1998, p. 109-130.
- _____. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cad. Pagu* [online]. 2011, n. 37, pp. 41.

_____. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. *RBCS*, v. 14, jun. 1999.

DUARTE, Luiz Fernando. Pouca vergonha, muita vergonha: sexo e moralidade entre as classes trabalhadoras urbanas. In: LOPES, J. S. (org.). *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero, 1987, p. 203-226.

ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIACHEFF, Caroline; LARIVIÈRE, Daniel Soulez. *O Tempo das Vítimas*. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2012.

FERRARI, Ilka Franco. *Mulheres encarceradas*: elas, seus filhos e nossas políticas. Revista Mal-Estar e Subjetividade. Fortaleza, vol. X, Nº 4, – dez /2010, p. 1325-1352. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v10n4/12.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I*: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988 [1976].

_____. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *Vigiar e punir*: Nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

_____. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2013.

FONSECA, Cláudia. De família, reprodução e parentesco: algumas considerações. *Cadernos Pagu* (29), jul-dez, 2007, p. 9-35.

_____. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Família, fofoca e honra*: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. A dupla carreira da mulher prostituta. *Revista Estudos Feministas*, nº 1, 1996, p. 7-33.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*: sexualidade, amor, erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

_____. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Identidade e diferença*: A perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2011a.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011b.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu* (22), 2004, p. 201-246.

HAROCHE, Claudine. Processos psicológicos e sociais de humilhação: o empobrecimento do espaço interior. In: _____. *A condição sensível: Formas e maneiras de sentir no Ocidente*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

ILANUD. *Avaliação da população egressa do sistema penitenciário do estado de São Paulo*. Disponível em: <http://www.ilanud.org.br/pdf/egressos_final.pdf>. Acesso em: 11 out. 2012.

JARDIM, Marta. De sogra para nora para sogra: Redes de comércio e de família em Moçambique. *Cadernos Pagu* (29), jul-dez, 2007, p. 139-170.

LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LUTZ, Catherine A. Engendered emotion: gender, power, and the rethoric of emotional control in American discourse. In: LUTZ, Catherine. A.; ABU-LUGHOD, Lila. *Language and the politics of emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 67-91.

MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro: Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: USP, 2009.

MARTINS, Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.2, maio/ago. 2004, p. 289-300.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. Sociologia e Antropologia, vol. I, São Paulo: Edusp, 1974.

MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. *Sobre o sacrifício*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

PEIXOTO, Clarice Ehlers; LUZ, Gleice Mattos. De uma morada à outra: processos de re-coabitação entre as gerações. *Cadernos Pagu* (29), jul-dez, 2007, p. 171-191.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher. In: ALGRANTI, Leila Mezan. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002, v. 48, p. 7-42.

_____. Amor, apego e interesse: trocas sexuais, econômicas e afetivas em cenários transnacionais. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Glaucia de Oliveira; OLIVAR, José Miguel

Nieto (Orgs.). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*, 2011.

PITT-RIVERS, Julian. Honor y categoría social. In: PERISTIANY, J. G. (Org.) *El concepto del honor en la sociedad mediterránea*. Labor: Barcelona, 1968, p. 21-75.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*. Cpdoc\FGV: Rio de Janeiro, vol. 2, (3) 1989, p. 3-15.

QUEIROZ, Maria Isaura P. *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. São Paulo: USP, 1983.

QUINTINO, Silmara Aparecida. *Creche na prisão feminina do Paraná – Humanização da pena ou intensificação do controle social do Estado?* Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPA, 2005.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ROSS, Fiona. La elaboración de una Memoria Nacional: la Comisión de Verdad y Reconciliación de Sudáfrica. *Cuadernos de Antropología Social*, nº 24, 2006, p. 51-68.

SALEM, Tania. Mulheres faveladas: Com a venda nos olhos. In: FRANCHETO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Luiza; HEILBORN, Maria Luiza (orgs.). *Perspectivas antropológicas da mulher*, 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 49-99.

_____. Tensões entre gênero na classe popular: Uma discussão com o paradigma holista. *Mana* 12(2), 2006, p. 419-447.

SARTI, Cynthia. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. A vítima como figura contemporânea. *Cad. CRH* [online]. 2011b, vol. 24, n. 61, p. 51-61.

_____. A família como ordem simbólica. *Psicologia USP*, 2004, 15(3), p. 11-28.

_____. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: IEE, 2003, p. 21-36.

SCAVONE, Lucila. *Dar a vida e cuidar da vida: Feminismo e Ciências Sociais*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 16 n.2, jul/dez, 1990.

SCOTT, Parry. O homem na matrifocalidade: Gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. *Cad. Pesq.*, São Paulo (73): maio 1990, p. 38-47.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

SOIHET, Raquel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 362-400.

STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(1): 336, jan-abr, 2006.

TRAJANO FILHO, Wilson. *Outros rumores de identidade na Guiné-Bissau*. Brasília, 2000.

VIANNA, Adriana. R. B. Direitos, moralidades e desigualdades: considerações a partir de processos de guarda de crianças. In: LIMA, R. K. de. *Antropologia e Direitos Humanos*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2005, p. 13-67.

WACQUANT, Louic. Notas ao leitor brasileiro: Rumo a uma ditadura sobre os pobres. In: _____. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth (org). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ZELIZER, Viviana. Dinheiro, poder e sexo. *Cadernos Pagu* (32), janeiro-junho de 2009, p. 135-157.

Texto jornalístico:

“Situações nos presídios expõe guerra sobre a pobreza, diz socióloga”. Eleonora de Lucena. Folha de São Paulo, 11/01/2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1396192-situacao-nos-presidios-expoe-guerra-contra-pobreza-diz-sociologa.shtml>. Acesso em: 18 jan. 2014.

Documentários:

LEITE e ferro. BR, 2009 – 70’ – documentário. Direção de Claudia Priscila.

O CÁRCERE e a rua. BR, 2004 – 80’ – documentário. Direção de Liliana Sulzbach.

ANEXOS

ANEXO 1: Formulário com Carta de Anuência assinada pelo Secretário de Estado

**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
SECRETARIA EXECUTIVA**

FORMULÁRIO DE OBTENÇÃO DE ANUÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA
NAS UNIDADES PRISIONAIS DE SÃO PAULO

01	NOME DO PESQUISADOR(ES) RESPONSÁVEL(IS) (orientador(es) no caso de TCC) e EMAIL	Kátia Moreira Lopes katiamorelo@hotmail.com
02	TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA	Mulher e Prisão: Família, identidade e gênero
03	OBJETIVO GERAL	Observar a relação entre mulheres encarceradas e seus familiares
04	POPULAÇÃO ALVO	Mulheres encarceradas
05	NÚMERO DE PARTICIPANTES	30 mulheres
06	TEMPO DE DURAÇÃO DA PESQUISA	6 meses
07	UNIDADE(S) ONDE SERÁ(ÃO) DESENVOLVIDA(S) AS ATIVIDADES	Penitenciária Feminina do Butantã
08	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS	QUAL (IS)? Gravador de áudio, caneta, lápis e caderno.
09	NECESSITA DE ALGUM TIPO DE RECURSO MATERIAL/ HUMANO DA UNIDADE PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA. (especifique se precisará de uma sala para entrevista, algum equipamento do setor de saúde, etc)	(X) SIM, QUAL (IS)? Sala para entrevista () NÃO
10	A PESQUISA INCLUI A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE GRAVAÇÃO DE ENTREVISTAS NOTA: Somente será permitida a gravação de voz com aparelhos especialmente destinados a este fim. NÃO é permitido o uso de celulares para a gravação.	(X) SIM () NÃO



SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
SECRETARIA EXECUTIVA

Eu, Kátia Moreira Lopes, RG nº 27.396.969-9, responsável pela pesquisa intitulada Mulher e Prisão: Família, identidade e gênero, assumo total responsabilidade pelas informações constantes deste formulário e afirmo estar ciente de que as afirmações e solicitações nele expressas **NÃO** poderão ser alteradas em nenhum momento da execução do projeto, caso aprovado. Tenho ainda conhecimento de que as unidades prisionais não estão obrigadas a dispor de recursos materiais ou humanos para a realização do presente projeto de pesquisa, portanto se a unidade eleita não puder disponibilizar o que for necessário deverei obtê-los por meus próprios meios; eleger outra unidade prisional ou ainda desistir de sua execução.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2013

Assinatura do Pesquisador Responsável

Para atendimento às exigências da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP, concedo anuência à realização da proposta a qual somente poderá ser desenvolvida após apreciação e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa desta Pasta e a autorização deste Secretário.

Gabinete do Secretário, 01 de março de 2013

LOURIVAL GOMES
Secretário de Estado

ANEXO 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE**

Nome do Voluntário: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____ Cidade: _____ CEP: _____

E-mail: _____

As Informações contidas neste prontuário foram fornecidas por Kátia Moreira Lopes, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de São Paulo, objetivando firmar acordo escrito mediante o qual, o voluntário da pesquisa autoriza sua participação com pleno conhecimento da natureza dos procedimentos e riscos a que se submeterá, com a capacidade de livre arbítrio e sem qualquer coação.

1. Título do Trabalho:

Mulher e Prisão: Família, Identidade e Gênero

2. Objetivo(s):

Estudar as relações afetivas e familiares das mulheres encarceradas e egressas do sistema prisional e como se desenvolvem as relações sociais durante o processo de retorno ao ambiente externo à prisão.

3. Justificativa:

Considerando que a mulher vivenciou situação de encarceramento apresenta necessidades diferentes daquelas apresentadas pelos homens na mesma situação, proponho estudar as relações afetivas e familiares deste grupo, a fim de verificar quais aspectos de sua vida são considerados mais delicados e merecem maior atenção.

4. Método:

Serão realizadas entrevistas orais, com questões versando sobre a sua relação com familiares, filhos, companheiros afetivos e demais pessoas consideradas importantes em seus relacionamentos. Para isso, serão feitas algumas perguntas, em que a entrevistada poderá falar de suas relações sociais, afetivas e familiares. As entrevistas orais serão gravadas.

5. Desconforto ou Riscos Esperados:

O trabalho não apresenta riscos específicos, a não ser situações em que a entrevistada possa ficar emocionada com as memórias que surjam durante o processo de entrevistas.

Deixo claro que assumirei responsabilidade por quaisquer situações não previstas anteriormente e que sejam decorrentes da participação no projeto.

6. Informações:

O participante receberá respostas a qualquer pergunta ou esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa. Assumo o compromisso de proporcionar

informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a vontade do indivíduo em continuar participando.

7. Métodos Alternativos (se existirem):

Na impossibilidade de realizar o registro oral, a entrevista poderá ocorrer de maneira escrita, em que a pesquisadora deverá registrar por escrito a fala da entrevistada.

8. Retirada do Consentimento:

O participante tem direito de se retirar da pesquisa a qualquer tempo.

9. Aspecto Legal:

Elaborados de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos atendendo à Resolução n.º 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde – Brasília – DF.

10. Garantia do Sigilo:

Deixo explicitamente registrado que o participante terá a sua identidade preservada.

11. Formas de Ressarcimento das Despesas decorrentes da Participação na Pesquisa:

Não há formas de ressarcimento aos participantes previstas no projeto.

12. Nome Completo e telefones dos Pesquisadores (Orientador e Alunos) para Contato: Kátia Moreira Lopes (011) 5511-7122

13. Endereço do Comitê de Ética Unifesp:

Rua Botucatu, 572 - 1º andar conj 14 CEP 04023-061 São Paulo – Tel.: (11) 5571-1062
Horário de atendimento: das 9h00 as 13h00 – e-mail: cepunifesp@unifesp.br

14. Consentimento Pós-Informação:

Eu, _____, após leitura e compreensão deste termo de informação e consentimento, entendo que minha participação é voluntária, e que posso sair a qualquer momento do estudo, sem prejuízo algum. Confirmando que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo no meio científico.

* Não assine este termo se ainda tiver alguma dúvida a respeito.

São Paulo, de _____ de _____ 201_.

Nome (por extenso): _____

Assinatura: _____

1ª via: Instituição

2ª via: Voluntário

ANEXO 3: Autorização do trabalho pelo CEP Unifesp, número CAAE:
12830313.0.0000.5505

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO PAULO - UNIFESP/
HOSPITAL SÃO PAULO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Mulher e Prisão: Família, identidade e gênero

Pesquisador: Kátia Moreira Lopes

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 12830313.0.0000.5505

Instituição Proponente: Universidade Federal de São Paulo

Patrocinador Principal: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior ((CAPES))

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 244.493

Data da Relatoria: 12/04/2013

Apresentação do Projeto:

respostas apresentadas de forma adequada

Objetivo da Pesquisa:

já descritos anteriormente

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

não se aplica

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

pesquisa adequada. Só faltava acrescentar a SAP.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

foram apresentadas as explicações solicitadas. A SAP está árticipando do estudo como Co-participante e afoi adequadamente incluída.

Recomendações:

na

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

sem inadequações

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Rua Botucatu, 572 1º Andar Conj. 14

Bairro: VILA CLEMENTINO

CEP: 04.023-061

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)5539-7162

Fax: (11)5571-1062

E-mail: cepunifesp@unifesp.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO PAULO - UNIFESP/
HOSPITAL SÃO PAULO



Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

parecer do relator acatado

SAO PAULO, 12 de Abril de 2013

Assinador por:
José Osmar Medina Pestana
(Coordenador)

Endereço: Rua Botucatu, 572 1º Andar Conj. 14

Bairro: VILA CLEMENTINO

CEP: 04.023-061

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)5539-7162

Fax: (11)5571-1062

E-mail: cepunifesp@unifesp.br

ANEXO 4: Comunicado da instituição coparticipante

SECRETARIA DA
ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA DE SÃO

**COMUNICADO DA COPARTICIPANTE**

Pesquisador: Kátia Moreira Lopes

Instituição: Universidade Federal de São Paulo

Informo que o Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo do Estado de São Paulo-SAP não fará sua avaliação como Coparticipante para o projeto Mulher e Prisão: Família, Identidade e gênero.

Endereço: Rua Libero Baduró, 600 - 5º andar

Bairro: Centro

CEP: 01.008-600

UF: SP


Município: SÃO PAULO

Telefone: (11)3775-8108

Fax: (11)3775-8108

E-mail: comitedeetica@sap.sp.gov.br

ANEXO 5: Parecer consubstanciado do CEP-SAP (versão 1). CAAE:
15760513.4.0000.5563

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DE SÃO	
---	---

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Mulher e Prisão: Família, Identidade e Gênero

Pesquisador: Kátia Moreira Lopes

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 15760513.4.0000.5563

Instituição Proponente:

Patrocinador Principal: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior ((CAPES))

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 267.318

Data da Relatoria: 24/05/2013

Apresentação do Projeto:

Os itens do projeto foram contemplados na apresentação, exceção feita ao Instrumento a ser utilizado pela pesquisadora. Indica-se ainda a adequação do título do projeto tendo em vista que o termo "prisão" é abrangente demais e o estudo a ser realizado somente acontecerá em uma unidade prisional.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos, embora apresentados, devem ser diferenciados em geral e específicos no texto do projeto e no TCLE.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Apesar da pesquisadora alegar que não há riscos específicos, entendemos que entrevista com sentenciados custodiados sempre representam riscos. O fato de inserir nomes fictícios, embora reduza os riscos de identificação, não permite admitir, em se tratando de pesquisa em uma única unidade prisional que inexistia a possibilidade de identificação das participantes. Dessa forma a pesquisadora deve deixar explícito que assume a responsabilidade por quaisquer desdobramentos ou malefícios não revistos inicialmente que a pesquisa possa vir a causar.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de trabalho com foco na questão da mulher encarcerada e os desdobramentos dessa condição para a sociedade, família, filhos e companheiro, assim como aborda as condições de

Endereço: Rua Libero Baduró, 600 - 5º andar		CEP: 01.008-000
Bairro: Centro	Município: SÃO PAULO	
UF: SP	Telefone: (11)3775-8108	Fax: (11)3775-8108
		E-mail: comitedeetica@sap.sp.gov.br

**SECRETARIA DA
ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA DE SÃO**



Continuação do Parecer: 267.318

encarceramento e necessidades específicas do sexo feminino. São também tratados os motivos que levaram a mulher ao encarceramento considerando como ponto de reflexão o aumento do número de mulheres condenadas especialmente pelo tráfico.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Necessitam de adequação, especialmente no quesito objetivos e na redação do método dando visibilidade aos itens local, população alvo, procedimentos devidamente detalhados - número de entrevistas, tempo dispendido em cada uma delas, equipamentos, etc., Instrumento - roteiro de entrevista - anexado e com toda a descrição necessária além dos critérios de análise dos dados.

Recomendações:

Considerando a possível publicação do estudo e, sobremaneira o fato de que as sentenciadas são pessoas vulneráveis pela condição em que se encontram, mesmo que sejam utilizados nomes fictícios, entende-se que deve constar do TCLE, com clareza, o detalhamento dos procedimentos do estudo, a possibilidade de publicação, o respeito e atendimento aos riscos e à condição de vulnerabilidade, permitindo às participantes uma decisão mais consciente sobre sua participação, ou não, no estudo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Entendemos que o projeto é de interesse do sistema prisional, no entanto devem ser procedidos os ajustes apontados.

Situação do Parecer:

Pendente

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

A pesquisadora deverá apresentar ao Colegiado, no prazo estabelecido, as correções indicadas para nova apreciação.

Endereço: Rua Libero Baduró, 600 - 5º andar
Bairro: Centro CEP: 01.008-000
UF: SP Município: SÃO PAULO
Telefone: (11)3775-8108 Fax: (11)3775-8108 E-mail: comitedeetica@sep.sp.gov.br

SECRETARIA DA
ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA DE SÃO




Continuação do Processo: 207.310

SÃO PAULO, 28 de Maio de 2013

Assinado por:
Rosalice Lopes
(Coordenador)

Endereço: Rua Libero Badieró, 800 - 5º andar
Bairro: Centro CEP: 01.008-000
UF: SP Município: SÃO PAULO
Telefone: (11)3775-8108 Fax: (11)3775-8108 E-mail: comitedetica@sap.sp.gov.br

ANEXO 6: Autorização do trabalho pelo CEP-SAP, número CAAE: 15760513.4.0000

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DE SÃO PAULO	
---	--

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: A mulher encarcerada e as suas relações familiares: Estudo de caso a partir de uma unidade prisional do Estado de São Paulo

Pesquisador: Kátia Moreira Lopes

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 15760513.4.0000.5563

Instituição Proponente:

Patrocinador Principal: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior ((CAPES))

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 315.337

Data da Relatoria: 20/06/2013

Apresentação do Projeto:

O Trabalho contemplou as considerações que foram objeto da última avaliação, estando adequado e contendo a documentação completa. O Título foi alterado, melhorado, ficando assim: A MULHER ENCARCERADA E SUAS RELAÇÕES FAMILIARES: ESTUDO DE CASO A PARTIR DE UMA UNIDADE PRISIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Objetivo da Pesquisa:

Dividido em Objetivo Geral e Específicos, estão em consonância com a proposta do trabalho, bem como, em relação ao Título.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A respeito dos riscos e benefícios, com as mudanças realizadas pela pesquisadora e que constam no Item do projeto 'Riscos para os participantes', entende-se previstas medidas para assegurar a não identificação e também respeitar e atender às exigências típicas de situações envolvendo hipossuficientes. Referente a benefícios, fica claro que trata de um trabalho voltado para as Ciências Sociais, e com o resultado obtido na pesquisa pode contribuir para melhorias a serem empreendidas no Sistema Prisional voltados à atender às necessidades das mulheres encarceradas, bem como, mostrar à Sociedade as mudanças que devem ser feitas objetivando a minimizar a discriminação envolvendo o sexo feminino.

Endereço: Rua Líbero Baduró, 800 - 5º andar		CEP: 01.008-000
Bairro: Centro	Município: SÃO PAULO	
UF: SP		
Telefone: (11)3775-8108	Fax: (11)3775-8108	E-mail: comitedetica@sap.sp.gov.br

SECRETARIA DA
ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA DE SÃO



Continuação do Parecer: 315.337

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Analisando o Projeto, verificamos que a pesquisa é voltada a situação da mulher encarcerada no âmbito pessoal, afetivo e social. Tal assertiva é notória nos pontos elencados pela pesquisadora, como a conversão na atividade laboral desenvolvida pelas mulheres encarceradas cujo resultado (ganho) é destinado em prol da família numa proporção muito maior do que ocorre com os homens. O abandono familiar e de companheiros no período do encarceramento com realidade vivida pelas encarceradas; e, a percepção de uma forte característica de núcleo familiar "matriarcal" marcando a vida destas mulheres.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequado

Recomendações:

nada a considerar

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

nada a considerar

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não


Considerações Finais a critério do CEP:

SAO PAULO, 25 de Junho de 2013

Assinador por:
Rosalice Lopes
(Coordenador)

Endereço: Rua Líbero Baduró, 600 - 5º andar
Bairro: Centro CEP: 01.008-000
UF: SP Município: SÃO PAULO
Telefone: (11)3775-8108 Fax: (11)3775-8108 E-mail: comitedetica@sep.sp.gov.br

ANEXO 7: Autorização da Juíza de Direito


 GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Secretaria da Administração Penitenciária

**Gabinete do Secretário
Comitê de Ética em Pesquisa**

Exp. Avulso **DECRIM-6**
1733 /13

São Paulo, 03 de julho de 2013.

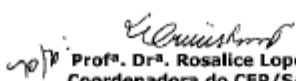
**Ofício CEP/SAP nº 029/2013.
Plataforma Brasil: 315.337**

Ref. Encaminha Parecer Consubstanciado Aprovado pelo CEP/SAP nº 002/2013.

Meritíssima Juíza,

Em atendimento ao disposto nos arts. 11, VIII, e 31, §2º, do Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria da Administração Penitenciária - CEP/SAP, constituído pela Resolução SAP nº 83, de 22 de abril de 2010, encaminhamos a Vossa Excelência cópia dos seguintes documentos: Folha de Rosto Síntese do Projeto de pesquisa, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE e Parecer Consubstanciado CEP/SAP nº 002/2013, referentes ao projeto de pesquisa intitulado **"A mulher encarcerada e as suas relações familiares: Estudo de caso a partir de uma Unidade Prisional do Estado de São Paulo"**, o qual foi aprovado nos quesitos éticos e científicos por este Comitê, restando apenas autorização de Vossa Excelência, para que as atividades de pesquisa possam ser iniciadas na Unidade Prisional: Penitenciária Feminina do Butantã - "Drª. Maria Cardoso de Oliveira".

Aproveitamos o ensejo para reiterar nossos votos de elevado apreço.


Profª. Drª. Rosalice Lopes
Coordenadora do CEP/SAP

CRISTIANE TOLEDO BRANDÃO
 SECRETARIA EXECUTIVA CEP-SAP
 (11) 3778-8108

**Excelentíssima Senhora
 MM. Juíza de Direito da Vara de Execuções Criminais da Capital
 Fórum Criminal da Barra Funda
 Av. Dr. Abraão Ribeiro, 313
 Cep - 01133-020/São Paulo**

Rua Libero Badaró, 600 5º andar - Centro - Cep 01008-000 - São Paulo-SP

Re: EA 1733/13 - Sol. manifestação

Page 1 of 1

21
22

Re: EA 1733/13 - Sol. manifestação

pediente Diretoria Geral [dgeral@pfbutantan.sap.sp.gov.br]

Enviado: quinta-feira, 22 de agosto de 2013 10:04

Para: BARRA FUNDA - DECRIM 6-COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS

Meritíssima Juíza

Bom dia

Em atenção a solicitação de Vossa Excelência, cumpre informar que esta Diretoria manifesta-se favoravelmente a realização na forma proposta do Projeto de Pesquisa "A mulher encarcerada e as suas relações familiares: Estudo de caso a partir de uma Unidade Prisional do Estado de São Paulo" nesta Unidade Prisional.

De: "BARRA FUNDA - DECRIM 6-COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS" <decrim6@tjsp.jus.br>

Para: "CPP BUTANTAN" <dgeral_pfbutantan@sap.sp.gov.br>

Enviada: Terça-feira, 20 de Agosto de 2013 14:23:34

Assunto: EA 1733/13 - Sol. manifestação

Senhora Diretora:

Por determinação da MMA, Juíza Corregedora dos Presídios Femininos da Capital, reencaminho em arquivo anexo cópias extraídas do expediente em trâmite nesta Corregedoria com o fim de solicitar resposta à mensagem abaixo relativa à solicitação de manifestação sobre o pedido para realização de pesquisa nessa unidade.

Atenciosamente,


DECRIM VI
Corregedoria dos Presídios de São Paulo
Av. Dr. Abrahão Ribeiro, 313 - 2.º andar - sala 528 - Barra Funda - CEP 01133-020
São Paulo - S.P. - Fones: 11-2127-9548/ 2127-9549/ 2127-9550
e-mail: decrim6@tjsp.jus.br

Tt. LDC

22

Ref. Comitê de Ética e Pesquisa - SAP
Exp. Avulso. 1733/13

VISTA

Em 05/09/2013, faço
VISTA deste expediente ao
Ministério Público. Eu, ,
subscrevo

mm. fluij
Considerando a
expressa leucordância da
Dm (Dm) da Unidade, nada
a opor ao pedido, devendo
a D. Dm (Dm) observar as re-
gras de disciplina, ordem.

R. 05/09/2013.


Dr. Alexandre de Moraes



PODER JUDICIÁRIO

2ª VARA DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS DA CAPITAL

Conclusão

Em 16 de setembro de 2013, faço estes autos conclusos a MM. Juíza de Direito da Corregedoria dos Presídios de São Paulo – DECRIM VI, Dra. Maria Isabel Rebello Pinto Dias.

Eu, Func. Subsc.

Expediente Avulso 1733/13

Vistos.

Autorizo a realização do projeto de pesquisa no Centro de Progressão Penitenciária de Butantan, mediante a concordância expressa das sentenciadas e de seus Defensores, restringindo-se ao tema em questão, sempre com a supervisão do Sr. Diretor, a quem incumbirá a adoção de todas as cautelas necessárias para o resguardo da segurança e ordem interna dos estabelecimentos. Ficam vedadas filmagens de áreas de segurança, veículos e funcionários da unidade.

Dia e horário do ingresso nas unidades deverão ser agendados conforme disponibilidade da Diretoria.

Comuniquem-se a pesquisadora e o comitê.

Quaisquer intercorrências durante os trabalhos deverão ser comunicadas a este Juízo pelo Sr. Diretor.

P.R.L.C.

São Paulo, 16 de setembro de 2013.

Maria Isabel Rebello Pinto Dias
Juíza de Direito

ANEXO 8: Certificado de participação e apresentação de trabalho no Seminário Internacional Fazendo Gênero 10



ANEXO 9: Certificado de participação como *ponencista* no Congresso da ALAS



ANEXO 10: Roteiro das entrevistas

- 1) Qual o seu nome e a sua idade?
- 2) Qual o seu estado civil? Já foi casada?
- 3) Tem filhos? Qual a idade deles? Com quem estão os seus filhos durante o período em que você está encarcerada?
- 4) Você recebe visitas? Com que frequência? De quem?
- 5) Em caso de não receber visitas ou alegar receber poucas visitas, questionar a que acredita que isso se deva.
- 6) Se você tinha relacionamento afetivo antes do período de encarceramento, o que ocorreu quando de seu aprisionamento?
- 7) Você tinha filhos antes de ingressar no sistema prisional? Esteve grávida nesse período? Com quem está(ão) o(s) seu(s) filho(s)?
- 8) Qual a sua relação com as pessoas que cuidam dos seus filhos? Comente.
- 9) Como eram as suas relações com familiares antes de você entrar no sistema prisional? O que ocorreu durante esse período?
- 10) Você tem amigos/vizinhos que lhe ajudam e/ou que você considera importantes? Como eles lhe ajudam? Em que medida?
- 11) Como é a sua relação com as pessoas que são importantes em sua vida?
- 12) Quais são as suas expectativas em relação ao mundo externo? O que pretende fazer depois que sair da prisão?

ANEXO 11: Entrevistadas

Mulheres presas e egressas							
	Nome	Idade	Conjugalidade	Filhos	Cuidador	Escolaridade	Crime
1	Cláudia	44		9	Diversos		
2	Fernanda	32	Separada	3	Mãe	Ensino Médio incompleto	Tráfico
3	Rita	32	Casada	3	Família/Vizinha	Ensino Médio incompleto	Tráfico
4	Sílvia	38	Preso juntamente com namorado de 19 anos	6 filhos e 1 neto	Abrigo	Analfabeta	Tráfico, porte de armas e corrupção de menor
5	Lúcia	30	Casada	1	Sogra	Ensino Médio completo	Tráfico
6	Eliana	31	Separada	2	Ex-sogra		
7	Gabriela	41	Separada	3	Ficavam com a mãe dela, agora falecida.	Ensino Médio incompleto	Tráfico
8	Natália	33	Separada	4	Irmã	Ensino Fundamental incompleto	Tráfico
9	Paula	32	Separada	4 filhos e 1 neta	2 filhos em abrigo, filha com avó, filho com o pai	Ensino Fundamental incompleto	Tráfico
10	Roberta	18	Solteira, lésbica	Não	-----	Ensino Fundamental incompleto	Tráfico
11	Beatriz	36	Bissexual	6	Abrigo, irmãos...	Ensino Fundamental	Assalto
12	Adriana	32	Separada	3	Pai das crianças	Ensino Médio completo	Furto
13	Patrícia	42	Separada	1 (2 netos)	Filha ficava com o pai quando menor	Ensino Fundamental incompleto	Desacato
14	Cristiane	19	Casada	1	Sogra	Ensino Fundamental incompleto	Assalto e formação de quadrilha
15	Isabela	26	Separada	3	Seus pais	7ª série	Tráfico
16	Flávia	38	Separada	6 (1 na Casa Mãe)	Família (mãe e irmão)	Ensino Fundamental Incompleto	Porte de droga (“5 gramas de maconha”)

17	Mariana	40	Separada	6 (1 na Casa Mãe)	Ex-sogra e pai das crianças	Ensino Fundamental incompleto	Tráfico
18	Taís	42	Separada	4	Ex-companheiro e madrasta	Ensino Médio incompleto	Tráfico
19	Dalva	31	Casada	3	Mãe	Ensino Fundamental incompleto	Tráfico
20	Laura	39	Separada	4	Parentes	Ensino Fundamental	Tráfico
21	Vilma	41	Separada	4	Mãe	Ensino Médio incompleto	Assassinato